

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUÍ

VICE-REITORIA DE GRADUAÇÃO – VRG
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEaD



Coleção Educação a Distância
Série Livro-Texto

Dejalma Cremonese

TEORIA DO ESTADO CONTEMPORÂNEO



Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil
2009

© 2008, Editora Unijuí
Rua do Comércio, 1364
98700-000 - Ijuí - RS - Brasil
Fone: (0__55) 3332-0217
Fax: (0__55) 3332-0216
E-mail: editora@unijui.edu.br
www.editoraunijui.com.br

Editor: Gilmar Antonio Bedin

Editor-adjunto: Joel Corso

Capa: Elias Ricardo Schüssler

Revisão: Véra Fischer

Designer Educacional: Karin Strohschoen

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:

Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Catálogo na Publicação:

Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

C915t

Cremonese, Dejalma.

Teoria do estado contemporâneo / Dejalma Cremonese. – Ijuí :
Ed. Unijuí, 2009. – 124 p. – (Coleção educação a distância. Série
livro-texto).

ISBN 978-85-7429-751-4

1. Estado. 2. Sociedade. 3. Direitos sociais. 4. Neoliberalismo.
5. Eleições- Brasil. I. Título. II. Série.

CDU : 321

321.01

Sumário



CONHECENDO O PROFESSOR	5
INTRODUÇÃO	7
UNIDADE 1 – A CRÍTICA CONTRA O ESTADO NO SÉCULO 19	9
Seção 1.1 – O anarquismo	9
1.1.1 Os principais representantes:	
Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Tolstoi	10
Seção 1.1 – O anarquismo	9
Seção 1.2 – O socialismo utópico	11
1.2.1 Os principais representantes:	
Saint-Simon, Fourier, Owen e Luis Blanc	12
Seção 1.3 – O socialismo científico	12
1.3.1 Os principais representantes:	
Marx e Engels	13
UNIDADE 2 – CRISES E TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO NO SÉCULO 20	19
Seção 2.1 – Os intérpretes de Marx: Lenin e Rosa Luxemburgo	20
Seção 2.2 – O debate sobre o Estado na Teoria Democrática Contemporânea	22
2.2.1 A Teoria das Elites	22
2.2.2 A Teoria Pluralista	26
2.2.3 A Teoria Neomarxista	28
2.2.4 A Teoria Participacionista (Macpherson, Held e Pateman)	30
Seção 2.3 – A procedência do Estado do Bem-Estar Social:	
a Teoria Keynesiana e a Social Democracia	33
UNIDADE 3 – ESTADO, SOCIEDADE E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL	39
Seção 3.1 – O “descobrimento” do Brasil: antecedentes	40
Seção 3.2 – Estado, Direito e Sociedade em descompasso	43
3.2.1 Direito do colonizador e privilégio das elites	43
3.2.2 A herança colonial e o Estado brasileiro	44
3.2.3 A República Brasileira: nova sociedade,	
novo modelo constitucional, velho autoritarismo	45
Seção 3.3 – A formação do Estado no Brasil e a questão dos direitos sociais	46

UNIDADE 4 – OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO NEOLIBERALISMO:

Friedrich A. Hayek	61
Seção 4.1 – O Neoliberalismo: aspectos teóricos e aplicabilidades	61
4.1.1 Hayek diverge de Keynes	63
4.1.2 A planificação estatal leva ao “caminho da servidão”	64
Seção 4.2 – As idéias neoliberais constituídas no mundo	68
Seção 4.3 – Consenso de Washington: revisão do neoliberalismo	70
Seção 4.4 – A experiência neoliberal do Brasil	72
4.4.1 Conseqüências das políticas neoliberais no Brasil	75
Seção 4.5 – A continuidade do colonialismo	77
Seção 4.6 – A crise atual do neoliberalismo	79
UNIDADE 5 – ELEIÇÕES E DESEMPENHO PARTIDÁRIO NO BRASIL (2002-2008)	85
Seção 5.1 – Eleições gerais 2002: Lula e o PT vitoriosos	87
5.1.1 Avaliando o primeiro mandato	89
5.1.2 A composição ministerial	89
5.1.3 A mudança programática se confirmou	90
5.1.4 Comprometimento com as instituições financeiras internacionais	90
5.1.5 Avanços e retrocessos	91
Seção 5.2 – As eleições municipais de 2004	92
5.2.1 Primeiro turno: PT e PSDB saem na frente	93
5.2.2 Vitórias eleitorais nos municípios e capitais (1º turno)	94
5.2.3 Segundo turno: resultados gerais no Brasil	94
5.2.4 Vitória do PSDB	95
5.2.5 Governando as capitais: hegemonia do PT e do PSDB	97
5.2.6 O controle político nas maiores cidades	98
5.2.7 Total de votos de cada partido	98
5.2.8 Cenário político gaúcho (1º turno)	99
5.2.9 A derrota petista em Porto Alegre	101
Seção 5.3 – As eleições gerais de 2006	105
5.3.1 A campanha eleitoral	105
Seção 5.4 – Eleições municipais de 2008	111
REFERÊNCIAS	119

Conhecendo o Professor



Sou Dejalma Cremonese, tenho 39 anos, nasci no dia 7 de dezembro de 1968 no Centro-Serra do Rio Grande do Sul, mais precisamente no município de Arroio do Tigre (a uma distância de 243 Km de Porto Alegre). Sou o décimo terceiro filho de uma família de pequenos agricultores e realizei meus primeiros estudos (Ensino Fundamental) em uma escola interiorana da rede pública (1976-1983). A continuidade dos estudos só foi possível graças ao meu ingresso no Seminário Diocesano de Santa Maria – RS, onde concluí o Ensino Médio, mais o curso propedêutico (1984-1987).



Continuando os estudos, graduei-me em Filosofia (Licenciatura e Bacharelado) pela Fafinc de Viamão – RS (1988-1990). Ao retornar a Santa Maria, cursei ainda 2 anos do curso de Teologia (1991-1992) no Seminário Máximo Palotino. Minha Pós-Graduação foi em “Pesquisa Científica” (nível de Especialização) na FIC (1993-1994). Logo após iniciei o Mestrado em Filosofia pela UFSM, o qual concluí em 1997. Quase uma década depois, em 2006, concluí o Doutorado em Ciência Política pela UFRGS. Minha atuação profissional iniciou em 1994 como professor nas turmas secundaristas do Colégio Sant’Anna, em Santa Maria. Como professor universitário, lecionei no Ensino de Graduação da FIC (hoje Unifra) em Santa Maria; também atuei como professor substituto na UFSM no ano de 1995; fui professor da Universidade de Cruz Alta (Unicruz) no período de 1997-2002. Desde 1998 exerço as atividades acadêmicas na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Nesta Universidade, sou professor Associado 1 (40 horas), atuando no Programa de Mestrado em Desenvolvimento na Linha de Pesquisa: Direito, Cidadania e Desenvolvimento. Atuo também no Departamento de Ciências Sociais da mesma Universidade nos seguintes componentes curriculares: Ciência Política, Teoria Política, Teoria do Estado e Sociedade, Política e Cultura. O meu eixo de pesquisa está centrado nos temas da Democracia (teoria e processos democráticos), Cidadania (participação e inclusão social), Cultura Política (Capital Social) e Desenvolvimento. Para maiores informações, disponibilizo um site na Internet no seguinte endereço: <www.capitalsociaisul.com.br>. Para contato direto informo o meu endereço de e-mail: dcre@unijui.edu.br

Introdução



Este livro tem como objetivo discutir a questão do Estado a partir do período histórico contemporâneo.¹ Como disciplina, a Teoria do Estado sistematiza principalmente conhecimentos jurídicos, filosóficos, sociológicos, políticos, históricos e econômicos, valendo-se de tais conhecimentos para buscar o aperfeiçoamento do Estado, concebendo-o, simultaneamente, como um fato social e uma ordem, que procura atingir seus fins com eficácia e justiça.

Esta obra tem como objetivo apresentar aos acadêmicos uma visão panorâmica sobre o debate do Estado nos dois últimos séculos, 19 e 20.²

Este trabalho está dividido em cinco Unidades específicas. A primeira trata da crítica teórica do Estado no século 19, com a sistematização das principais idéias da teoria anarquista, do socialismo utópico e do socialismo científico, com seus respectivos representantes. A Unidade 2 trata da crise e das transformações do Estado no século 20. Apresenta a questão do Estado no debate da Teoria Democrática Contemporânea, além de discutir a conceituação e instituição do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) na Europa e do *New Deal* nos Estados Unidos da América, até a crise desse modelo nos anos 70. Já na Unidade 3 apresenta-se um debate mais específico da origem e do desenvolvimento do Estado e da sociedade no Brasil. Inicialmente procura-se apresentar a estruturação e o desenvolvimento da sociedade, da economia e da política, a partir do “descobrimento” do Brasil, passando pelo período colonial até a emancipação política do país. Apresenta, igualmente, a instalação do Estado a partir da vontade das elites portuguesas aliadas à elite brasileira. Na Unidade 4, sob o título “O neoliberalismo: aspectos teóricos e aplicabilidades”, procura-se discutir questões teóricas das origens do neoliberalismo a partir da obra *O caminho da servidão*, de Hayek, bem como a discordância com a teoria keynesiana. Em um segundo

¹ O período contemporâneo inicia-se logo após a Revolução Francesa (1789) e estende-se até nossos dias.

² De certa maneira, este livro é uma continuidade do manual de Teoria Política em que o autor procurou sistematizar as idéias centrais sobre a questão do poder, da política e do Estado (desde as origens, formação, estrutura, organização, funcionamento e suas finalidades). Conferir Cremonese (2008).

momento apresenta-se um debate quanto à aplicabilidade das políticas neoliberais no mundo e no Brasil, a partir do chamado Consenso de Washington (1989). Por fim, discutem-se alguns aspectos da crise do neoliberalismo atual, pelos quais constata-se a nítida mudança: da mão invisível do mercado para a mão visível do Estado. A última Unidade (5) aborda aspectos ligados às eleições e ao desempenho partidário no Brasil a partir de 2002 até 2008 no intuito de mostrar o jogo de força dos principais partidos políticos (PMDB, PSDB, PT e DEM) na arena política nacional.

A Crítica Contra o Estado no Século 19

Seção 1.1

O anarquismo

Genericamente, pode-se afirmar que o anarquismo é uma teoria que nega todo tipo de autoridade política, religiosa, econômica ou ideológica que se impõe sobre os indivíduos. Em outras palavras, o cerne do anarquismo é o repúdio aos governantes.

No âmbito político, os anarquistas escolhem o Estado moderno como principal inimigo. Este Estado, dentro de seu território, divide as pessoas em governantes e governados, monopoliza os principais meios de coerção física, reivindica soberania sobre todas as pessoas e toda a propriedade; promulga leis visando a suprimir todas as outras leis e costumes, pune os que infringem suas leis e apropria-se à força, por meio de impostos e de outras formas, daquilo que é propriedade de seus subordinados. Desta forma, os anarquistas se opõem aos teóricos que justificam e defendem a existência do Estado, como **Thomas Hobbes**, que argumenta que, na ausência do Estado, não há sociedade e a vida é solitária, medíocre, desagradável, brutal e curta. Os anarquistas defendem a idéia de "sociedade natural", uma sociedade auto-regulada, pluralista, na qual poder e autoridade estão radicalmente descentralizados (Outhwaite, W.; Bottomore, 1996, p. 15).

Thomas Hobbes (Malmesbury, 5 de abril de 1588 – Hardwick Hall, 1º de dezembro de 1674) foi um matemático, teórico político e filósofo inglês, autor de *Leviatã* (1651) e *Do cidadão* (1651). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Hobbes>. Acesso em: 16 out. 2008.

Pierre-Joseph Proudhon

(Besançon, 15 de janeiro de 1809 – Paris, 19 de janeiro de 1865) Anarquista, filho de família muito pobre, foi pastor de pequeno rebanho de gado quando criança. Em 1840 publica um livro que o torna conhecido, seu ensaio *Qu'est-ce que la propriété?*, afirma “La propriété c'est le vol” (A propriedade é o roubo) e, em seu livro *Les confessions d'un révolutionnaire*, defende que *l'anarchie c'est l'ordre* (A anarquia é a ordem). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph_Proudhon>. Acesso em: 20 set. 2008.

Mikhail Aleksandrovitch Bakunin

(também aportuguesado em Bakunine ou Bakúnine, em RUSSO Михаил Александрович Бакунин), nasceu no dia 30 de maio de 1814 (18 de maio no calendário juliano) na cidade de Premukhimo, província de Tver, na Rússia; faleceu em 1 de julho de 1876 (19 de junho no calendário juliano) em Berna, na Suíça. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Michael_Bakunin>. Acesso em: 16 set. 2008.

Pyotr Alexeyevich Kropotkin

(Moscou, 9 de dezembro de 1842 — Dmitrov, 8 de fevereiro de 1921) foi um escritor russo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Piotr_Kropotkin>. Acesso em: 12 nov. 2008.

1.1.1 OS PRINCIPAIS REPRESENTANTES: Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Tolstoi

Foi **Joseph Proudhon** (1809-1865) o primeiro teórico a se intitular anarquista. Proudhon está inserido no que chamamos de anarquismo socialista. Para este autor, todos os partidos políticos são variedades de despotismo; o poder do Estado e do capital são sinônimos; o proletariado, portanto, não tem como se emancipar mediante o uso do poder do Estado, apenas pela ação direta (pacífica); a sociedade deveria ser organizada na forma de comunidades locais autônomas de associações de produtores, unidas pelo “princípio federativo” (Outhwaite, W.; Bottomore, 1996, p. 16). É também de Proudhon a famosa frase: “A propriedade é um roubo”.

Por outro lado, **Mikhail A. Bakunin** (1814-1876) e **Pyotr Alexeyevich Kropotkin** (1842-1921), na Rússia, substituíram o “mutualismo” de Proudhon, primeiro pelo “coletivismo” e, depois, pelo “comunismo” – este último significando o “tudo pertence a todos” e a distribuição de acordo com as necessidades. Sob a influência de Bakunin, os anarquistas adotaram a estratégia de estimular insurreições populares, no decorrer das quais previa-se que a propriedade capitalista e fundiária seria expropriada e coletivizada, e o Estado abolido. No lugar do Estado surgiriam as comunas autônomas, unidas federativamente: uma sociedade socialista organizada de baixo para cima, e não ao contrário. Insurreições, atos de terrorismo e assassinatos faziam parte das estratégias dos anarquistas para alcançar seus objetivos. Muitas foram, no entanto, as formas de repressão que os anarquistas sofreram, exatamente pelo caráter de violência das suas ações. Por isso adotaram uma estratégia alternativa associada ao sindicalismo. A idéia era transformar os sindicatos em instrumentos revolucionários da luta de classes e fazer deles, em vez das comunas, as unidades básicas de uma nova sociedade.

Os anarquistas, diferentemente dos marxistas, acreditavam que era possível chegar a uma nova ordem social (ao comunismo) sem precisar passar pela ditadura do proletariado: em outras palavras, advogavam a passagem direta para a “sociedade sem Estado”.

Leon Tolstoi (1828-1910), romancista russo, se opôs radicalmente ao anarquismo revolucionário e seus métodos, mas não a sua visão de uma nova sociedade socialista. Seu anarquismo, no entanto, estava mais ligado à tradição pacifista: a “lei do amor”, expressa no Sermão da Montanha, o fez denunciar o Estado e sua “violência organizada” e conclamar as pessoas a desobedecerem suas exigências imorais. O apelo de Tolstoi deixou seguidores, entre os quais Gandhi, no desenvolvimento de sua Filosofia de não-violência na Índia. Ele popularizou a técnica da resistência não-violenta de massas e deu origem à idéia-chave do anarco-pacifismo: a revolução não-violenta, descrita como um programa não para a tomada do poder, mas para a transformação dos relacionamentos.

Lev Tolstoi

Também conhecido como Léon Tolstoi ou Leão Tolstoi ou Leo Tolstoy, Lev Nikoláievich Tolstoi (em russo Лев Николаевич Толстой) (9 de setembro de 1828 – 20 de novembro de 1910) é considerado um dos maiores escritores de todos os tempos. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Liev_Tolst%C3%B3i>. Acesso em: 14 out. 2008.

Seção 1.2

O socialismo utópico

Da mesma forma que o anarquismo, o socialismo utópico saiu em defesa do proletariado (oprimidos e explorados), opondo-se ao individualismo econômico (liberalismo ou capitalismo), pois este último tem como prioridade a defesa da propriedade particular dos meios de produção, o lucro pessoal, a livre concorrência, a lei da oferta e da procura e o Estado mínimo (não-intervenção na economia).

**Claude-Henri de Rouvroy,
Conde de Saint-Simon**

(Paris, 17 de outubro de 1760 – Paris, 19 de maio de 1825), foi um filósofo e economista francês, um dos fundadores do socialismo moderno e teórico do socialismo utópico. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conde_de_Saint-Simon>. Acesso em: 16 out. 2008.

**François Marie Charles
Fourier**

(Besançon, 7 de abril de 1772 – Paris, 10 de Outubro de 1837) foi um socialista francês da primeira parte do século 19, um dos pais do cooperativismo. Foi também um crítico ferino do economicismo e do capitalismo de sua época e adversário da industrialização, da civilização urbana, do liberalismo e da família. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Fourier>. Acesso em: 16 out. 2008.

Robert Owen

(14 de maio de 1771 – 17 de novembro de 1858) foi um reformador social galês e um filósofo socialista libertário. É considerado o pai do movimento cooperativo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Owen>. Acesso em: 24 out. 2008.

Louis Blanc

De batismo Louis Jean Joseph Charles Blanc (Madrid, 29 de outubro de 1811 – Cannes, 6 de dezembro de 1882) foi um socialista utópico francês. Teve importante participação na Revolução de 1848, quando suas idéias foram colocadas em prática devido à associação entre liberais e socialistas, na tentativa de derrubar a monarquia. Eis elas: seriam criadas associações profissionais de trabalhadores de um mesmo ramo de produção, as Oficinas Nacionais, financiadas pelo Estado. O lucro seria dividido entre o Estado, os associados e para fins assistenciais. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis_Blanc>. Acesso em: 27 set. 2008.

1.2.1 OS PRINCIPAIS REPRESENTANTES: Saint-Simon, Fourier, Owen e Luis Blanc

Um dos mais importantes pensadores do socialismo utópico foi **Saint-Simon**, o qual faz severas acusações contra a propriedade privada, a herança e aos lucros sem trabalho. Foi também contrária a exploração do proletariado.

Da mesma forma, **Charles Fourier** fez críticas à indústria, as suas crises de plethora ou superprodução e a sua anarquia econômica, cujas repercussões abatem física e moralmente o operário, pois a sua pseudolivre concorrência dá origem a legiões famélicas de proletários. Diz Fourier: "A liberdade política, a soberania do povo: simples fachada! Esse povo, que morre de fome, 'estranho soberano'".

Robert Owen inovou no aspecto da participação dos operários nos lucros de sua empresa, ou, nas palavras de Chevallier (1986), "grande patrão inglês, quer regenerar a degenerada raça dos operários". Outro autor que defendia o socialismo utópico foi **Luis Blanc**.

Seção 1.3

O socialismo científico

Segundo Outhwaite e Bottomore (1996, p. 699), as idéias socialistas, em suas várias formas, expressaram-se de vários modos em séculos anteriores, mas o socialismo, como doutrina e movimento característico, só apareceu por volta de 1830, quando o próprio termo entrou em uso corrente. Logo após se propa-

gou rapidamente pela Europa, sobretudo após as revoluções de 1848. No final do século 19 muitos partidos socialistas já haviam se desenvolvido em muitos países europeus, como na Alemanha e na Áustria, bem como em outras partes do mundo.

Tem-se no marxismo o alicerce intelectual do socialismo científico, principalmente na Europa Continental. O marxismo analisa e revela as principais contradições do sistema capitalista moderno, que divide a sociedade em duas classes: a burguesia (superestrutura) e o proletariado (infra-estrutura). Critica de forma direta o individualismo capitalista e propõe o socialismo como forma de priorizar o bem-estar de toda a sociedade. A teoria marxista (como fundamento das idéias socialistas) passou por constantes adaptações no início do século 20. A mesma teoria é reavaliada e desembocará em três tendências específicas: uma "reformista" (Grã-Bretanha, com o Partido Trabalhista), a outra "revolucionária" (Lenin, os bolcheviques e Stalin), e a terceira, de caráter "centrista" (social-democracia, de Kautsky). A tendência "revolucionária" foi posta em prática na Rússia em 1917 por Lenin e os bolcheviques, vindo a ser mais tarde instaurada uma ditadura do proletariado de caráter totalitário e centralizador na União Soviética, sob o comando de Stalin. O socialismo burocrático irá abrandando-se após a morte de Stalin, em 1953, até o seu derradeiro colapso a partir de 1990.

1.3.1 OS PRINCIPAIS REPRESENTANTES: Marx e Engels

Marx criticou o socialismo utópico pelo seu caráter irreal e ingenuidade, pois seus defensores queriam substituir o sistema econômico existente por outro imaginado por eles: "Tudo é feito apenas por eles mesmos, tal como a aranha faz a sua teia" (Marx,

Karl Heinrich Marx

nasceu em Tréveris no dia 5 de maio de 1818 e faleceu em Londres, no dia 14 de março de 1883. Filho de advogado judeu convertido ao protestantismo. Foi fundador de uma das grandes teorias que iria influenciar os séculos 19 e 20, intelectual alemão, economista, sendo considerado um dos fundadores da Sociologia e militante da Primeira e Segunda Internacional. Também é possível encontrar a influência de Marx em várias outras áreas, tais como: Filosofia e História. Teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário, escrevendo o *Manifesto Comunista*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx>. Acesso em: 29 out. 2008.

apud Prélot, 1973, vol. 4, p. 59). Em outras palavras, Marx critica os socialistas utópicos por acreditarem ingenuamente que os burgueses, num gesto de benevolência e candura, vão distribuir seus bens aos famintos.

Herdeiro da visão hegeliana, Marx inverte a teoria de Hegel (na questão do materialismo dialético) para o materialismo histórico. Marx partiu então para a defesa exclusiva do proletariado e a síntese de suas idéias aparece na obra *O Manifesto Comunista*. Marx dividiu a obra em quatro partes: a primeira, intitulada "Burgueses e Proletários", trata de questões da Filosofia e da História. A segunda parte, "Proletários e Comunistas", explica a posição dos comunistas em relação ao conjunto de proletários, repelindo as censuras feitas pela "burguesia". Sob o título "Literatura Socialista e Comunista", a terceira parte passa sarcasticamente em revista as diversas formas, "reacionárias" ou feudais, "de pequena burguesia", "conservadores" ou "burguesas", "crítico-utópicas" do movimento social da época. Na quarta parte, brevíssima, explica a posição dos comunistas diante dos outros partidos da oposição. Eis alguns dos trechos mais importantes da obra *O Manifesto Comunista*, de Marx e Engels:

A luta de classes:

- "A história de toda a sociedade até hoje é a história de luta de classes" (Marx; Engels, 1996, p. 66).
- "A sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado" (p. 67).

A burguesia:

- "A própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca" (p. 68).
- "A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário. Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. (...) Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês" (p. 68).

- "A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto, todo o conjunto das relações sociais" (p. 69).
- "A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre" (p. 69).
- "A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. (...) Suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população (...) Criou forças produtivas mais poderosas e colossais do que todas as gerações passadas em conjunto" (p. 70-71).

O proletariado:

- "A burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários. (...) O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência. (...) Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; concentra-se em massas cada vez maiores, sua força aumenta e ele sente mais tudo isso. (...) De todas as classes que hoje se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária" (p. 72-75).
- "Todos os movimentos precedentes foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento independente da imensa maioria no interesse da imensa maioria. O proletariado, estrato inferior da atual sociedade, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem que salte pelos ares toda a superestrutura dos estratos que constituem a sociedade civil oficial" (p. 77).

O capital fruto da exploração do trabalho:

- "A condição mais essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. (...) A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis" (p. 77-78).

- “O capital é um produto coletivo e só pode ser colocado em movimento pela atividade comum de muitos membros da sociedade e mesmo, em última instância, pela atividade comum de todos os membros da sociedade. O capital, portanto, não é uma potência pessoal, é uma potência social” (p. 81).
- “Assim, se o capital é transformado em propriedade comum pertencente a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade social. Transforma-se apenas o caráter social da propriedade. Ela perde o ser caráter de classe” (p. 81).

A ideologia:

- “O que demonstra a história das idéias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante” (p. 85).

O comunismo:

- “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado” (p. 80).
- “O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. (...) Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nessa única expressão: abolição da propriedade privada” (p. 79).

O Estado:

- “O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (p. 68).

Enfim, nesta Unidade você pôde compreender aspectos teóricos referentes à crítica do Estado no século 20. Especialmente as principais idéias defendidas pelos anarquistas, socialistas utópicos e científicos, tendo em Karl Marx o seu principal expoente. Marx ana-

lisou criticamente o processo de acumulação capitalista. Isto é, a classe detentora do capital, a burguesia, expropria o lucro do proletariado por intermédio da exploração da força do trabalho dos mesmos (exploração da mão-de-obra). A teoria marxista influenciou outros intelectuais após a morte de Marx e, com o passar do tempo, a obra de Marx continua atual.¹

Sugestões de leitura: (referência completa no final)

- Para aprofundar a temática do socialismo utópico conferir Chevallier (1986).
- Para maiores informações sobre a crítica ao Estado burguês e a ditadura do proletariado, ver a obra de Lenin: *Estado e revolução* (1987); Chevallier (1986); Prélot (1973).
- Aprofundar as idéias do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels (1996).

¹ Nenhum teórico se igualou a Marx na análise e na compreensão do sistema capitalista. Por isso a leitura de suas obras é imprescindível a todos aqueles que se dedicam à análise da sociedade, da economia e da política atual. Um exemplo bastante evidente da atualidade da obra de Marx presencia-se neste momento histórico de crise do capitalismo. Marx previu que o próprio capitalismo em excesso haveria de se autodestruir. Estaria ele certo em sua análise?

Unidade 2



Crises e Transformações do Estado no Século 20

Como referimos anteriormente, a teoria marxista foi reavaliada e desembocou em três tendências específicas: uma "reformista" (Grã-Bretanha, com o Partido Trabalhista), a outra "revolucionária" (Lenin, os bolcheviques e Stalin) e a terceira de caráter "centrista" (social-democracia de Kautsky). Assim, o objetivo desta Unidade é desenvolver, inicialmente, alguns argumentos que tratam da divisão das idéias marxistas, principalmente entre o socialismo democrático e o comunismo leninista para, logo após, tratar da questão do Estado na teoria democrática.

O objetivo da Unidade 2 é tratar da questão do Estado: crises e transformações durante o século 20. A unidade começa na seção 2.1 com a discussão sobre o Estado pela ótica dos teóricos marxistas, entre eles Lenin e Rosa Luxemburgo. A seção 2.2 trata do debate da participação e da representação na Teoria Democrática Contemporânea. As subseções discorrem sobre a questão do Estado na teoria das elites, pluralistas, neomarxistas e na teoria participativa. Na seção 2.3 discute-se a questão do Estado de Bem-Estar Social, modelo de Estado aplicado após a crise do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, inspirado nas teorias keynesianas. O Estado de Bem-Estar aproxima-se do modelo político-econômico da social-democracia de Karl Kautsky (os austro-marxistas), que prevê uma passagem gradual e insensível do capitalismo ao socialismo exclusivamente pelas vias eleitorais e parlamentares.

Vladimir Ilitch Lenin

10 de abril/22 de abril de 1870, Simbirsk, atual Ulyanovsk – 21 de janeiro de 1924, Gorki, próximo de Moscou) foi um revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo, e suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lenin>>. Acesso em: 19 out. 2008.

Seção 2.1**Os intérpretes de Marx: Lenin e Rosa Luxemburgo**

Vladimir Ilyich Lenin foi estadista, revolucionário e teórico político russo. Estudou por pouco tempo na Universidade de Kazan e depois se dedicou inteiramente às atividades revolucionárias. Lenin liderou a segunda fase da Revolução Russa (bolchevique), logo após ter regressado do exílio, tornando-se presidente do Conselho de Comissários do Povo. Em obras como *Que fazer?* (1902) e *Estado e Revolução* (1917) descreveu a natureza do Estado socialista e imprimiu uma ênfase diferente à teoria da revolução de Marx ao sublinhar a centralidade da luta de classes liderada por um partido rigorosamente organizado, e, em *O imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916), elaborou uma teoria do imperialismo como etapa final do capitalismo. Por meio da Internacional Comunista, que ele inspirou, suas idéias foram divulgadas no mundo inteiro. Foi o mais influente líder político e teórico do marxismo no início do século 20, mas a atração pelo leninismo declinou no transcorrer do século.

Desde a sua entrada na vida política, Lenin adotou um marxismo violento, apelidado por ele de “marxismo revolucionário”. Lenin negou a idéia de Marx expressa no *Manifesto Comunista* de que “o Estado burguês deve ser substituído pela organização do proletariado como classe dominante”, isto é, Lenin recusou-se a esperar a vitória do socialismo a partir das “leis imanes ao desenvolvimento do capitalismo” e como consequência inevitável da sucessão das estruturas econômicas. Também rejeita a tese de Engels sobre a possibilidade de se chegar ao socialismo pela via da legalidade democrática e parlamentar. Criticou e se opôs radicalmente à democracia tradicional capitalista.

Para ele, a democracia capitalista, "que se revela inevitavelmente tacanha e que exclui disfarçadamente os pobres, sendo por conseqüência hipócrita e enganadora", pois uma democracia cada vez mais perfeita não se opera com a simplicidade e com a facilidade imaginadas pelos professores liberais e pelos pequenos burgueses oportunistas. Para Lenin a evolução pacífica não bastava, uma vez que o sufrágio universal é um engano. O regime democrático parlamentar encontrava-se falseado pela intervenção oculta ou direta dos poderes capitalistas. Lenin acusou a democracia clássica burguesa de ser truncada, miserável e falsificada; uma democracia apenas para os ricos, ou seja, para uma minoria; de ser puramente formal, composta exclusivamente por normas constitucionais e de deixar de lado o essencial ao considerar que as soluções econômicas e sociais derivam da política. Segundo Lenin, apenas uma sociedade sem classes resolveria as contradições políticas e permitiria a existência de uma democracia concreta, em que houvesse liberdade para cada um e em que todos participassem do poder. A vida política deixaria de ser uma luta para se tornar uma comunhão, graças ao trabalho em comum num espírito de unidade e humanidade.

Rosa Luxemburgo, revolucionária socialista, ajudou a criar o Partido Social-Democrata da Polônia, e em seguida, se mudou para a Alemanha. Luxemburgo defendeu a causa da revolução e expôs sua posição sobre o reformismo em *Reforma social ou revolução* (1899). Em *Greve de massas, partido político e sindicatos* (1906), propôs a greve de massas – e não a vanguarda organizada defendida por Lenin – como o mais importante instrumento da revolução proletária. Em sua principal obra teórica, *A acumulação do capital* (1913), identificou o imperialismo como uma luta competitiva entre nações capitalistas que culminaria no colapso do sistema capitalista. Fundou juntamente com Karl Liebknecht a Liga Espartaquista, e ambos foram brutalmente assassinados

Rosa Luxemburgo

Em polonês *Róża Luksemburg* (*Zamość*, 5 de março de 1871 – Berlim, 15 de janeiro de 1919), foi uma filósofa marxista e militante revolucionária polonesa ligada à Social-Democracia do Reino da Polônia (SDKP), ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha. Participou da fundação do grupo de tendência marxista do SPD, que viria a se tornar mais tarde o Partido Comunista da Alemanha. Foi brutalmente assassinada, depois de ser seqüestrada e espancada por membros de uma organização paramilitar, a soldo do governo social-democrata alemão. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rosa_Luxemburgo>. Acesso em: 28 set. 2008.

Gaetano Mosca

Pensador político italiano, foi o primeiro grande teórico da teoria das elites com sua doutrina da classe política. A Teoria das Elites foi plasmada no pensamento de Gaetano Mosca com sua doutrina da classe política. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Elite_\(sociologia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Elite_(sociologia))>. Acesso em: 16 out. 2008.

Vilfredo Pareto

(Paris, 15 de Julho de 1848 – Céligny, 19 de agosto de 1923) foi político, sociólogo e economista italiano. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vilfredo_Pareto>. Acesso em: 16 out. 2008.

Robert Michels

(Colônia, 9 de janeiro de 1876 — Roma, 3 de maio de 1936) foi um sociólogo alemão que analisou o comportamento político das elites intelectuais, tornando-se conhecido pela sua obra *Sociologia dos partidos políticos* (1915). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Michels>. Acesso em: 24 set. 2008.

na prisão por oficiais da extrema direita em 1919, depois da supressão de um malogrado levante em Berlim (Outhwaite; Bottomore, 1996, p. 814).

Seção 2.2**O debate sobre o Estado na Teoria Democrática Contemporânea**

O Estado será o objeto central das análises de diferentes teóricos da Teoria Democrática Contemporânea, principalmente no debate da teoria das elites, na teoria pluralista, na teoria neomarxista e na teoria participacionista. Este é o objetivo desta seção.

2.2.1 A TEORIA DAS ELITES

Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels integram o grupo de autores considerados elitistas clássicos. São, na verdade, os fundadores da Teoria das Elites. São autores liberais que entendem a política como uma prática de lideranças que, por sua origem e formação, atribuem-se o direito de dirigir e comandar as massas populares, as quais, por sua condição social e histórica, não estão aptas a governar. Neste cenário, é natural que os “inferiores” sejam dirigidos pelos “superiores”, que possuem o conhecimento da arte de comandar. Para os referidos autores sempre haverá desigualdade na sociedade, em especial a desigualdade política. Isto é, sempre existirá uma minoria dirigente e uma maioria condenada a ser dirigida, o que significa dizer que a democracia, enquanto “governo do povo”, é uma fan-

tasia inatingível. Ou seja, os elitistas rejeitam a teoria clássica da democracia, bem como o ideal democrático rousseauiano – de autogoverno das massas, que é, pois, descartado como utópico (apud Pio; Porto, 1998, p. 298). A teoria das elites encontra sua fundamentação teórica nas idéias de Max Weber, para quem a democracia é um antídoto contra o avanço totalitário da burocracia. O autor entende que a política deve ser exercida por profissionais e não por aquele político que não tem vocação.

Para os elitistas, a igualdade é impossível. As massas são necessariamente governadas por uma minoria, que se impõe até mesmo no seio dos partidos que se qualificam a si mesmos de democráticos.

Os autores da Teoria das Elites defendem que, na vida política, há pouco espaço para a participação democrática e o desenvolvimento coletivo. Quanto à democracia, a entendem como meio de escolher pessoas encarregadas de tomar decisões e de impor alguns limites a seus excessos.

A seguir, as principais concepções e diferenças entre os autores:

Pareto (1848-1923)

Fervoroso partidário do liberalismo econômico, adversário do socialismo, recusou a concepção marxista da luta de classes. Em substituição propõe a teoria da "circulação das elites", que explica a história como "a contínua substituição de um escol por outro" (apud Schwartzberg, 1979, p. 226).

Pareto afirma que elite é o nome dado ao grupo de indivíduos que demonstram possuir o grau máximo de capacidade, cada qual em seu ramo de atividade. Cada um desses ramos inclui algumas pessoas que são as mais bem-sucedidas, e a reunião delas forma a elite. Para ele, toda sociedade está sempre dividida em uma "elite" e uma "não-elite".

Mosca (1858-1941)

Diferentemente de Pareto, que apresenta uma abordagem psicológica, Mosca propõe uma abordagem organizacional. Foi professor, deputado e senador italiano. Publicou os *Elementos da ciência política*, em 1896, e impôs a idéia de "classe dirigente", segundo a qual todas as sociedades assentam-se na distinção entre dirigentes e dirigidos. O poder, para ele, não pode ser exercido nem por um só indivíduo nem pelo conjunto dos cidadãos, mas somente por uma minoria organizada: a "classe dirigente" ("classe política"). A classe dirigente é esta minoria de pessoas que detêm o poder (verdadeira classe social), a classe dirigente ou dominante (apud Schwartzberg, 1979, p. 228-229).

No entendimento de Mosca, a elite política deriva do fato de que seus membros são aqueles que possuem um atributo altamente valorizado e de muita influência na sociedade em que vivem. Isto é, possuem qualidades que lhes conferem certa superioridade material, intelectual e mesmo moral, ou são herdeiros de indivíduos que possuem tais qualidades. Em síntese, o conceito de elite, para Mosca, é uma minoria com interesses homogêneos e, devido a essa homogeneidade, de fácil organização. É justamente essa organização que explica sua capacidade de domínio sobre as massas (apud Pio; Porto, 1998, p. 294-295).

Michels (1876-1936)

Contrariando Mosca, que se recusou a aprovar as leis fascistas sobre as prerrogativas do chefe do governo, Michels se tornou um defensor das idéias fascistas, estabelecendo, inclusive, uma amizade com o próprio Mussolini.

Segundo Michels, as massas não podem atuar, dirigir, governar por si próprias. O governo direto das massas esbarra numa "impossibilidade mecânica e técnica". Defende a "lei de ferro da oligarquia". Isto quer dizer: "Quem diz organização, diz tendência para a oligarquia". Em cada organização (principalmente nos partidos políticos) o pendor aristocrático será preponderante. Observa Michels que em todas as organizações os dirigentes tendem a se opor aos aderentes, a formar um círculo interno mais ou menos fechado e a se perpetuar no poder (apud Schwartzberg, 1979, p. 230-231).

Assim, a "lei de ferro da oligarquia", de Michels, significa a dependência política das massas em relação às lideranças dos partidos. Os líderes resolvem os problemas de ação coletiva do partido, ou seja, pagam a maior parte dos custos para a obtenção dos bens coletivos que o partido provê e, por essa razão, são valorizados e mesmo considerados imprescindíveis pelas massas (apud Pio; Porto, 1998, p. 294-295). Para o elitismo, a desigualdade é um fato *natural* entre os seres humanos. Pode-se afirmar que a teoria das elites é antidemocrática na medida em que condena como impossível qualquer forma de governo do povo.

É exatamente esta visão (Teoria das Elites) que, sobretudo a partir da teoria de Schumpeter, publicada nos anos 40, torna-se a base da tendência dominante da teoria democrática (teoria pluralista) e penetra profundamente na concepção corrente sobre a democracia.

Para Schumpeter (1984), a democracia direta não é possível porque nem todos na sociedade estão no mesmo estágio de desenvolvimento cultural. O autor critica as teorias clássica e liberal da democracia pelo seu idealismo e utopismo. A democracia é apenas um processo eleitoral. Importa saber como as democracias funcionam e não como elas devem ser.

Nesse sentido, a democracia não está ligada a ideal ou fim; ela é um método político – um tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas. Sua definição é processual. Quanto à participação, ela fica restrita, e o **sufrágio** não precisa ser universal, ele deve ser suficiente para manter a máquina eleitoral.

Assim, existem os líderes e os seguidores, os que não estão interessados e os que são mal-informados. Segundo este autor, os objetivos da sociedade devem ser formulados por líderes, por

Sufrágio

Ato ou efeito de sufragar. Processo de escolha por votação; eleição. Disponível em: Dicionário Houaiss.

uma elite que seja politicamente atuante, que possa dedicar-se ao estudo dos problemas sociais relevantes e seja capaz de compreendê-los. Em outras palavras, o cidadão comum é mal-informado e facilmente influenciado pela propaganda política, vulnerável, portanto. Ao eleitor cabe apenas decidir qual grupo de líderes (políticos) ele deseja para condizir o processo de tomadas de decisão. Ou seja, os eleitores não decidem nada, apenas escolhem. As decisões devem ser tomadas por especialistas, pois a maior parte dos cidadãos são desinformados e desinteressados e até mesmo mal-informados e irracionais, com pouca tolerância pelas opiniões políticas rivais.

A democracia é entendida como concorrencial (eleições dos líderes apenas). O autor é contrário à doutrina clássica da democracia (a democracia é o método para promover o bem comum mediante as tomadas de decisão pelo próprio povo, com a intermediação de seus representantes). Afirma Schumpeter (1984, p. 336) que "o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população".

Anthony Downs, seguidor de Schumpeter, propõe o uso de regras da economia como referência para um governo que se almeja racional e democrático. Downs, defensor da teoria da escolha racional, vê o indivíduo como ator político racional, pois estão em jogo as preferências de cada indivíduo, o seu agir estratégico e o custo e benefício de uma ação (maximizar a satisfação e minimizar os danos). Em síntese, a ação é eficientemente planejada para alcançar os fins econômicos ou políticos conscientemente selecionados do ator, seja ele o governo ou os cidadãos de uma democracia.¹

2.2.2 A TEORIA PLURALISTA

A teoria pluralista da democracia política norte-americana tem em Tocqueville o seu precursor. Ganhou evidência a partir de 1940 com Parson e Trumam. Seu maior expoente, porém, é Robert Dahl, com a obra *Um prefácio à teoria democrática* (1989). Segundo

¹ O teórico Mancur Olson concorda com as idéias de Schumpeter ao afirmar que o povo não sabe tomar decisões políticas.

Outhwaite e Bottomore (1996, p. 575), "nas mãos de Dahl o pluralismo torna-se uma teoria da competição política estável e relativamente aberta e das condições institucionais e normativas que a sustentam".

O pluralismo é considerado o elitismo democrático na teoria política contemporânea. Para os pluralistas clássicos, a democracia não parece requerer um alto grau de envolvimento ativo de todos os cidadãos; ela pode funcionar muito bem sem ele. Pelo contrário, a apatia política pode refletir a saúde da democracia (Held, 1987). Nas palavras de Carnoy (1994), a teoria política pluralista é a ideologia oficial das democracias capitalistas. Para a tese pluralista, não existe uma classe dirigente, mas numerosas categorias dirigentes, que algumas vezes cooperam, outras se combatem, mas de certo modo se equilibram e representam as pressões da base (Schwartzberg, 1979, p. 673).

A teoria pluralista opõe-se à concentração de poder por parte do Estado. Ou seja, é contra o estatismo (o poder é descentralizado e administrado por outras instituições). Em outras palavras, é a sociedade com diversos centros de poder, mas nenhum deles totalmente soberano. Para Dahl, um dos mais importantes expoentes do pluralismo democrático, o Estado é considerado um elemento neutro, cuja função é promover a conciliação dos interesses que interagem na sociedade segundo a lógica do mercado. Assim, a multiplicidade de centros de poder complementa a existência das minorias concorrentes. Dahl chamou estes diversos centros de poder de "poliarquias".²

O estudo clássico de Robert Dahl, *Polyarchy: participation and opposition*, publicado pela primeira vez em 1972, apresenta as oito garantias institucionais da poliarquia: a) liberdade de formar e se integrar a organizações; b) liberdade de expressão; c) direito de voto; d) elegibilidade para cargos políticos; e) direito de líderes políticos competirem por meio da votação; f) fontes alternativas de informação; g) eleições livres e idôneas e, h) existência de instituições que garantam que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência da população.

² Dahl apresenta um diferenciação substancial entre democracia e poliarquia. Democracia é um ideal não alcançado. Poliarquia é o governo de muitos, capaz de garantir a proteger a liberdade de expressão; liberdade de formar e participar de organizações; acesso à informação; eleições livres; competição de líderes pelo apoio do eleitorado e, ainda, instituições destinadas a formular a política governamental (Oliveira, 2003).

O pluralismo também é chamado de política competitiva das elites. Dahl define elite como um grupo minoritário que exerce uma dominação política sobre a maioria dentro de um sistema de poder democrático. No pluralismo, poucos tomam as decisões políticas (é o governo das minorias).

O pluralismo opõe-se à concepção participacionista da teoria democrática, que vê a solução na participação mais ampla possível dos cidadãos nas decisões políticas. Em síntese, os pluralistas nunca sentiram-se muito confortáveis com o sufrágio universal e com o governo da maioria.

Para os pluralistas o poder está disperso em toda a sociedade, é não-hierárquico e estruturado de forma competitiva. Havendo pluralidade de pontos de pressão, surgem várias formulações concorrentes de linhas políticas e vários centros de tomadas de decisão (Held, 1987).

As idéias da teoria pluralista são compatíveis com a doutrina constitucionalista. Esta teoria também é conhecida como teoria democrática elitista, institucionalista, procedimental, descritiva/normativa ou concorrencial. O pluralismo, na visão norte-americana, é uma doutrina da competição política.

Nas palavras de Dahl, a poliarquia é o sistema político das sociedades industriais modernas, caracterizado por uma forte descentralização dos recursos do poder e no seio do qual as decisões essenciais são tomadas a partir de uma livre negociação entre pluralidades de grupos autônomos e concorrentes, mas ligados mutuamente por um acordo mínimo sobre as regras do jogo social e político.

2.2.3 A TEORIA NEOMARXISTA

Os teóricos neomarxistas, **Nikos Poulantzas**, **Ralph Miliband** e **Claus Offe**, principalmente, rejeitam tanto a tese "elitista" de Michels como a tese "pluralista" de Dahl. A primeira porque não assenta o poder na detenção dos meios de produção. A segunda – sobretudo – porque seria uma tentativa de "camuflagem", dando crédito à ilusão liberal da ordem política autônoma (Schwartzberg, 1979, p. 683).

A teoria de Poulantzas centra-se na reflexão sobre o papel do Estado nas sociedades modernas. Sua obra principal intitula-se *Poder político e classes sociais*, publicada pela primeira vez em 1968.

Para Poulantzas, a tese da pluralidade das elites “é apenas uma reação ideológica típica à teoria marxista do político: a da corrente funcionalista”. Esta tese visa a esconder a luta das classes e a verdadeira natureza do poder do Estado. Considerando o poder como que disperso entre diversos grupos, os “elitistas-pluralistas” querem fazer esquecer a realidade do poder da classe dominante, para fazer crer, pelo contrário, na autonomia do político e na neutralidade do Estado. Para este autor, parece que a tese elitista de Mosca, Pareto e Michels procura ter sempre como objetivo sustentar o esquema geral do domínio político. Para um pensador marxista, no entanto, é evidente que a classe politicamente dirigente identifica-se necessariamente com a classe economicamente dominante (aqueles que possuem os meios de produção) (Schwartzberg, 1979, p. 683).

Em síntese, os neomarxistas, especialmente Poulantzas, travaram discussões com os pluralistas, especialmente no que se refere às relações entre economia, classes sociais e Estado. Para os neomarxistas, as relações de classe são relações de poder, e as políticas estatais são reflexos dos interesses do capital.

Para os neomarxistas o Estado configura-se pela luta de classes, de forma direta ou indireta. Poulantzas argumenta que democracia é socialismo e não há socialismo verdadeiro que não seja democrático. Por outro lado, Poulantzas defende que se deva manter a democracia representativa, no entanto somente uma transição ao socialismo pode expandir e aprofundar mais a democracia sob essas condições. Segundo Poulantzas, o Estado não

Nicos Poulantzas

(*Νίκος Πουλαντζάς* em grego) (1936-1979) foi um grego – francês marxista sociólogo político. Na década de 70 Poulantzas era conhecido, junto com Louis Althusser, como um líder, ele finalmente se tornou um proponente do eurocomunismo. Ele é mais conhecido pelo seu trabalho teórico sobre o Estado, mas também ofereceu contribuições para a análise marxista do fascismo, classe social no mundo contemporâneo, a queda das ditaduras do Sul da Europa na década de 70. Disponível em: Wikipédia.

Ralph Miliband

(7 de janeiro de 1924 – 21 de maio de 1994) foi um notável teórico marxista. Ele era o pai de dois deputados britânicos, David e Ed Miliband, ambos membros do gabinete britânico ao abrigo do primeiro-ministro Gordon Brown. Disponível em: Wikipédia.

Claus Offe

(Nascido em 1940 em Berlim) é um dos mais importantes sociólogos políticos do mundo de orientação marxista. Assim como Jürgen Habermas, pertence à segunda geração da Escola de Frankfurt. Atualmente leciona em uma universidade privada em Berlim, o Hertie Escola de Governança. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Claus_Off>. Acesso em: 24 set. 2008.

Carole Pateman

É uma feminista britânica e teórica política. Ela obteve o Ph.D. na Universidade de Oxford. Desde 1990 Pateman é professora no Departamento de Ciências Políticas na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (Ucla). Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Carole_Pateman>. Acesso em: 14 out. 2008.

é mais simplesmente um aparelho repressivo ou os aparelhos ideológicos e repressivos da burguesia, mas é produto da luta de classe (Schwartzberg, 1979, p. 683).

Diferentemente de Poulantzas, que rejeita a noção de elite, Miliband entende que é possível admitir o conceito de elite e até reconhecer a pluralidade das elites. Não se pode nunca, contudo, omitir que as elites, ainda que diversificadas, pertencem sempre à classe dominante. Elites distintas existem na sociedade capitalista (elites econômicas, políticas, etc.), mas todas estas fazem parte da classe dominante (1979, p. 684).

Na visão de Claus Offe, a burocracia de Estado representa os interesses dos capitalistas, pois ele depende da acumulação de capital para continuar existindo como Estado. O autor vê o Estado como um mediador das crises capitalistas – um administrador de crises.

2.2.4 A TEORIA PARTICIPACIONISTA (Macpherson, Held e Pateman)

A origem da referida teoria pode ser encontrada em Rousseau na defesa teórica da democracia direta do *Contrato Social*.³ Contrariando a teoria pluralista, surge a escola da teoria participativa, que entende que a democracia não se limita à seleção de líderes políticos, mas supõe, igualmente, a participação dos cidadãos. Os defensores desta corrente fazem também uma crítica à abordagem elitista.

Carole Pateman é uma das principais autoras que defendem a teoria participativa. As suas idéias centrais estão expostas na sua obra clássica *Participation and Democratic Theory*, escrita

³ Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação (Pateman, 1992, p. 35).

em 1970. Pateman apresenta, no primeiro capítulo, as *Teorias recentes da democracia e o “mito clássico”*. A autora procura demonstrar a crítica dos teóricos institucionalistas à teoria clássica de democracia, dominante até então. Os institucionalistas refutam com veemência a teoria política clássica de democracia porque a consideram perigosa na medida em que abre espaço para a participação popular na política (a República de Weimar, baseada na participação das massas com tendências fascistas, é citada como exemplo).⁴

Os teóricos da teoria clássica da democracia originam-se da tradição de Thomas Madison e encontram em Locke, Rousseau, Tocqueville, Mill e Bentham seus principais representantes. Por outro lado, Mosca, Michels, Schumpeter, Berelson, Dahl e Sartori integram o grupo dos teóricos que rejeitam o idealismo dos teóricos clássicos. Para estes teóricos a participação não desempenha um papel especial ou central. Tudo o que se pode dizer é que um número suficiente de cidadãos participa para manter a máquina eleitoral – os arranjos institucionais – funcionando de modo satisfatório.⁵

Como vimos, o pressuposto da teoria institucionalista da democracia (teoria elitista) resume-se em considerar que o povo deve seguir as diretrizes da elite e não questioná-las. Então, para Samuel Huntington e outros autores que defendem esta teoria, muita democracia poderia ameaçar o governo democrático.

Oposta à visão dos institucionalistas, a corrente da teoria participativista vê o maior grau de participação da sociedade civil diretamente, na função de governo, como condição fundamental para a construção de um Estado democrático, desenvolvido politicamente.

Ao avaliar a origem da corrente da democracia participativa, percebe-se que ela nos remete para os anos 60 do século passado, quando as idéias que configuram esta proposta vêm-se envolvidas no clima de transformações vividas nos campi universitários, nas escolas, nas fábricas, nos lares, nas ruas das grandes urbes. Os participacionistas, segundo Vitullo,

⁴ O medo de que a participação ativa da população no processo político levasse direto ao totalitarismo permeia todo o discurso de Sartori. Da mesma forma, para Dahl, um aumento da taxa de participação poderia reapresentar um perigo para a estabilidade do sistema democrático.

⁵ Na teoria de Schumpeter, os únicos meios de participação abertos ao cidadão são os votos para líder e a discussão. O autor (1984) nos propõe uma definição de democracia que rompe com o ideal clássico ligado à etimologia da palavra. A democracia deixa de ser entendida como o “governo do povo”, e passa a ser vista como um método ou procedimento de escolha de lideranças que devem conduzir os complexos assuntos públicos das sociedades modernas.

buscavam sustento e consistência teórica às propostas alternativas dos novos atores que apareciam em cena, e dar algum grau de sistematicidade a suas demandas e reivindicações. Procuravam construir um modelo de democracia que, resgatando a participação como um valor fundamental, pudesse se opor ao modelo centrado da teoria das elites, já então predominante. Em suma, para os teóricos que defendem esta corrente, sem participação não seria possível pensar em uma sociedade mais humana e eqüitativa (1999, p. 9).

Ainda segundo a descrição de Vitullo (1999, p. 3-4), a corrente participativista nega-se a aceitar que a democracia seja apenas um método de seleção de líderes por parte de um conjunto de cidadãos desinformados, desinteressados, alienados e apáticos. Não concorda com o modelo de democracia baseado na teoria das elites nem com a perspectiva atemorizada do mundo político. Para os teóricos que defendem esta corrente, a democracia deveria ir além do simples voto individual e da escolha não-refletida. Os participacionistas propõem, ainda, o alargamento do entendimento de política. Os autores que defendem esta linha entendem que é preciso democratizar todos os espaços em que interagem os indivíduos. Procuram levar a democracia à vida cotidiana das pessoas nos mais diferentes âmbitos, tornando-as politicamente mais responsáveis, ativas e comprometidas, estimulando-as a construir um nível de consciência mais efetivo em relação aos interesses dos grupos.

Os participacionistas criticam a democracia com seus instrumentos procedimentais, não se contentam com o simples fato do comparecimento às urnas a cada dois, três ou quatro anos, como a única e quase exclusiva atividade delegada ao cidadão comum em uma democracia. Ambicionam atividades mais comprometidas, aspiram estabelecer a democracia direta em diversas esferas e atividades. Procuram maximizar as oportunidades de todos os cidadãos intervirem, eles mesmos, na adoção das decisões que afetam suas vidas, em todas as discussões e deliberações que levem à formulação e instituição de tais decisões (Vitullo, 1999, p. 11).

Os defensores desta teoria buscam multiplicar as práticas democráticas, institucionalizando-as dentro de uma maior diversidade de relações sociais, dentro de novos âmbitos e contextos: instituições educativas e culturais, serviços de saúde, agências de bem-estar e serviços sociais, centros de pesquisa científica, meios de comunicação, entidades desportivas, organizações religiosas, instituições de caridade, em síntese, na ampla gama de associações voluntárias existentes nas sociedades atuais (p. 17).

No entendimento de Pateman, para que exista uma forma de governo democrático é imprescindível a existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade na qual todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e em que a socialização possa ocorrer em todas as instâncias. Para concluir, segundo Pateman (1992, p. 61), a área mais importante de participação é o próprio lugar de trabalho, ou seja, a indústria, pois é exatamente ali que a maioria dos indivíduos despende grande parte de sua vida e pode propiciar uma educação na administração dos assuntos coletivos, praticamente sem paralelo em outros lugares.

Seção 2.3

A procedência do Estado do Bem-Estar Social: a Teoria Keynesiana e a Social Democracia

O Estado de Bem-Estar Social teve a sua origem na Grã-Bretanha e foi difundido após a Segunda Guerra Mundial, opondo-se ao modelo liberal de Estado (*laissez-faire*), que foi dominante durante todo o século 19 e início do século 20. O modelo liberal prescindia da existência do Estado. Isto é, a função do Estado era apenas proteger o indivíduo em seus direitos naturais (direito à vida, à liberdade e à propriedade), deixando que a economia se regulasse pela “mão invisível” do próprio mercado. Em outras palavras, o Estado não deveria intervir na economia, no entanto, com a crise do modelo liberal, com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York de 1929 (Grande Depressão), o Estado foi “convocado” a salvar a falida economia capitalista. Ente 1930 e 1940 o Estado passou a pôr em prática e financiar programas e planos de ação destinados a promover interesses sociais coletivos de seus membros, além de subsidiar, estatizar e socorrer empresas falidas.

O Estado de Bem-Estar Social teve a sua fundamentação teórica em **John Maynard Keynes**.

Para Keynes, o Estado deve assumir um papel de liderança na promoção do crescimento e do bem-estar material e na regulação da sociedade civil. Em outras palavras, os mercados livres não regulados, por si sós não conseguem gerar crescimento estável, nem eliminar

John Mainard Keynes

Nasceu em 1883 em Cambridge, na Inglaterra, e morreu em 1946 em Tilton. Foi economista, estudou em Eton e no King's College, em Cambridge, e permaneceu nesta cidade depois de formado a fim de estudar Ciência Econômica com Alfred Marshall. Depois de breve período no serviço público, voltou a Cambridge para lecionar Ciência Econômica e se tornou editor do *Economic Journal* em 1911. Durante a Primeira Guerra Mundial trabalhou no Tesouro e foi o seu principal representante em Versalhes. Na Segunda Guerra Mundial Keynes foi responsável pela negociação com os Estados Unidos do acordo do Empréstimo e Arrendamento e participou do acordo de Bretton Woods, que estabeleceu o Fundo Monetário Internacional. É especialmente conhecido por seus escritos sobre Economia, com destaque para *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1936). Fonte: Outhwaite, W.; Bottomore, T. (Eds.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

as crises econômicas, o desemprego e a inflação. Keynes prega que o Estado tenha um papel central no crescimento e no bem-estar material. Em sua teoria, o pleno emprego ganhava prioridade como um direito do cidadão.

Falando-se no Estado Social, pode-se afirmar que foi com a Constituição mexicana, de 1917, e a Constituição de Weimar, de 1919, que teve início a construção do modelo constitucional do *Welfare State*, ou o Estado de Bem-Estar Social. O *Welfare State* seria o Estado no qual o cidadão, independentemente de sua situação social, tem direito a ser protegido, por intermédio de mecanismos e prestações públicas estatais, emergindo assim a questão da igualdade como o fundamento para a atitude intervencionista do Estado (Morais, 2002, p. 38).⁶

Como já mencionado anteriormente, a formação deste Estado é algo que perpassa muitos anos. É possível afirmar que o mesmo modelo acompanha o desenvolvimento do projeto liberal transformado em Estado do Bem-Estar Social no transcurso da primeira metade do século 20, ganhando contornos definitivos após a Segunda Guerra Mundial. Para Moraes (2002, p. 38), a história desta passagem tem vínculo especial com a luta dos movimentos operários pela conquista de uma regulação/garantia/promoção da chamada *questão social*. Característica do *Welfare State*, a idéia de intervenção não é novidade surgida no século 20. Assim o Estado, com sua ordem jurídica, implica intervenção.

Cabe lembrar e reconhecer, conforme Moraes (p. 35), "que o processo de crescimento/aprofundamento/transformação do papel, do conteúdo e das formas de atuação do Estado não beneficiou unicamente as classes trabalhadoras". O papel do Estado,

⁶ Argumentos elaborados a partir de Marks (2008).

em vários setores, possibilitou investimentos em estruturas básicas que alavancaram o processo produtivo industrial, as quais mostraram-se viáveis para o investimento privado (como a construção de usinas hidrelétricas, estradas, financiamentos, etc.).

Essa dupla face faz parte da peculiar trajetória do Estado Social em que a intervenção pública refletia as reivindicações dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, a ação intervencionista do Estado tornava possível a flexibilização do sistema, o que garantia a sua própria manutenção e continuidade, bem como dava condições de infra-estrutura para o seu desenvolvimento.

Constatado o progresso por parte do Estado nas atividades econômicas, sociais, previdenciárias, educacionais, entre outras, o Estado visto como liberal vê-se a um passo de um Estado Social. Importante destacar que a presença do Estado se faz absolutamente necessária para a correção de desequilíbrios muito grandes a que são submetidas as sociedades ocidentais que, por sua vez, não têm um comportamento disciplinar com relação a sua economia, ou seja, não possuem um planejamento centralizado.

Nesse ínterim, o Estado passa a assumir um papel de controlador, regulador da economia, por meio de normas geralmente de cunho disciplinar. Por assim dizer, o Estado torna-se um gigante, um grande empregador, dando complexidade à vida social. Fala-se, nesse momento, da burocracia estatal (Bastos, 1999, p. 142).

Segundo vários autores, até o final dos anos 60 o pensamento de Keynes constituiu a ideologia oficial do que chamavam de compromisso de classe, quando diferentes grupos podiam entrar em conflito nos limites do sistema capitalista e democrático. Por esse motivo a crise do keynesianismo é entendida como uma crise do capitalismo democrático.

O keynesianismo, desde o pós-guerra, defende a tese de que o Estado pode harmonizar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia. São fornecidas as bases para que ocorra o compromisso de classe, oferecendo aos partidos políticos representantes dos trabalhadores uma justificativa para que exerçam o governo em sociedades capitalistas, engajando metas na plenitude de emprego e na redistribuição de renda em favor das classes populares. Nesse sentido, o Estado é visto como provedor de serviços sociais e também um regulador de mercado, sendo desta forma o mediador das relações e dos conflitos sociais.

A crise do keynesianismo, portanto, nada mais é do que a crise das políticas de administração de demanda, ou seja, quando emergem sinais de insuficiência de capital, as políticas que são voltadas à eliminação da junção entre a produção corrente e a produção potencial não mais apontam soluções (Bresser Pereira; Wilhelm; Sola, 1999, p. 225).

Streck e Moraes (2004, p. 91) lembram que, "apesar de sustentado o conteúdo próprio do Estado de Direito no individualismo liberal, faz-se mister a sua revisão frente à própria disfunção ou desenvolvimento do modelo clássico do liberalismo". Sendo assim, o Estado conserva aqueles valores jurídico-políticos clássicos, porém, em consonância com o sentido que vem tomando no curso histórico, como também com as necessidades e as condições da sociedade do momento. Nesse sentido, inclui direitos para limitar o Estado e direitos com relação às prestações do Estado. Faz-se necessário corrigir o individualismo liberal por meio de garantias coletivas. Isso se dá pela correção do liberalismo clássico pela reunião do capitalismo na busca do bem-estar social, que é a fórmula geradora do *Welfare State* neocapitalista no pós-Segunda Guerra Mundial.

Na Europa Ocidental esse modelo político-econômico foi chamado de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), na América Latina foi denominado de desenvolvimentismo e, nos Estados Unidos da América, esse modelo de Estado ficou conhecido como *New Deal* e colocado em prática por Franklin Delano Roosevelt entre os anos de 1933 e 1940. Este modelo tinha como finalidade promover a recuperação da Grande Depressão e corrigir os defeitos no sistema que se acreditava terem sido por ela revelados. Entre as medidas tomadas pelo *New Deal* nos EUA estavam: a) substancial libertação da política monetária das restrições do padrão-ouro e maior aceitação da responsabilidade da política monetária para a estabilização da economia; b) crescente confiança na política orçamentária governamental para levar a cabo e manter altos níveis de emprego; c) instituição do Estado de Bem-Estar Social (o fortalecimento do sistema de seguridade social, fornecendo benefícios de aposentadoria para trabalhadores; sistema de seguro-desemprego; o fornecimento de auxílio financeiro a famílias pobres com filhos dependentes); d) intervenção do governo para controlar preços e produção agrícola; e) promoção governamental da organização sindical; f) novo ou ampliado controle governamental de preços, tarifas ou outros aspectos dos transportes, energia, comunicação e indústria financeira e, g) movimento no sentido de uma política mais liberal de comércio internacional.

O Estado de Bem-Estar Social alcança seu ápice entre os anos 40 e 70 (considerados os anos de ouro do capitalismo). A partir dos anos 70 começa a ser questionado por investir e gastar demasiadamente nas questões sociais (saúde, emprego, moradia, previdência e educação). Os gastos sociais aumentam, o que desencadeia uma crise fiscal do Estado, além de estancamento econômico, elevadas taxas de desemprego e inflação. Ressurge a defesa das idéias liberais do livre mercado, agora sob um novo rótulo chamado de neoliberal, tendo em Friedrich von Hayek o seu principal interlocutor. Para Hayek, a vida social sob a égide do Estado é o caminho indefectível para a servidão. A crítica dos neoliberais incide sobre o dirigismo e a planificação do Estado sobre a economia, ou seja, defendem o mercado desregulamentado e menores pressões tributárias.

Por fim, procuramos expor nesta unidade idéias e autores que tratassem das crises e das transformações do Estado no século 20. Desde as teorias de Lenin e Rosa Luxemburgo (experiências totalitárias), passando pelos diferentes entendimentos do Estado na Teoria Democrática, até a experiência do Estado de Bem-Estar Social na Europa. Em síntese, o Estado de Bem-Estar Social foi instituído basicamente por partidos sociais democratas, delimitando uma terceira via entre o socialismo de esquerda e o liberalismo de direita. Os social-democratas prevêm uma passagem gradual do capitalismo ao socialismo exclusivamente pelas vias eleitorais e parlamentares.

– Mais à frente, na Unidade 4, voltaremos a tratar das relações entre o Estado de Bem-Estar Social e o neoliberalismo.

Sugestão de leituras: (referências completas no final)



– Para aprofundar o tema dos interpretes de Marx, conferir Outhwaite e Bottomore (1996, p. 814).

– Para um aprofundamento das idéias de Lenin, conferir Prélot (1973, p. 69-79).

– Sobre a Teoria das Elites, conferir o trabalho de Oliveira (2003).

- Sobre a Teoria Participativa ler a obra *Participação e teoria democrática*, de Carole Pateman (1992), a qual divide-se em duas partes: a primeira trata do impulso gerado pelas obras de Rousseau, John Stuart Mill e G. H. Cole para substanciar a relação entre democracia e participação. Na segunda parte Pateman apóia-se nas idéias de Sidney Webb e Beatrice Webb para discorrer sobre a perspectiva de democratizar as relações no interior das fábricas.
- Sobre a questão dos direitos naturais e da mão invisível do mercado, conferir as obras de Locke (2001) e Smith (1981), respectivamente.
- Sobre o Estado social e o enfrentamento de suas crises, ver obra de Morais (2002).
- Para uma leitura mais detalhada sobre o Estado de Bem-Estar Social, conferir Outhwaite e Bottomore (1996, p. 522).

Estado, Sociedade e Direitos Sociais no Brasil

A definição de brasileiro tem sido feito e refeito, ao longo dos anos, por diversos autores de livros famosos. Paralelamente, no entanto, a sociedade dominante é que deu a base do conceito, uma vez que, para ser escritor, era preciso ser letrado, um privilégio no Brasil que há pouco tempo havia se estabelecido como república.

Um Brasil no qual imperava o conceito europeu de superioridade sobre os negros, índios e mestiços, que constituíam a maioria do povo brasileiro, aos quais, por muito tempo, os escritores deram as costas, fazendo com que seus escritos apenas revelassem a diminuta face européia do país.

Com o século 20 chegando, porém, essa idéia estava fadada à ruína, como demonstrou Euclides da Cunha na sua narração do Nordeste brasileiro; Monteiro Lobato, com o Jeca Tatu, e Gilberto Freyre, com *Casa-Grande & Senzala*, só para citar uns poucos exemplos. A partir deste último livro o Brasil aspirou tornar-se uma democracia social. Segundo o relato, os africanos não eram selvagens e, dentre outras coisas, sabiam manejar o gado, trabalhar o ferro, irrigar o solo, adubá-lo e cuidá-lo, fazer fortificações e organizar as tropas para o combate. Sabiam ler e escrever, e muitos já tinham lido o Alcorão, enquanto seu dono não sabia escrever o próprio nome.

No Brasil não éramos apenas três raças – branco, índio e negro – mas sim uma mistura de povos, oriundos de diversos países. Câmara Cascudo tinha a ambição de que os brasileiros gostassem de verdade do Brasil. O livro *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, destaca que a expansão portuguesa foi só aventura, sem método nem rumo. Já Manuel Bonfim afirma que os portugueses tinham obstinação em cumprir o projeto do primeiro império moderno. Sérgio Buarque de Holanda afirma que o português era adaptável, se entendia com os nativos, mas queria ficar rico logo e voltar para casa. Segundo ele, os portugueses tinham uma cultura da aventura e não do trabalho.

Silva (2000) argumenta que o Brasil tinha de deixar de ser um país de “portugueses transplantados nos trópicos”, porque os índios e os africanos se adaptaram ao molde lusitano, e não o contrário. A arte e a literatura tiveram grandes expoentes nesse período: Portinari, Nelson Rodrigues, Cecília Meireles, Jorge Amado e Graciliano Ramos.

A história do Brasil era apenas mais um capítulo da história do comércio europeu: tínhamos surgido para fornecer bens tropicais. No início do século tínhamos classes sociais em luta – escravos, semi-escravos, pobres, explorados e empobrecidos. A obra *Bandeirantes e pioneiros* (1955), de Viana Mogg, explica porque o Brasil não cresceu como os Estados Unidos, país modelo e meta para as classes médias brasileiras.

Com a descoberta do ouro criou-se um mercado interno, e, assim, a base para uma economia nacional. Essa base aumentou com o café, quando se substituiu escravos por assalariados. Surgiam, aí, consumidores em potencial. As misturas de raça fizeram o “brasileiro” que temos hoje. De tantas raças presentes em nosso país, não há tipo humano que não caiba no passaporte do Brasil.

Neste sentido, esta Unidade tem como objetivo discutir aspectos ligados ao Estado, à sociedade e aos direitos sociais no Brasil a partir da análise de algumas Constituições Federais. A seção inicial discute o “descobrimento” do Brasil como consequência de um pensamento racional instrumental moderno. Os espanhóis e portugueses seguem a lógica da conquista, do enriquecimento a qualquer custo, da expansão do Império juntamente com a expansão do cristianismo. A seção 3.2 discute aspectos do Estado, do Direito e da sociedade no Brasil a partir da herança lusitana da centralidade do Estado, do patrimonialismo e do direito transplantado da metrópole para a colônia. Na seção 3.3 apresenta-se a discussão do Estado no Brasil e a relação com os direitos sociais mediante uma leitura das diferentes Constituições do Brasil, desde 1824 até a Constituição “Cidadã” de 1988.

Seção 3.1

O “descobrimento” do Brasil: antecedentes

A modernidade emergiu sob o mito da criação de uma racionalidade instrumental, que levou o homem europeu a se confrontar com o outro, que habitava o “Novo Mundo”. Cristóvão Colombo, representante máximo da mentalidade “moderna” europeia, deixou regis-

trado em seu diário que o objetivo final de suas viagens era o enriquecimento e a expansão do cristianismo, porém logo percebeu que o Deus dos espanhóis era o ouro: "Estava atento e tratava de saber se havia ouro... Não quero parar, para ir mais longe, visitar muitas ilhas e descobrir ouro". Colombo pedia, em suas orações, que Deus o ajudasse a encontrar o referido metal: "Que Nosso Senhor nos ajude, em sua misericórdia, a descobrir este ouro...". A segunda intenção de Colombo era a de expandir o cristianismo aos povos "bárbaros", com o apoio dos bispos e do Papa, juntamente com toda a Igreja, com o objetivo final de obter maior financiamento para tal empreendimento: as viagens às Américas. A sua próxima viagem será "para a glória da Santíssima Trindade e da Santa religião cristã" e, para isso, Colombo "espera a vitória do eterno Deus, como ela sempre me foi dada no passado" e sintetiza: "Espero em Nosso Senhor poder propagar seu Santo nome e seu Evangelho no universo". Todos sabiam que Colombo era um fervoroso cristão, inclusive que não viajava aos domingos, respeitando, assim, os mandamentos de Deus, seguindo os ensinamentos da Igreja.

Vinde incontinenti

é uma expressão do conquistador Gonzalo Fernandes Oviedo aos nativos das América. Significava prestar homenagem às autoridades (Deus, Rei, Papa).

O conquistador Gonzalo Fernandes Oviedo pregava, igualmente, aos nativos das "Índias", a existência de um Deus, de um Papa e de um Rei que deveriam ser adorados; caso contrário, sofreriam penas duríssimas: "Caciques e índios desta terra firme do lugar tal: nós vos fazemos saber que existe um Deus, um Papa e um Rei de Castela que é o Senhor destas terras: **vinde incontinenti** render-lhe homenagens, porque se não o fizerdes, sabeis que nós vos faremos guerra e vos mataremos e vos escravizaremos".

Bartolomeu de Las Casas, um dos poucos bispos europeus que defenderam a causa indígena, relatou que Colombo, quando era recepcionado com festas pelos americanos, recebendo pre-

sentos como ouro e objetos preciosos, logo acorria a seu oratório, seguindo os rituais da tradição cristã, e dizia: "Agradecemos ao Nosso Senhor que nos tornou dignos de descobrir tantos bens".

A primeira referência feita por Colombo, em relação à população que aqui vivia, não deixa de ser significativa, especialmente se relacionada ao aspecto "natural" em que vivia, mas a análise foi feita apenas quanto ao aspecto físico: "então viram gentes nuas", logo relacionaram como sendo povos selvagens, sem moral: "Vão completamente nus, homens e mulheres, como suas mães os pariram", até mesmo os reis, as mulheres e as crianças, tudo dentro da maior naturalidade. Colombo, ao descrever o aspecto físico dos habitantes americanos (estatura, cor da pele...), chegou à conclusão de que são selvagens e que, pelo menos, tendem a parecer-se mais com os humanos do que com os animais.

Os índios foram considerados, inicialmente, seres dóceis, generosos, "gente boa"; mas, com o passar do tempo, o europeu passou a considerá-los como ladrões, aplicando-lhes castigos por seus atos.

Bem antes de o homem branco europeu chegar por estas terras, o índio tinha suas normas morais e seus ritos religiosos. Ele respeitava a si próprio e aos demais, à mãe Terra, à água, à Lua, às estrelas, ao Sol. Os espanhóis chegaram e impuseram a sua religião: em uma das mãos, a cruz do Cristo europeu, simbolizando o poder da Igreja; na outra, a espada para a conquista.

Colombo não descartou a possibilidade de os espanhóis serem considerados de "origem divina" pelos nativos, o que daria uma boa explicação para o medo inicial e seu desaparecimento diante do comportamento indubitavelmente humano dos conquistadores: "os índios associaram-nos com os deuses", por isso aceitaram pacificamente a dominação dos espanhóis. Colombo assim se expressou ao se referir à religião do índio: "São crédulos, sabem que há um Deus no céu, e estão convencidos que viemos de lá... Um dos índios que vinham com o almirante falou com o Rei dizendo-lhe que os cristãos vinham do céu e andavam à procura de ouro".

E foi assim, por essas e outras, que o grau de despudoramento do espírito do homem europeu não se furtou a lançar mão do álibi de Deus para sacramentar e justificar o início do massacre da cultura indígena nas Américas, cuja vileza dos atos só ironicamente pode receber o nome de “descobrimto”. Em outras palavras: a ideologia religiosa serviu para justificar a dominação dos europeus para com os nativos que viviam nas Américas.

Seção 3.2

Estado, Direito e Sociedade em descompasso

Quando aportaram em terras brasileiras a fim de colonizá-las, os portugueses trouxeram consigo o seu modelo já formado de Estado, com leis, hierarquias e toda a sorte de elementos que “protegem” a vida em sociedade. As particularidades sociais e também territoriais de nosso país, todavia, como a convivência entre tipos tão distintos (portugueses fidalgos, clérigos, aventureiros, párias, sociedades indígenas, escravos), acabaram por criar a necessidade de uma certa adaptação do Direito que regia Portugal, gerando assim particularidades que, mais tarde, mesmo com inúmeras diferenças, levaria à formação do Estado brasileiro.¹

3.2.1 DIREITO DO COLONIZADOR E PRIVILÉGIO DAS ELITES

Desde o princípio da ocupação portuguesa a intenção da Coroa era somente a de usar o Brasil como uma colônia. Isto é, não havia um projeto de ocupação, e todos os esforços eram voltados a retirar tudo o que a colônia pudesse oferecer em matéria de riquezas. Dessa forma, Portugal tomou conta das terras e as dividiu entre alguns nobres, para que estes, tomando posse, assegurassem militarmente a exclusividade dessas propriedades, dando, assim, início ao processo de formação das elites regionais. Por um período de aproximada-

¹ Esta seção expressa as principais idéias do trabalho de Dallari (2000, p. 440-488).

mente três séculos, esta foi a diferença básica da sociedade brasileira: mandantes e mandados. Lentamente, foi se formando uma oligarquia com o crescimento do poder de algumas classes: os já mandantes proprietários das terras, chefes militares e a nata da hierarquia católica. Mais tarde os comerciantes conquistaram destaque na sociedade, deixando mais complexa a hierarquia social.

Nesse período um fato significativo foi a intensificação da produção agrícola nas regiões mais ao Sul, aumentando, conseqüentemente, o seu desenvolvimento e deixando o Nordeste (que até então era a região mais rica devido ao ciclo da cana-de-açúcar e por isso alavancou por mais de quatro séculos o desenvolvimento econômico no Brasil), à margem do desenvolvimento e à mercê das elites locais.

É nesse ponto que o Estado português, que até então tinha um envolvimento praticamente nulo na vida política brasileira, decidiu intervir proibindo o comércio de colonos com outros países sem a intermediação da Coroa portuguesa, para garantir o absoluto controle do território. A interferência tornou-se mais intensa e rígida quando, no início do século 18, foi descoberto ouro em Minas Gerais. Neste caso, os desmandos impostos pela Coroa foram tão severos que geraram a primeira revolta que bradava a favor da independência, contra o jugo de Portugal: a Inconfidência Mineira.

3.2.2 A HERANÇA COLONIAL E O ESTADO BRASILEIRO

Por cerca de três séculos o Brasil viveu uma espécie de ambigüidade jurídica: formalmente, estava submetido às leis de Portugal, porém na prática o que se aplicava era um Direito local, baseado nos costumes e na vontade dos que detinham o poder. Foi dessa ausência de poder governamental que nasceu a figura das oligarquias, os grandes proprietários de terras, com poder político absoluto local e que tinham total controle sobre as leis, polícias e judiciário.

O resultado dessa **rapsódia** social foi que práticas absurdas e um pensamento conservador e retrógrado foram se instalando no Brasil, e, mesmo com o fim do período colonial continuam até hoje vivas na sociedade brasileira. Como exemplo, podemos citar:

- a) as oligarquias, que são uma mistura de feudalismo, coronelismo autoritário e paternalismo, que marcaram o final do século 20, e que são frutos do absoluto domínio dos senhores de engenho sobre os escravos;
- b) a visão do Estado como inimigo, autoritário e explorador, resultado da forma como o governo português agiu todas as vezes que tentou interferir ativamente no Brasil;
- c) a idéia de que o privado é sempre mais importante que o público e que tudo é justificável para defendê-lo, incluindo a utilização do governo e de recursos públicos para preservá-lo;
- d) o uso do Estado nas áreas mais pobres, onde não há interesse das oligarquias em fazer investimentos, pois, dessa forma, o assistencialismo do Estado, percebido como favor pela população menos esclarecida, protege o patrimônio privado e legitima a distribuição de cargos públicos como favor político, formando uma espécie de curral eleitoral;
- e) o conflito entre interesses gerais e específicos, hoje alocado entre União, Estado e Municípios.

Rapsódia

Epopéia de uma nação.
Fonte: Houaiss.

Os primeiros partidos políticos no Brasil

Até 1837 não se pode falar a rigor em partidos políticos no Brasil. Nesse ano formaram-se as duas agremiações que caracterizaram o Segundo Reinado, a dos Conservadores (*saquaremas*) e a dos Liberais (*luzias*).

Os conservadores defendiam um regime forte, com autoridade concentrada no trono e pouca liberdade concedida às províncias. Os liberais inclinavam-se pelo fortalecimento do parlamento e por uma maior autonomia provincial. Ambos eram pela manutenção do regime escravista, mas os liberais aceitavam a sua supressão, conduzida por um processo lento e gradual que levaria à abolição da escravatura. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partidos_pol%C3%ADticos_no_Brasil>. Acesso em: 24 set. 2008.

3.2.3 A REPÚBLICA BRASILEIRA: nova sociedade, novo modelo constitucional, velho autoritarismo

No fim do século 19 a abolição da escravidão desencadeou um processo que mudaria radicalmente a sociedade brasileira: a vinda de imigrantes para substituir a mão-de-obra escrava. Comigo, os imigrantes trouxeram um outro modo de ver a sociedade e as relações, as idéias de anarquia e socialismo, e o discernimento entre direitos e deveres nas relações de trabalho, como a exigência do pagamento de um salário ou algum outro tipo de compen-

sação, o direito ao descanso, moradia e alimentação de boa qualidade e, principalmente, o respeito à pessoa, ou seja, repúdio a qualquer forma de castigo físico. Dessa forma, o fenômeno migratório engendrou algo novo na sociedade brasileira: as reivindicações sociais.

Paralelamente às mudanças ocorridas na formação da sociedade, no dia-a-dia o poder político e as práticas de Estado não sofreram alterações. Os partidos existentes na época, Progressista e Conservador, apesar da diferença na forma como viam as mudanças sociais, tinham em comum o mesmo objetivo: manter o poder nas mãos das elites. Isso fica claro na primeira Constituição, que data desse período, em que o poder do Estado é restrito mediante a separação dos poderes, os direitos individuais são garantidos, e, principalmente, o Brasil copia os moldes de organização dos EUA (adota o regime de República Federativa, onde cada Estado tem autonomia administrativa). Aqui, porém, foi concedida também autonomia aos municípios. Dessa forma, assegurava-se o domínio das elites regionais, ou seja, a República Brasileira já começava priorizando os interesses dominantes. Estes vícios, somados a episódios como a política do café com leite, desencadearam a revolução que depôs o presidente e decretou o fim da 1ª República (1930).

A partir de então, tornou-se mais forte a influência fascista no Brasil. Em 1934 uma nova Constituição foi promulgada, mantendo os postulados da anterior e incorporando alguns preceitos da Constituição alemã. Esta nova Constituição durou apenas até 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso e governou ditatorialmente até 1945. Com a deposição de Vargas, em 1946 foi promulgada uma nova Constituição, que durou até 64, quando, por força de diversos atos institucionais, o Brasil passou a ser comandado por sucessivos governos militares.

Seção 3.3

A formação do Estado no Brasil e a questão dos direitos sociais

Pode-se dizer que no Brasil, desde o período colonial, imperial e Primeira República, nada mudou em termos de elite política e econômica. Os donos do poder eram os latifundiários, os traficantes de escravos (nacionais), aliados ao poder emanado da metrópole (Por-

tugal). O exagero com gastos públicos em relação à nobreza e os altos impostos em relação ao ouro desencadearam interesses divididos entre brasileiros e portugueses, acentuados com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, bem como a Proclamação da Independência pelo Príncipe Regente, em 1822. Esta função de manter o território nacional, entretanto, provocou um marco histórico no país, isto é, do paternalismo político, no qual os méritos das conquistas não eram do povo, e sim dos poderosos para se manter no poder (Brum, 1988, p. 42-45).

Diferentemente da emancipação política norte-americana, que teve uma elevada participação da sociedade civil organizada, a Proclamação da Independência do Brasil não teve um significado de revolução, mas de "arranjo político", expressando o interesse da aristocracia rural dominante que o povo, que era maioria, apoiava, no sentido de se sentir livre econômica e socialmente (Brum, 1988, p. 46).

Diante da idéia de libertação foi promulgada a Carta Outorgada de 1824. Tendo em vista que a classe social não conseguia se organizar, foi oferecida ao povo pelo imperador uma organização jurídico-política partindo do poder central, ou seja, de cima para baixo (p. 46-47).

A Carta Outorgada imposta por Dom Pedro I, imperador da época, foi um diploma monarquista-parlamentarista, que atribuía a guarda da Constituição ao poder Legislativo. Em seu artigo 15, n. 8 delegava ao Legislativo "fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las", e no n. 9 do mesmo artigo "velar na guarda da Constituição". Com o poder moderador, no entanto, o imperador controlava e coordenava tudo (Bastos, 1999, p. 399).

Nesse sentido, a Carta Outorgada oferecida ao povo, para que se organizasse política e juridicamente, era norteada pelos grandes proprietários, os mais próximos do imperador, mas predominava o poder moderador, sendo que o monarca tinha absoluto poder para fazer ou deixar de fazer o que quisesse, comandando a tudo e a todos. Nesse período havia pouca materialidade a respeito de direitos sociais, pois a preocupação era mais calcada na "distribuição de benefícios", ou seja, na "utopia de organizar a sociedade de acordo com os indicadores do 'mercado', estimulada pelo início da produção mercantil generalizada no século XVIII" (Santos, 1998, p. 69), que se tornou viável com a Revolução Industrial, mas não determinava uma sociedade igual para todos, onde todos dispusessem, em condições iguais,

de bens e serviços, mas que cada um recebesse de acordo com sua capacidade. Essa forma desequilibrada e diferenciada traduz bem o que a Constituição de 1824, em seu artigo 179, Inciso XIII, descrevia: "A lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um" (Barroso, 1996, p. 9).

Assim, a organização administrativa estabelecida nesse período era suficiente para conter os insubordinados, pois o estímulo era aos latifundiários, ou seja, contentava os interesses comuns, haja vista que o Estado nessa época não era visto como protetor de interesses da população, mas de particulares (Faoro, 2001, p. 173-193).

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1998, p. 71-72), depois de um longo período sem discutir a problemática social e após a extinção da escravidão, foi promulgada a Lei n. 3.397, de 24 de novembro de 1888, a qual amparava os empregados que trabalhavam nas estradas de ferro do Estado, prevendo uma espécie de auxílio doença e funeral. Também em 20 de julho de 1889, pelo Decreto n. 10.269, foi criado o Fundo de Pensões do Pessoal das Oficinas da Imprensa Nacional. Em 1890 foi criado, pelo Decreto n. 439, em 31 de maio do mesmo ano, o Fundo Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), em relação às forças de trabalho infantil.

O Segundo Reinado, conforme Faoro (2001, p. 500), foi a vez dos comerciantes, especuladores, intermediários, fazerem do modernismo desenvolvimentista um ciclo de empréstimos e concessões à custa do Estado.

A política da República Velha, de 1889 até 1930, foi marcada pela expansão federalista, ou seja, os Estados ficavam com a receita da exportação, a mais importante da época, e organizavam suas próprias forças armadas, como forma de substituir o poder central (Soares, 1973, p. 17-20). Também o nepotismo e o empreguismo eram meios adotados na época para garantir a oligarquia.

Nesse período a sociedade também era dividida em classes: de um lado a elite, que detinha poder pelas concessões e favores patrocinados pela política oligárquica e, de outro, uma classe marginalizada, que sofria com inúmeros problemas: analfabetismo, latifúndio e participação restrita.

A República instituída pelo governo Provisório e, depois, por Floriano Peixoto, foi apoiada pela classe média formada pelos militares, intelectuais, proprietários rurais. Em 1891, com a Constituição emendada por Ruy Barbosa, que ratificava o sistema presidencialista de governo no país, "através de eleição direta, com mandato por quatro anos, vedada a reeleição para o período imediato", houve uma notória substituição aos moldes do império, bem como as províncias passam a ser Estados (Brum, 1988, p. 59-60).

A Constituição de 1891, inspirada no "figurino norte-americano", além de mudar a forma de governo, de monárquica para presidencialista, mudou o sistema de governo parlamentar para presidencialista, bem como a forma unitária de Estado, que passou a ser federal, porém ainda era "omissa na questão social, elitista no seu desprezo à conscientização popular" (Barroso, 1996, p. 11).

Ainda nesse período o coronelismo é um marco histórico, no qual o poder representava toda e qualquer força, pois o país, extremamente agrário, tinha no poder proprietários latifundiários, poucos comerciantes e intelectuais da classe média, portanto uma minoria, posto que a maioria representava um povo trabalhador, oprimido e marginalizado, agora com direito a voto, mas de forma fraudulenta.

Soares (1973, p. 24) explica que "a extensão da corrupção eleitoral na República Velha era, pois, incrível. As eleições não eram uma questão eleitoral, mas sim, uma questão de poder", uma vez que o poder de Estado iria além do que permitisse e era difícil um candidato apoiado pelo governador não se eleger. "A norma, portanto, era que o Governador 'fizesse' seu sucessor".

A República Nova, de 1930 a 1964, foi marcada pelo populismo (não mais pelo coronelismo e nem tanto pela oligarquia), uma espécie de política voltada às massas, às classes sociais, a fim de resgatar o povo brasileiro, ofertando-lhe uma nova forma de governo para que as classes pudessem viver dignamente.

Uma das mais emblemáticas frases da época foi dita por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, em 1930: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". O rompimento com o período anterior e o início desta fase histórica abriu possibilida-

Constituição de Weimar

(alemão: *Weimarer Verfassung*) era o documento que governou a curta república de Weimar (1919-1933) da Alemanha. Formalmente era a

Constituição do Estado Alemão (*Die Verfassung des Deutschen Reiches*). O título da Constituição era o mesmo que a Constituição imperial que a precedeu. A palavra alemã *Reich* é traduzida geralmente como “império”, entretanto uma tradução mais exata seria “reino” ou “comunidade”. O termo persistiu mesmo após o fim da monarquia em 1918. O nome do oficial de Estado alemão era *Deutsches Reich* até a derrota da Alemanha Nazista no final da Segunda Guerra Mundial. Fonte: Constituição de Weimar de 1919. Fonte: wikipédia.

des para o povo participar das manifestações sociais e políticas, ou seja, “por forças das transformações sociais e econômicas que se associam ao desenvolvimento do capitalismo industrial e que assumem um ritmo mais intenso a partir de 1930” (Weffort, 1980, p. 17).

Nesse período é importante salientar a respeito do populismo que:

A partir da revolução que comove as bases da ordem liberal-oligárquica, começa a estabelecer-se uma estrutura do Estado de caráter semicorporativo que se encontrará apta a promover a incorporação das classes populares urbanas bem como as demais classes em formação (Weffort, 1980, p. 123).

Segundo Brum (1988, p. 68), o populismo autoritário teve três períodos sob o comando de Getúlio Vargas: de 1930 a 1934, como Governo Provisório; de 1934 a 1937, como um Governo Constitucional, e de 1937 a 1945, como a ditadura do Estado Novo.

No primeiro período houve uma ampliação da cidadania pela extensão do direito ao voto, também às mulheres, e a redução desse direito de 21 para 18 anos. A partir de 1934, por meio de um golpe, Getúlio impôs ao país uma nova Constituição Federal, estabelecendo a ditadura de Estado Novo e transformando-se em ditador. O poder passou a ter caráter pessoal e as eleições foram suspensas, houve proibição da criação de partidos políticos e marginalização do povo e desigualdade de forma assustadora, pois boa parte das pessoas vinha do campo para a cidade em busca de condições melhores de vida e se deparava com a ditadura existente (Brum, 1988, p. 71-78).

A Constituição de 1934, “influenciada pela **Constituição de Weimar** de 1919, e pelo corporativismo, continha inovações e virtudes”, entre elas a criação da “Justiça do Trabalho, e o salá-

rio mínimo, instituição do mandado de segurança, o acolhimento da ação popular" (Barroso, 1996, p. 18), bem como a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), um código ousado à época de elaboração, mas que fundamentava e garantia muitos direitos trabalhistas, entre eles a jornada de trabalho e o repouso semanal.

A idealização dessa época, moralizadora e liberal, pela Revolução de 1930, deixava clara a ideologia antiliberalista, que reivindicava mais aspectos econômicos e sociais do que políticos, haja vista que os direitos sociais existentes eram obrigação do Estado (Barroso, 1996, p. 18).

Foram criados muitos dos direitos trabalhistas, alguns exercidos e outros somente efetivados ao longo dos anos. A Constituição de 1937 regulamentou a produção, a mineração, o aço e o petróleo. Essa Constituição foi marcada pela função "paternalista da atuação governamental, e do atrelamento dos sindicatos ao poder público" (p. 22).

Nesse período no Brasil o movimento sindical mostrou-se de grande valia aos direitos sociais conquistados. Durante a Era Vargas até 1964, a proteção ao trabalhador urbano e rural, como jornada de trabalho, salário mínimo, repouso semanal, as condições do ambiente de trabalho, a questão da mulher, ou seja, a compensação social é ratificada, bem como a regulamentação das profissões, tarefa que coube ao Estado fazer. Ainda a regulamentação dos acidentes de trabalho, por meio do seguro por acidentes de trabalho, que deveria ser depositado à Previdência Social em caso de risco na profissão. Também a assistência médica, em prol do trabalhador, a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários (Decreto-lei n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923), bem como os trabalhadores marítimos, de pesca, entre outros (Santos, 1998, p. 73-79).

Em 1945 Getúlio Vargas voltou ao governo eleito pelo povo, mas ainda persistiam ressentimentos da ditadura. Em 1954 Vargas se suicidou e o populismo ganhou força. Entre 1945-1964 o país passou por várias mudanças. Foram criados partidos políticos, com pouca participação popular. Em 1946 foi promulgada a Constituição Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, a qual legislava acerca das eleições dos Estados-membros, prefeitos municipais e vereadores (Brum, 1988, p. 81-83).

A Constituição de 1946 teve caráter constitucionalista, pois com o fim da Segunda Guerra Mundial muitos Estados tomam-se independentes e passaram a criar suas Constituições com base em um assistencialismo social. Assim, é mister salientar que

na estrutura típica do constitucionalismo burguês, buscava-se um pacto social apto a conciliar, numa fórmula de compromisso, os interesses dominantes do capital e da propriedade com as aspirações emergentes de um proletariado que se organizava (Barroso, 1996, p. 24).

A Constituição de 1946 revelava ainda um avanço espetacular, pois enunciava direitos e garantias individuais, como cultura e educação, bem como princípios que deveriam nortear a área econômica e social. O Judiciário deveria apreciar qualquer lesão de direito individual. O ensino primário deveria ser obrigatório, bem como a repressão do poder econômico, que condicionou o uso da propriedade ao bem-estar social e, ainda, o direito dos empregados de participar no lucro das empresas, entre outros aspectos sociais (Barroso, 1996, p. 25).

Com a deposição e o suicídio de Vargas e até a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, a política brasileira esteve em crise. De 1956 a 1960 Juscelino transformou a economia brasileira com um programa de metas, inclusive moderno para a época, na qual a famosa frase de Juscelino era ouvida: "Cinquenta anos em cinco" (Ianni, 1986, p. 151).

Nesse período o Brasil foi marcado pelo desenvolvimento, e após Juscelino Kubitschek outros presidentes continuaram a buscar o desenvolvimento econômico e social, como João Goulart e Jânio Quadros, que optaram por programas de metas, criando estatutos e direitos. Pode-se dizer que foi uma fase desenvolvimentista do Brasil. Convém ressaltar, no entanto, que, de 1964 a 1985, os governos de Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo adotaram políticas semelhantes, voltadas ao desenvolvimento econômico, de mercado e social (Ianni, 1986, p. 229).

Em 1964 ocorreu um golpe militar que se iniciou com Castello Branco e prosseguiu com os demais, com o objetivo de revolucionar por meio de Atos Inconstitucionais que se iniciaram com o número 1 e foram até o número 16, sendo os mais terríveis os de número 1 ao 5, os quais suprimiram alguns dos principais direitos da população (Brum, 1988, p. 108-109).

A Constituição de 1964 teve, em seu texto, cerca de 20 Emendas Constitucionais, sem mencionar os Atos Inconstitucionais baixados pelo presidente, com os quais modificou a forma das eleições, passando a ser indiretas, tanto para presidente como para governadores, poder permanente ao presidente da República e restrição aos direitos políticos. Com o fim do mandato de Castello Branco os Atos Inconstitucionais aumentaram, pois continuaram com o presidente eleito, indiretamente, Costa e Silva, em 1967. Além das restrições já declaradas, ocorria também censura à imprensa, possibilidade de confisco de bens, tortura aos adversários políticos, perseguição aos estudantes, que foram duramente reprimidos, guerrilhas urbanas, enfim, uma desordem total (Barroso, 1996, p. 32-36).

Com a ascensão do general Emílio Garrastazu Médici, em 1969, pelo voto indireto, ocorre a promulgação da Constituição de 1969. Este governo conseguiu fazer com que crescesse a economia, adotando uma política calcada na concentração de renda. A Constituição de 1969 foi basicamente "nominal", pois sua efetivação nunca saiu do papel, haja vista que os direitos sociais também não passaram de meras formalidades. Esse texto constitucional passou por duas emendas, uma que permitia eleições indiretas e outra que facultava a ocupação de cargos no governo sem perda dos mandatos.

Em 1974 o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência e cassou os mandatos dos parlamentares, pois foi no seu governo que teve início o processo gradativo de refluxo do poder. Após, Geisel coibiu a tortura e "revogou os Atos Inconstitucionais e os atos Complementares, no que contrariava a Constituição". Em 1979 assumiu João Baptista de Oliveira Figueiredo, que tinha como objetivo reconstituir a legalidade democrática. E, por fim, foi eleito Tancredo Neves, que não chegou a assumir a Presidência devido a sua enfermidade, assumindo o vice-presidente José Sarney (Barroso, 1996, p. 37-39).

Em 1985 se definiu, por meio da Nova República, o perfil do país, ocorrendo uma transição à democracia. Nessa época surgiram as "Diretas Já", um marco histórico brasileiro na luta pela eleição direta para presidente da República. Assim, com o advento da Constituição Federal de 1988, a "Constituição Cidadã", o Brasil iniciou uma nova fase em relação à importância de se garantir direitos sociais.

Hoje entende-se que a efetividade da Constituição Federal depende da sua eficácia, da aplicação e realização de suas normas, fazendo prevalecer o sentido e valor do que é tutelado. "É a ligação entre o dever-ser normativo e o ser da realidade social", e ainda, "ao insti-

tuir o Estado, a Constituição organiza o poder político, define os direitos fundamentais do povo, estabelece princípios e traça fins públicos", de forma a facilitar sua obtenção (Barroso, 1996, p. 283).

Alexandre de Moraes (2001, p. 34) afirma que:

Constituição deve ser entendida como lei fundamental, e suprema do Estado, que contém normas referentes à estruturação do Estado, à formação dos poderes públicos, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuindo competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos. Além disso, é a Constituição que individualiza os órgãos competentes para a edição de normas jurídicas, legislativas e administrativas.

Não se pode falar, todavia, em desenvolvimento econômico e social, ou estruturação do Estado, sem que a Constituição esteja presente, pois o que faz a cidadania e a democracia, e também a soberania da população brasileira, sem dúvida, é a lei mais importante do país. Sem a existência dela não é possível pensar em liberdade, igualdade, direitos, garantias e deveres, e muito menos em justiça e política, posto que a Carta Magna consagra a todos, justamente por ser uma lei fundamental.

O conjunto de valores mais importantes da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, encontra-se em seu preâmbulo:

[...] instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Neste sentido, a obtenção dos pressupostos anteriormente descritos somente é possível com a aplicação de políticas públicas eficazes voltadas ao dever-ser que o Estado deve proporcionar aos seus cidadãos. Faoro (1985, p. 16) discorre sobre a autonomia e os detentores do poder:

Com a Constituição, o poder não apenas se organiza, senão que, submetido ao controle de baixo, se legitima, estabelecendo as regras fundamentais que permitem a emergência de novas forças sociais, sem privilegiá-las e sem oprimir as minorias que outrora foram majorias, assegurando-

lhes os meios de entrar e sair do poder sem abalos sociais e sem convulsões políticas. A Constituição, finalmente, é a suprema força política do país, nas suas normas e valores, coordenadora e árbitro de todos os conflitos, sempre que fiel ao poder constituinte legitimamente expresso.

Assim, compreende-se que o Estado não possui poder próprio, mas passa a tê-lo quando emerge das classes, do povo, ou seja, dos cidadãos ao Estado, e essa ação depende das práticas de políticas públicas, pois com a "construção da esfera pública, se estende a todos os cidadãos a condição de igualdade básica, é a função precípua da cidadania", o que nos torna parte do Estado (Corrêa, 2002, p. 224-225).

A reforma do Estado, nos anos 90, surgiu "como um enorme fardo nas costas, o que desafiou e sufocou todos os governos" dessa época. O neoliberalismo presente e a globalização transferiram "doses adicionais de individualismo, diferenciação e fragmentação". O país passou a ser "*pós-moderno* sem ter conseguido ser plenamente *moderno*", o que é um desafio a cada dia (Nogueira, 2005, p. 25).

Tal passagem não se evidenciou ante o longo período vivenciado pelos moldes ditatoriais, uma vez que, mesmo após consolidada a democracia no país, ainda se percebia um resquício da necessidade de efetivação dos direitos, principalmente os sociais, tão fragmentados e diminuídos na atualidade.

A globalização tem uma influência notável no que diz respeito às políticas estatais, bem como na vida dos cidadãos. Bauman (1999, p. 29) salienta que os espaços públicos passaram a ser privados, e o território urbano passou a ser um campo de batalha, onde as questões sociais são resolvidas pelas próprias mãos e pagas com o sofrimento humano por aqueles desprezados e despojados, avisando aos demais para não ultrapassarem seus territórios.

Cada vez mais o fenômeno da globalização e do enfraquecimento do Estado como nação é questionado. Hoje, as idéias de Estado e de "soberania territorial" tornaram-se sinônimas dentro das práticas modernas, ou seja, o Estado reivindica o seu direito legítimo para impor suas regras, mas as transformou em ambivalência (Bauman, 1999, p. 68).

Assim sendo, também se aduz que a única tarefa econômica permitida ao Estado e que se espera que ele assuma é a de garantir um "orçamento equilibrado", policiando e controlando as pressões locais por intervenções estatais mais vigorosas na direção dos ne-

gócios e em defesa da população diante das conseqüências mais sinistras da anarquia de mercado. Assim, a globalização, por sua independência de movimento e irrestrita liberdade para perseguir seus objetivos, das finanças, comércio e indústria de informações globais depende da fragmentação política e do cenário mundial, o que representa a separação política da economia, mas que uma interfere na outra, resultando na perda da política e afetando o poder social (Bauman, 1999, p. 74-76).

A globalização, fenômeno imprescindível do capitalismo, impõe que, devido ao choque de influências, todos devam se adaptar às novas regras na busca do bem-estar. A era do capitalismo, entretanto, é ao mesmo tempo um período e uma crise, ao contrário dos tempos mais antigos, em que a crise vinha após o período vivenciado, pois dia após dia vive-se em crise.

Diante disso, conforme Santos (2003, p. 55):

[...] cabe-nos, mesmo, indagar diante dessas novas realidades sobre a pertinência da presente utilização de concepções já ultrapassadas como democracia, cidadania, opinião pública, conceitos que necessitam urgente revisão, sobretudo nos lugares onde essas categorias nunca foram claramente definidas nem totalmente exercitadas.

O autor mostra preocupação por um novo discurso, e afirma que “o Estado continua forte e a prova disso é que nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica” (Santos, 2003, p. 77).

O discurso neoliberal ganha força “à medida que prossegue a desregulamentação, enfraquecendo as instituições políticas que poderiam, em princípio, tomar posição contra a liberdade do capital e da movimentação financeira” (Bauman, 2000, p. 36). Ou seja, com as novas instituições os governos ficam amarrados e as multinacionais livres para tomar ainda mais grave a posição de precariedade da sociedade, marginalizando os países mais pobres e liberando os operadores de mercado.

A globalização fez com que ocorresse um “declínio da cidadania como fundamento significativo e relevante para asserção de reivindicações relativas a recursos, sofre de uma falta de legitimidade ideológica, de influência política e de reforço cultural no Ocidente”

(Falk, 1999, p. 262). Este declínio de cidadania implicou também a efetivação dos direitos, pois no momento em que a sociedade participou, conheceu e reivindicou seus direitos, houve um fortalecimento da cidadania e, na medida em que as políticas públicas realizadas ofereciam ao cidadão a garantia de direitos, a política se fortalece.

Muitas das promessas políticas não são efetivadas. Assim, Bobbio (1986, p. 33-34) aduz:

[...] As promessas não foram cumpridas por causa de obstáculos que não estavam previstos ou que surgiram em decorrência das "transformações" da sociedade civil. [...] na medida em que as sociedades passaram de uma economia familiar para uma economia de mercado, de uma economia de mercado para uma economia protegida, regulada, planificada, aumentaram os problemas políticos que requerem competências técnicas [...].

As transformações da sociedade exigiram adaptações do Estado as suas políticas internas e externas, para que fosse alcançado o bem-estar social. Diante disso, "[...] um Estado mínimo tem de ser um Estado forte, a fim de fazer cumprir as leis das quais depende a competição, proteger contra os inimigos externos, e fomentar os sentimentos de nacionalismo que sejam integradores" (Giddens, 1996, p. 47).

O que se pretende, todavia, é que o Estado cumpra seu "dever-ser" e garanta aos cidadãos o que está disposto na norma fundamental e suprema deste país. Os direitos de cidadania alcançados ao longo da história brasileira são direitos mínimos relevantes e inerentes ao desenvolvimento da sociedade.

Segundo Neto (2002, p. 290), a "função agenciadora como modelo de Estado e apoio à cidadania para a formação de competências sociais, foi o que faltou no processo de reformas das sociedades emergentes ao longo desses últimos 20 anos", pois houve certa precarização dos direitos em relação às mudanças do Estado.

A Constituição Federal de 1988 inovou ao elencar em seu texto direitos de cidadania, além dos individuais, pois os direitos sociais passaram a ser coletivos, difusos e transindividuais, bem como inalienáveis e indisponíveis, mas mesmo assim a cidadania continua sendo adiada (Neto, 2002, p. 374).

Por isso, o que se tem hoje não é novidade, mas uma praxe de uma política voltada ao patrimonialismo, seguida das práticas de clientelismo, lobby e insolidarismo, ou seja, formas de políticas que distorcem o verdadeiro sentido de Estado Democrático de Direito e tornam a política interna frágil e ineficaz, voltada às intervenções de mercado, impossibilitando, desta forma, um melhor acesso aos direitos sociais e conturbando a sociedade e a qualidade de vida dos cidadãos. Nas palavras de Vieira (2000, p. 108), contudo, é importante salientar que:

Na perspectiva da globalização, o Estado liberal democrático é freqüentemente caracterizado como um Estado capturado na teia da interconexão global, permeado por forças supranacionais, intergovernamentais e transnacionais, e incapaz de determinar seu próprio destino. Contudo, é importante frisar que a era do Estado-Nação de modo algum terminou, ainda que apresente sinais de declínio.

Atualmente a situação real expõe um vasto endividamento dos países subdesenvolvidos ou emergentes que tentaram amenizar suas crises com a ajuda do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Ocorre que uma boa parte da população mundial vive com salários insignificantes, enquanto que a riqueza fica concentrada somente nas mãos de uma minoria. Crescem o trabalho informal, a exploração financeira, o desemprego, a destruição ambiental, bem como as crises econômicas, culturais, sociais, e ainda a miséria e a pobreza que assolam o mundo todo.

É preciso renovar, reestruturar paradigmas como a democracia e os direitos de cidadania. Deve ser aplicada a inclusão social, com ênfase na população, de modo que a cooperação e integração sejam voltadas ao desenvolvimento estatal de forma harmônica, sem exploração, com políticas abrangentes de interesse público e não restritas apenas a agentes econômicos e políticos.

O Brasil precisa, ainda, de uma reforma organizacional, que deverá partir da sociedade, haja vista que, para tal atitude, a própria civilização deverá saber e reconhecer seus direitos. Partindo do social, terá um embasamento forte aos direitos políticos, ou seja, àqueles de participação imediata ao povo, não se restringindo apenas ao voto, ao plebiscito, ao referendun, mas ao engajamento na democratização do poder, pois a "organização em sociedade não precisa e nem deve ser feita contra o Estado em si. Ela deve ser feita contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado" (Carvalho, 2003, p. 227).

Pode-se afirmar, contudo, que o fortalecimento de políticas referentes ao desenvolvimento social básico pode trazer ao Estado maior democratização, bem como um alcance maior de cidadania, se a sociedade mudar alguns vícios negativos, como o de adiar a resolução das causas conflitantes dos problemas sociais. Segundo Carvalho (2003, p. 229), faz-se necessária uma reestruturação estatal voltada a práticas democráticas e cidadãs. Para isso, a cidadania e os direitos de cidadania devem ser praticados, defendidos e reconhecidos. E, embora a atual Constituição esteja em vigor há 20 anos, há muitos direitos que precisam ser desvelados, para que se possa alcançar um Estado de Bem-Estar Social desenvolvido e uma sociedade cidadã.

Enfim, nesta unidade procuramos expor a relação existente entre o Estado, a sociedade e os direitos sociais no Brasil. Primeiro vimos os principais entraves históricos que acabaram atrasando a constituição do Estado e dos direitos sociais. Na seqüência discutimos a evolução dos direitos sociais na principais Constituições do Brasil.

Sugestões de leituras (referências completas no final)



– Para tratar da questão do Estado, da sociedade e dos direitos sociais no Brasil, conferir Silva (2000), Zambra (2008), Brum (1988); Faoro (1985); Santos (1998); Soares (1973); Weffort (1980); Ianni (1986).

– Autores citados no estudo das Constituições Federais: Barroso (1996); Bastos (1999); Moraes (2001); Faoro (1985), Constituição Federal de 1988, Santos (1998), entre outros.

– Para aprofundar o tema dos direitos sociais e cidadania: Corrêa (2002), Weffort (1980), Barroso (1996).

– Para aprofundar a temática da reforma do Estado: Corrêa (2002), Nogueira (2005), Giddens (1996), Bobbio (1986).

– Para debater o tema da globalização e do neoliberalismo: Bauman (1999), Santos (2003), Falk (1999), Touraine (2007), entre outros.

O Neoliberalismo: Aspectos Teóricos e Aplicabilidades

Esta unidade procura discutir questões teóricas ligadas ao neoliberalismo, bem como as transformações do Estado a partir dos anos 70. Inicialmente (seção 4.1) discute as origens teóricas do neoliberalismo, a partir da análise da obra *O caminho da servidão*, de Friedrich von Hayek, e a sua discordância com as teorias keynesianas. Em um segundo momento (seção 4.2), descreve-se as conseqüências das políticas neoliberais praticadas no mundo e nos países de economia emergente, como o Brasil, especialmente a partir da revisão do neoliberalismo, denominado de Consenso de Washington (seção 4.3), no que se refere às conseqüências desastrosas nas questões sociais e econômicas (seções 4.4 e 4.5.). Por fim (seção 4.6), efetua algumas considerações sobre a crise atual do modelo capitalista de inspiração neoliberal.

Friedrich von Hayek

De nacionalidade austríaca, Hayek nasceu de uma família de intelectuais em Viena, no dia 8 de maio de 1899. Doutorou-se pela Universidade de Viena (1921-1923). Tendo como formação básica a Economia, Hayek ganhou, em 1974, o Prêmio Nobel de Economia, porém seus escritos se estendem para além dessa ciência. Sua obra é extensa, conta com 130 artigos e 25 livros que falam desde Economia Técnica, Psicologia Teórica, Filosofia Política, Antropologia Legal, Filosofia Da Ciência, até a História das idéias. De todos esses referidos temas Hayek tinha conhecimento e falava com autoridade sobre cada assunto. Disponível em: <<http://www.hayek.cat/hayek.html>>. Acesso em: 24 set. 2008.

Seção 4.1

Os fundamentos teóricos do neoliberalismo: Friedrich A. Hayek

Tem-se na pessoa de **Friedrich von Hayek** um dos principais teóricos das idéias liberais do século 20. A contribuição do pensamento de Hayek é fundamentada em três campos diferentes: a) a intervenção governamental (Estado); b) o cálculo econômico sob o socialismo e c) o desenvolvimento da estrutura social.

Socialismo Fabiano

É o nome atribuído ao movimento intelectual criado pela organização britânica "Sociedade Fabiana" no fim do século 19, cujo objetivo era a busca dos ideais socialistas por meios graduais e reformistas, em contraste com os meios revolucionários propostos pelo marxismo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo_fabiano>. Acesso em: 22 out. 2008.

Sofreu influência do pensamento da Escola Austríaca de Economia, na qual os princípios de economia de Menges (1871) eram aplicados. Tais teorias foram refinadas e redefinidas por Eugênio Boehm Bawerk, por seu cunhado Friedrich Wieser e por Ludwig von Mises. Hayek assistiu a algumas aulas de Mises na Universidade de Viena, porém achou que sua posição anti-socialista era demasiada. Hayek via com maior simpatia as idéias de Wieser, que era socialista fabiano, e em 1922 tornou-se seu discípulo. Ironicamente, porém, foi Mises, por meio de sua devastadora crítica ao socialismo, quem afastou definitivamente Hayek das teorias do **socialismo fabiano**.

A partir dessa drástica mudança Hayek se transformou em um grande analista do sistema elaborado por Mises, o qual defendia a cooperação social. Hayek soube responder a todas as interrogações de Mises, explicitou o que estava obscuro, reafirmou o que havia sido esboçado. Sua originalidade derivou da análise do socialismo que permeou toda a sua obra, desde os ciclos dos negócios até a origem da cooperação social.

Durante cinco anos Hayek trabalhou com Mises em uma oficina do governo. Em 1927 tornou-se diretor do *Instituto para investigação dos ciclos econômicos*, que ele e Mises haviam organizado no intuito de analisar o assunto na teoria e também na prática. O primeiro livro de Hayek, *Teoria monetária e o ciclo comercial* (1929), analisou os efeitos da expansão do crédito na estrutura do capital de uma economia. Com esta obra, Hayek passou a fazer conferências na Escola de Economia de Londres. Logo após foi editado o segundo livro, intitulado *A Teoria austríaca do ciclo comercial, preços e produção* (1931), que foi mencionado pela comissão do Prêmio Nobel em 1974. As conferências de Hayek (1930-31) na Escola de Londres lhe garantiram alcançar o ápice de sua carreira de economista aos 32 anos.

4.1.1 HAYEK DIVERGE DE KEYNES

Pouco depois da chegada a Londres, Hayek polemizou com John Maynard Keynes. O debate entre eles foi, talvez, o mais importante sobre economia monetária dado no século 20. Começando com seu ensaio *O fim do laissez-faire* (1926), Keynes apresentou sua demanda de intervencionismo na linguagem de um liberalismo pragmático clássico. Foi assim que Keynes foi aclamado como "Salvador do Capitalismo", em vez de ser reconhecido como o que realmente era: um defensor da inflação e da intervenção do Estado.

Hayek detectou o problema fundamental em que as concepções econômicas de Keynes eram vulneráveis, sua incapacidade para compreender o papel que desempenham as taxas de interesses e a estrutura do capital em uma economia de mercado. Devido ao seu costume de utilizar categorias, Keynes não pôde abordar estes problemas adequadamente em seu livro *Um tratado sobre o dinheiro* (1930). Hayek assinalou que as categorias coletivas de Keynes distraíam os economistas e não os deixavam examinar como a estrutura industrial da economia emergia das opções econômicas dos indivíduos.

Keynes reagiu com veemência às críticas de Hayek. Primeiro, respondeu atacando a obra *Preços e produção*, de Hayek. Logo após alegou que já não acreditava no que havia escrito em *Um tratado sobre o dinheiro* e voltou sua atenção para a redação de um outro livro, *A teoria geral do emprego, do interesse e do dinheiro* (1936) que, com o tempo, se converteu na obra mais influente do século 20 em matéria de política econômica. Em contrapartida, Hayek dedicou-se a refinar a teoria do capital, da qual apresentou suas teses na *Teoria pura do capital* (1941), o livro mais técnico que escrevera até o momento. No final dos anos 30 o tipo de modelo econômico pregado por Keynes acabava de triunfar aos olhos do público: Keynes havia derrotado a Hayek, pelo menos momentaneamente.

A partir de então o tema a ser analisado por Hayek foi o cálculo econômico no socialismo, do qual foi um crítico ferrenho, vindo a ser apreciado de novo por economistas e intelectuais. A crítica que Hayek faz ao socialismo deve-se ao fato de este não dispor de preços de mercado, ser autoritário, exterminar a liberdade e suprimir a individualidade do homem.

4.1.2 A PLANIFICAÇÃO ESTATAL LEVA AO “CAMINHO DA SERVIDÃO”

A argumentação refinada de Hayek seguiu a lógica favorável a uma sociedade liberal. Escreveu, em 1944, a obra *O caminho da servidão*, tendo presente a realidade dos problemas do socialismo que havia observado na Alemanha nazista e na Grã-Bretanha.

Peter Boettke, comentador de Hayek, afirma que o autor do *Caminho da servidão* estava com a razão no que se referia ao problema político do socialismo, pois o século 20 foi marcado com o sangue das vítimas inocentes das experiências socialistas. Stalin, Hitler, Mao, Pol Pot e muitos tiranos menores cometeram crimes hediondos contra a humanidade em nome de alguma variante do socialismo, conclui Boettke.

Hayek mostrou que o socialismo era o resultado lógico do ordenamento institucional de planificação socialista e, a partir de então, afastou-se dos problemas técnicos da economia e se concentrou na reformulação dos princípios do liberalismo clássico.

Principais questões da obra: 1) assinalou a necessidade dos preços de mercado como transmissores de uma informação econômica desigual; 2) mostrou que os propósitos de substituir e controlar o mercado levaram a um problema de conhecimento; 3) descreveu o problema totalitário associado à onipresença do poder circunscrito nas mãos de poucos; 4) examinou os prejuízos intelectuais que cegam o homem e o impedem de enxergar os problemas da planificação da economia governamental (do Estado).

Entendeu que a ascensão do nazismo e do fascismo não foi uma reação contrária às tendências socialistas do período precedente, mas um resultado necessário destas mesmas tendências. Equiparou o conceito socialista com o nazismo e o fascismo, considerando-os regimes totalitários, e em razão disso todos foram tratados com resistência, como inimigos e como adversários (1944, p. 28). A homogeneização dos conceitos é proposital em Hayek: socialismo, stalinismo, marxismo, nacional-socialismo (nazismo) e fascismo são conceitos iguais: “O marxismo levou ao fascismo e ao nacional-socialismo, porque, em todos os seus fundamentos essenciais, marxismo é fascismo e nacional-socialismo”.¹

¹ Hayek (1944, p. 56) cita o argumento do escritor inglês F. A. Voigt para afirmar as semelhanças entre os referidos modelos.

Assim como o nazismo, o socialismo leva o homem a se tornar escravizado pelo Estado. Hayek argumentou que o elemento socialista foi o responsável pela criação do totalitarismo: "Era, com efeito, a predominância das idéias socialistas e não o prussianismo que a Alemanha tinha em comum com a Itália e a Rússia, e foi das massas e não das classes imbuídas da tradição prussiana, e auxiliado pelas massas, que surgiu o nacional-socialismo". Hayek afirmou que, na Alemanha, o nacional socialismo (o mesmo que nazismo) não seguiu a tradição prussiana, mas foi influenciado diretamente pelas idéias socialistas propagadas pelas massas.

O caminho que imperou durante todo o século 19, que Hayek entendia ser o modelo político-econômico ideal, era o velho ideário do liberalismo clássico *laissez-faire*. No liberalismo, o *laissez-faire* é a expressão clássica da livre-concorrência, gerando a competição entre as pessoas: "É a melhor maneira de guiar os esforços individuais", no entanto para isso é preciso agir sob a esfera da legalidade. A concorrência é vista como positiva e saudável para o bom andamento da economia liberal, é eficaz e benéfica. Em consequência do rompimento desse modelo, ocorreu um profundo choque de toda uma geração ao se deparar com o totalitarismo. Hayek citou alguns teóricos do liberalismo clássico, como de Tocqueville, que já havia alertado sobre os perigos do socialismo, entendido como o mais temível regime totalitário, que significava servidão, o que é considerado um grande mal para o autor: "O socialismo é criador de um Estado servil".

Hayek ratificou que os grandes teóricos liberais foram, em seu tempo, totalmente esquecidos. Por isso, cita Adam Smith, Hume, Locke e Milton como inovadores e fundadores da civilização ocidental, tendo suas bases lançadas pela tradição clássica greco-romana e pelo cristianismo: "Não é meramente o liberalismo dos séculos XVII e XIX, mas o individualismo básico que herdamos de Erasmo e Montaigne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides, o que estamos progressivamente abandonando" (Hayek, 1944, p. 38).

O Estado totalitário nazista, definido como aquele que promoveu a revolução nacional-socialista, acabou, segundo o teórico, destruindo a civilização clássica ocidental. Tudo o que o homem moderno construiu a partir da Renascença foi, de certa forma, negado. Conceitos como "individualismo", entendido como respeito ao homem individual; "liberdade", "independência" e "tolerância", segundo Hayek, desapareceram de todo com a estruturação do Estado totalitário.

Os fundamentos da teoria neoliberal pressupunham a existência da ambição. Esse conceito surgiu, para Hayek, à medida que o homem tomou consciência de seu próprio destino. A partir de então emergiram inúmeras possibilidades de melhorar a sua vida, com novas oportunidades e possibilidades; o sucesso; e com o sucesso a ambição: "O homem tem todo o direito de ser ambicioso" (Hayek, 1944, p. 42). Pena que esse progresso tão eficiente e animador tenha dado sinais de exaustão e lentidão com a estruturação de um novo modelo de Estado (totalitário), lamenta o autor.

Hayek voltou a mencionar Tocqueville como um dos pais da democracia, entendida como liberdade individual, que se opõe ao socialismo num conflito inconciliável: "A democracia aumenta a esfera da liberdade individual – dizia ele (Tocqueville) em 1848, – o socialismo restringe-a. A democracia dá todo o valor possível a cada homem; o socialismo faz de cada homem um mero agente, um simples número" (Hayek, 1944, p. 52). Para Hayek, socialismo e democracia tinham apenas uma palavra em comum – a igualdade –, porém com significados totalmente opostos. "Enquanto a democracia procura a igualdade na liberdade, o socialismo procura a igualdade no constrangimento e na servidão" (p. 52).

O princípio fundamental do liberalismo clássico é o regime da lei, que assegura a liberdade. Os filósofos Kant e Voltaire sintetizam este pensamento ao afirmarem que o homem é livre quando não tem de obedecer a ninguém, mas unicamente às leis. Este princípio fundamental encontra-se, segundo Hayek, ameaçado por um governante ditatorial que é a própria lei, governando despoticamente com poderes ilimitados. Hayek tinha uma posição contrária ao que chama de controle econômico, regido pelos governos totalitários. Ao que se nota, Hayek acredita na total liberdade econômica, inclusive com o objetivo de enriquecer e usufruir dos gozos dos frutos que advêm do trabalho: "Seria muito mais exato dizer que o dinheiro é um dos maiores instrumentos de liberdade já inventados pelo homem" (Hayek, 1944, p. 137). A concorrência também é considerada positiva, na medida em que o comprador não necessita ficar à mercê de um monopolista, tendo liberdade de escolher onde, quando e como comprar um produto: "No regime de concorrência, os preços que temos a pagar por um artigo (...) dependem da quantidade dos outros artigos da mesma espécie que ficam disponíveis para outros membros da sociedade depois de termos adquirido o nosso. Esse preço não é determinado pela vontade consciente de pessoa alguma. E, se um certo meio de conseguirmos os nossos fins se mostra demasiado dispendioso, temos liberdade de tentar outros meios". Em outras palavras, o que impera é a livre-concorrência (p. 142-143).

Hayek previu um modelo econômico em que algumas indústrias pudessem aumentar a sua produção com um preço de custo por unidade cada vez menor, e que seria inevitável que algumas grandes empresas eliminassem as pequenas: "Este processo deverá continuar até que de cada indústria só reste uma ou, no máximo, umas poucas firmas gigantes" (p. 79). Essa realidade é comprovada atualmente – o processo de globalização da economia que impera no mundo une algumas grandes empresas para superar as limitações em detrimento de muitas pequenas que são, literalmente, engolidas.

Hayek publicou, ainda, *A contra-revolução da ciência* (1952), fruto de uma série de ensaios que escreveu durante os anos 40. Na visão de Boettke, este foi o seu melhor livro. A obra examina as tendências filosóficas dominantes, que prejudicavam os intelectuais de uma forma tal que permitiu reconhecer os problemas sistemáticos com os quais se confrontariam os planejadores econômicos. Trata, igualmente, de uma detalhada história intelectual do "racionalismo construtivista" e do problema do "cientificismo" nas Ciências Sociais. Nesse trabalho Hayek articula sua versão do projeto da linha escocesa, de David Hume e Adam Smith, de utilizar a razão para ensinar modéstia à sexta razão. A civilização moderna não estava ameaçada por muitos ignorantes obstinados em destruir o mundo, senão pelo abuso da razão empreendida pelo racionalismo construtivista em seu intento de desenhar conscientemente o mundo moderno.

Em 1960 escreveu *A constituição da liberdade*, primeiro tratado sistemático sobre a economia clássica liberal. Em 1962 incrementou seus esforços para analisar o ordenamento espontâneo da atividade social e econômica. O autor se dispôs a reconstruir a teoria do liberalismo e forneceu uma visão de cooperação social entre homens livres.

Hayek, segundo a explanação de Boettke, viveu uma vida longa e frutífera, tendo de suportar as conseqüências de ter alcançado fama desde jovem, para, logo em seguida, ser ridicularizado quando as teorias keynesianas e socialistas conquistaram a hegemonia cultural, porém, afirma Boettke, viveu o suficiente para ver reconhecido seu enorme intelecto. "Tanto os keynesianos como os socialistas foram esmagadoramente derrotados pelos acontecimentos e pela poderosa verdade de sua obra" – o liberalismo clássico é novamente um corpo vibrante de pensamento. Um grande estudioso não se define pelas respostas que dá, mas pelas interrogações que promove, conclui o comentador.

Seção 4.2

As idéias neoliberais constituídas no mundo

Nas palavras de Anderson (1995, p. 9-23), o neoliberalismo nasceu logo depois da 2ª Guerra Mundial, nas regiões da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar Social (*Welfare State*).

Sobre a difusão do neoliberalismo, Anderson (1995, p.10) aponta para a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973 (pós-Vietnã), quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altos índices de inflação, que favoreceram mudanças. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, pressupostos do fortalecimento neoliberal, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Esses dois processos inflacionários, argumenta Anderson (1995, p. 11), não podiam deixar de desembocar numa crise generalizada das economias de mercado: “o remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”.²

A teia neoliberal começou a ser formada a partir da segunda metade da década de 70. A primeira experiência de instituição das reformas neoliberais ocorreu no Chile em 1975, sob a ditadura de **Pinochet**. O neoliberalismo chileno pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra.

² Nem tão “parcos” foram os recursos dados pelo Estado nas intervenções econômicas. Foram, no entanto, bilhões de dólares fornecidos pelo Estado para que o mercado pudesse manter-se.

Em 1979, na Inglaterra, foi eleito o governo de Margaret Thatcher, o primeiro governo de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Ronald Reagan chegou à Presidência dos Estados Unidos. Em 1982 Helmut Kohl derrotou o regime social-liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983 a Dinamarca, Estado modelo do Bem-Estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Tais governos restringiram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de emprego maciços, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais.³

Nos Estados Unidos, por exemplo, a primeira prioridade do presidente Reagan foi reduzir o déficit orçamentário, e a segunda, adotar uma legislação draconiana e repressiva contra a delinqüência, lema principal também da nova liderança trabalhista na Inglaterra.

A queda do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética, de 1989 a 1991, ocorreu exatamente no momento em que os limites do neoliberalismo tornavam-se cada vez mais óbvios no Ocidente. A vitória do Ocidente na Guerra Fria, com o colapso de seu adversário comunista, não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80. O impacto do triunfo neoliberal

Augusto José Ramón Pinochet Ugarte

(Valparaíso, 25 de novembro de 1915 – Santiago, 10 de dezembro de 2006) foi um general do exército chileno, tornado presidente do Chile em 17 de junho de 1974 pelo Decreto Lei nº 806 editado pela junta militar (Conselho do Chile), que foi estabelecida para governar o Chile após a deposição de Salvador Allende, e posteriormente tornado senador vitalício de seu país, cargo criado exclusivamente para ele, por ter sido um ex-governante. Governou o Chile entre 1973 e 1990, com poderes de ditador, depois de liderar o golpe militar que derrubou o governo do presidente socialista legalmente eleito, Salvador Allende. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Pinochet>. Acesso em: 24 set. 2008.

³ Perry Anderson argumenta que, na Europa, na década de 80, uma direita vitoriosa passou à ofensiva. Observa Anderson: “No mundo anglo-saxônico, os regimes Reagan e Thatcher, depois de anularem o movimento operário, fizeram recuar a regulamentação e a redistribuição”. Da experiência da Grã-bretanha, outros países da Europa adotaram políticas semelhantes: “a privatização do setor público, os cortes dos gastos sociais e altos níveis de desemprego criaram um novo padrão de desenvolvimento neoliberal, por fim adotado tanto por partidos de esquerda como de direita” (Anderson, 1999, p. 107-108).

no Leste Europeu tardou a ser sentido em outras partes do globo, mas não demorou a chegar na América Latina, que hoje em dia se converte na terceira grande cena de experimentações neoliberais, embora em seu conjunto as reformas neoliberais tenham chegado antes mesmo que nos países da *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE) e na antiga União Soviética, com privatizações e desemprego em massa. Genealogicamente aquele continente foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo.

No final das contas, porém, todas estas medidas haviam sido concebidas como mecanismos para alcançar um fim histórico, ou seja, a revitalização do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro mostrou-se absolutamente decepcionante. Tudo o que podemos dizer é que o neoliberalismo se constitui num movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia experimentado no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que o liberalismo eclético e distendido do século passado.

A execução das políticas neoliberais trouxe consigo conseqüências desastrosas para a economia dos referidos Estados. Foi, contudo, nas políticas públicas e sociais que mais se evidenciou retrocesso, principalmente nas questões de emprego, saúde, moradia e educação. O empobrecimento deu-se entre os países ex-socialistas (Rússia, principalmente) e naqueles de economia emergente (países latino-americanos).

Seção 4.3

Consenso de Washington: revisão do neoliberalismo

Inicialmente é preciso explicar que o Consenso de Washington não foi nenhuma conspiração político-econômica ou trama diabólica do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento (Bird), nem do governo americano para pôr em prática nos países da América Latina. A síntese das idéias que circulavam pelos bastidores das instituições internacionais e no governo norte-americano foi elaborada pelo economista John Williamson, em reunião na cidade de Washington em 1989. Essa reunião ficou conhecida como Consenso de Washington e tinha como objetivo discutir as *reformas necessárias* para a América Latina.

Quais seriam os acordos que o economista percebia? Williamson afirmou na época: “Eu dividiria o que sinto, pressinto e leio como um grande consenso em três planos”:

O *primeiro plano* é de ordem macroeconômica. Há um acordo completo entre todas as agências econômicas de que a totalidade dos países periféricos devem ser convencidos a aplicar um programa em que lhes é requerido um rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, austeridade fiscal ao máximo, que passa, inevitavelmente, por um programa de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, além de um corte violento nos gastos públicos. Esses países devem instituir políticas monetárias rigidíssimas, porque a prioridade número um é a estabilização, sendo que a política fiscal tem de ser submetida à política monetária.

O *segundo plano* visa a apresentar propostas e reformas de ordem microeconômica: é preciso desonerar fiscalmente o capital para que ele possa aumentar a sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto. Então, o único caminho para as pequenas empresas situadas nos países da periferia entrarem nesse jogo seria pelo aumento de competitividade, o que passaria por desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores e redução dos salários.

A *terceira ordem* de coisas que o Consenso propunha era: nada disso será possível se não houver o desmonte radical do modelo anterior (Estado interventor) que vigora nesses países.

Em síntese, o Consenso de Washington propunha que os Estados latino-americanos passassem por profundas reformas estruturais, também chamadas de reformas institucionais. A primeira era a desregulamentação de alguns setores, sobretudo o financeiro e o do trabalho. Esta já foi posta em prática em quase todos os países da América Latina. A outra pro-

Fernando Affonso Collor de Mello

(Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1949) é um empresário e político brasileiro, atualmente filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Foi o trigésimo segundo presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992. Foi também o primeiro presidente da República eleito por voto direto após o Regime Militar, em 1989. Seu governo foi marcado pela instituição do Plano Collor, pela abertura do mercado nacional às importações e pelo início do Programa Nacional de Desestatização. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Collor_de_Mello>. Acesso em: 24 set. 2008.

posta era de privatização, de preferência selvagem; a terceira, de abertura comercial; e a quarta, a da garantia do direito de propriedade, sobretudo na zona de fronteira, isto é, nos serviços, propriedade intelectual, etc.

Sempre estudamos o Estado, na sua concepção moderna, como uma instituição criada a partir de uma convenção da sociedade com o objetivo de garantir a segurança, a propriedade, a vida (direitos naturais), isto é, uma instituição capaz de assegurar o bem-estar a todos os cidadãos. Os teóricos neoliberais, contrários ao Estado-Social, apregoam que o Estado tem apenas uma função: garantir, por meio de seu aparato, o livre mercado. Estas idéias já foram defendidas pelo liberalismo clássico do século 17, mas o Estado neoliberal tem um diferencial: o descompromisso com as questões sociais, afetando a saúde, educação, infraestrutura, segurança e a política previdenciária da coletividade.

Seção 4.4

A experiência neoliberal do Brasil

As políticas neoliberais globalizantes começaram, no Brasil, no início dos anos 90, ainda com o presidente **Collor de Melo** que, de uma maneira surpreendente, deu início às reformas de Estado. Começaram, nesse período, a desregulamentação econômica, a abertura do mercado e a planificação da economia (tentativa de diminuir a inflação galopante). Ocorrem, neste período, igualmente, as tratativas iniciais com as instituições internacionais, principalmente com o FMI.

As reformas do Estado no governo Collor não foram bem-sucedidas. Nem mesmo a própria elite empresarial estava preparada para tais mudanças, muito menos a elite política do Brasil, que se mostrou um tanto insegura com os rumos que essas reformas poderiam tomar. Foi nesse contexto que o governo Collor viu-se enredado em situações ilícitas, em que processos e acusações de corrupção começaram a se acumular. A mídia brasileira, a mesma que apostou e promoveu seu governo, aos poucos deserdou o “caçador de marajás” e caiu na realidade, mostrando as imagens das numerosas e grandiosas mobilizações sociais, oriundas de todos os setores da sociedade civil. Collor de Melo não tinha nenhuma base política, a não ser o seu frágil Partido da Renovação Nacional (PRN), e, talvez, esta tenha sido uma das razões para o processo de *impeachment* que acabou sofrendo. Collor foi julgado e condenado, tendo de deixar, melancolicamente, seu governo marcado mais por excentricidades, bloqueio da poupança da população e pela corrupção do que propriamente pela reforma do Estado que se propusera a realizar. Itamar Franco, vice de Collor, assumiu a Presidência da República do Brasil, com um governo mais voltado para as políticas internas, dando uma trégua nas negociações com o FMI e interrompendo as reformas do Estado por um curto período.

Ainda no governo Itamar Franco assumiu o Ministério das Relações Exteriores o então senador **Fernando Henrique Cardoso** (FHC), um cargo que sempre estivera em seus planos. As tratativas com as instituições internacionais (FMI e Banco Mundial) recomeçaram. Logo após, FHC assumiu o Ministério da Fazenda e instituiu, junto com uma equipe de técnicos, um plano econômico capaz de frear a inflação e restabelecer a volta do crescimento econômico – o Plano Real. Tais políticas significaram a volta do programa de reforma de Estado iniciado por Collor e interrompido por Itamar Franco.

Fernando Henrique Cardoso

(Rio de Janeiro, 18 de junho de 1931), sociólogo, professor universitário e político brasileiro. Foi o trigésimo quarto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu por dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003. Foi também o primeiro presidente reeleito da História do país. É co-fundador e, desde 2001, presidente de honra do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). É também comumente conhecido por seu acrônimo **FHC**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Henrique_Cardoso>. Acesso em: 22 out. 2008.

Planificação econômica

refere-se à centralização, por parte do Estado, dos poderes de planejamento e execução das políticas econômicas, suprimindo o mercado e a livre concorrência. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Planifica%C3%A7%C3%A3o_econ%C3%B4mica>. Acesso em: 24 set. 2008.

É importante mencionar que FHC e seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partem do princípio de que o Estado deve se “modernizar”. “Modernização” do Estado significa um Estado mais ágil, menos “truculento”, “moroso” e “burocratizado”. Para tanto estabeleceu uma grande propaganda ideológica para que se efetivasse o processo de privatização das empresas estatais brasileiras.

A instituição da nova moeda brasileira – o real – ocorreu no dia 31 de julho de 1994 (junto com a Copa do Mundo de Futebol).⁴ Até o fim daquele ano a moeda valorizou-se e FHC ganhou as eleições à custa da ficção do Plano Real. A mão estendida de FHC pré-anunciava as suas principais metas: saúde, educação, moradia, agricultura e segurança.

O Plano econômico, chamado, no Brasil, de “Plano Real”, fazia parte de uma sistemática política global mais abrangente. A idéia de **planificação econômica** foi criada pelas instituições financeiras do Primeiro Mundo numa tentativa de conter a elevada inflação das economias emergentes, como no caso do Chile, México, Argentina, Brasil e outros mais. Daí advém o proselitismo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao afirmar: “Dá gosto ver que hoje nós somos um país respeitado. E o ponto inicial para que houvesse uma volta desse respeito foi a nossa capacidade de vencer a hiperinflação e de manter a democracia, a nossa capacidade de negociar para poder avançar. Isso mostra que somos um país realmente amadurecido”.

Durante o período do Plano Real (equiparação cambial: 1 real chegando a valer mais que 1 dólar) a elite brasileira, literalmente, foi às nuvens. A euforia do Plano Real levou a burguesia

⁴ Essa data marca o início formal do Plano Real, a partir do anúncio de um programa de ajuste fiscal e de suas duas fases seguintes, quais sejam: a criação de uma quase moeda (a URV), em março de 1994 e, quatro meses depois, isto é, a partir de 31 de julho a sua transformação em uma nova moeda: o real.

e boa parte da classe média brasileira a consumir de maneira nunca vista, inclusive fretando aviões particulares para fazer compras em Miami (EUA). Por sua vez, o povão comia frango a “um pila o quilo”, de sobremesa iogurte, colocava dentadura nova e fazia compras no Paraguai... Eis algumas propagandas oficiais de FHC durante boa parte do Plano Real.

A partir de então, o processo de “modernização” do Estado se intensificou. Outra marca do governo FHC foi o abuso da instituição de medidas provisórias (mais de 5 mil). Isso significa um governo de ditadura civil, pois nem mesmo os ditadores militares (anos 64-85) intervieram tanto na Constituição como FHC. Algumas medidas provisórias ficaram famosas, como é o caso da MP para o processo de privatização e a MP para a vergonhosa e corrupta emenda da reeleição.

Muitos teóricos apregoam que o governo de FHC apenas serviu aos interesses das corporações internacionais, outros o chamam de “embaixador” do Banco Mundial e do FMI. Acusado de exercer um governo neoliberal, entretanto, FHC reagiu num tom sarcástico: “Neoliberal é um conceito de quem não tem imaginação. De quem não vê a realidade. É cópia. É mimetismo”. O Brasil, segundo o ex-presidente, não se encaixava nesse modelo, porque vivia de problemas peculiares que devem ser resolvidos, não pelo Estado patrimonialista, nem clientelista.

4.4.1 CONSEQÜÊNCIAS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL

As reformas dos Estados Nacionais da América Latina, em consequência das políticas do Consenso de Washington, implicaram a adoção de programas de ajustes estruturais, como as reformas administrativa e previdenciária, que exigiram um rigoroso esforço de equilíbrio fiscal (austeridade fiscal ao máximo), as privatizações, a redefinição do papel do Estado na economia, causando, ao contrário do que os defensores de tais políticas alardeavam, recessão econômica, ingresso do capital externo, desemprego, aumento do trabalho informal, conflitos sociais, crise de modelos políticos tradicionais, flexibilização dos direitos trabalhistas, precariedade e, ainda, o desmonte dos sistemas de seguridade social, de saúde e de educação.

No Brasil, as principais políticas de reestruturação do Estado foram a chamada Reforma Administrativa, também conhecida como Reforma Bresser Pereira (então ministro da Ciência e Tecnologia e da Administração) e a Reforma do Estado (promovida no governo do presidente FHC).

Bresser Pereira (2002), em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, reclamava da crise de confiança de que a economia brasileira vinha sendo vítima nos últimos meses. Para isso usou exemplos de presidentes de bancos centrais e diretores de câmbio – dos anos 70 – que “controlavam a entrada de capitais e defendiam o interesse nacional”. Bresser lembrou, igualmente, o artigo de Elio Gaspari, “a inconformidade do presidente Arthur Bernardes (1923) com a crise a que os credores externos estavam, então, levando o Brasil, e com as chantagens que o país sofria frente ao cenário internacional”. Bresser concluiu que, infelizmente, o governo brasileiro era impotente ante o cenário econômico internacional.

Talvez por isso Bresser Pereira tenha lamentado que sua Reforma Administrativa não tenha dado resultados. Afirma ele: “cumprimos uma parte desse programa, mas, em vez de reconstruir financeiramente o Estado, endividamo-lo ainda mais”. Em relação ao processo de privatização, Bresser também reclamou: “em vez de privatizarmos apenas setores competitivos, privatizamos também monopólios naturais”. No Brasil houve a “flexibilização” do mercado e a multiplicação da dívida: “em vez de controlar a entrada de capitais e reduzir a dívida externa, ampliamos-la; ao invés de mantermos um câmbio relativamente desvalorizado, como fizeram todos os países que iniciavam seu desenvolvimento, deixamos que a entrada de capitais valorizasse nossa moeda e aumentasse artificialmente salários e consumo”. Seguimos, de joelhos, as normas das instituições internacionais: “E tudo, nos anos 90, com o apoio do FMI, do Banco Mundial e dos mercados financeiros internacionais”, concluiu Bresser Pereira.

Dentre as principais conseqüências das políticas neoliberais aplicadas em nosso país destacou-se o alto índice do desemprego. Outra decorrência das políticas neoliberais foi o avanço das multinacionais nos países periféricos, ou seja, uma abertura completa destes ao mercado internacional fez aparecerem as empresas multinacionais, invasoras de seus espaços geográficos, subsidiadas com empréstimos ou isenções de impostos por determinados períodos (que vão de 15 a 20 anos), além do substancial apoio financeiro que exigem receber sob pena de se retirarem urgentemente do país e instalar-se em outro lugar.

O Brasil privatizou mais de 70% das empresas administradas pelo Estado. As ex-estatais ajudam a aumentar a importação e contribuem para o déficit comercial. Também se soma a isto empresas privadas controladas por estrangeiros, do que resultam mais lucros e mais importações. A inundação dos importados e os altos juros levaram várias empresas ao fechamento, à redução da jornada de trabalho ou a reduções salariais, para não fecharem as portas. Isto acarretou forte desemprego e uma grande inadimplência, pois o consumo era realizado a crédito. O país recebeu investimentos do capital estrangeiro em aquisições patrimoniais, e não onde fundamentalmente necessitava que ocorressem (no setor industrial e, principalmente, na agricultura) para promover o crescimento econômico.

Em decorrência de tais políticas, aumentou a exclusão social no Brasil. O número de pobres cresceu assustadoramente. Aparentemente houve a planificação econômica e a queda da inflação; porém não é suficiente a contenção da inflação se, em termos econômicos, ocorreu a estagnação e a recessão. O crescimento do país permaneceu em torno de 2% ao ano, quando deveria alcançar os 5%. Embora as contas ajustadas, o saldo positivo na balança financeira e a estabilidade econômica, houve aumento do desemprego e a situação dos mais pobres piorou dia após dia.

Cerca de 80% da população brasileira vive com até 3 salários mínimos. O Brasil está colocado entre as dez primeiras potências econômicas do mundo ocidental; por outro lado, os indicadores sociais se aproximam dos países com menor desenvolvimento do mundo afro-asiático. Para 65% da população brasileira faltam as condições básicas de sobrevivência, como saúde, alimentação, moradia, transporte, educação, lazer e vestuário. Já os 10% mais ricos têm acesso a quase 50% da renda da população, sendo que os 5% mais ricos detêm 35% da riqueza.

Seção 4.5

A continuidade do colonialismo

Tem-se assistido nas últimas décadas às transformações pelas quais os Estados ocidentais têm passado e, conseqüentemente, o sistema democrático. O que vem imperando é o poder das instituições internacionais, FMI e Banco Mundial, que atuam "discretamente"

nos bastidores dos governos locais, impondo as chamadas "reformas econômicas" com o objetivo de "reduzir os déficits públicos", "combater a inflação" e "deter a economia que está superaquecida". Em nome de tais "programas", fenecem as políticas públicas do Estado, que tem seu poder diminuído. Em suma, tem-se o Estado máximo para servir aos interesses de grandes grupos econômicos e o Estado mínimo para as questões sociais.

Os mais altos cargos desses governos na área econômica, como presidentes de Bancos Centrais, ministros da Fazenda e secretários de Tesouro, são, comumente ocupados por executivos de grandes empresas privadas. Por exemplo: o secretário do Tesouro norte-americano no governo Clinton, Robert Rubin, foi um alto executivo banqueiro da Goldman Sachs, da mesma forma que o antigo presidente do Banco Mundial, Lewis Preston, foi diretor-presidente da J. P. Morgan. No Brasil não é diferente, basta analisar a procedência do presidente do Banco Central para entender tal afirmação.

Tem-se um Estado monopartidário, em que o determinante são as preocupações econômicas e financeiras privadas, um Estado distante dos interesses do povo, sem falar da negação e controle dos direitos democráticos de seus cidadãos.

A economia mundial passa hoje por uma crise globalizada. O que fazem então os países desenvolvidos? Qual é a saída mais eficaz? Não fazem nada mais do que apertar o cerco em torno de suas antigas colônias, o que traz como consequência imediata a falência das instituições e a diminuição do padrão de vida.

Sob o lema "privatização dos lucros e socialização das despesas", a globalização econômica ou a economia de mercado tem favorecido a concentração da riqueza nas mãos de poucos, enquanto que a maioria tem apenas a globalização da pobreza.

Acusar os governos locais e as instituições internacionais não é suficiente, pois administradores burocratas e credores estão unidos. É preciso avançar mais e perceber que os agentes financeiros, bancos e corporações transnacionais são inimigos do povo e, por isso, devem ser atacados. É urgente reconhecer o fracasso do modelo econômico neoliberal em âmbito global, assim como cancelar imediatamente a dívida externa dos países em desenvolvimento, e, para isso, é necessário estruturar mecanismos financeiros alternativos e concretos.

Se existe uma globalização do mercado que gera fome, exclusão e desemprego, é urgente que se organize uma globalização solidária que una todos os povos do mundo. Nada vai mudar sem uma persistente luta social, ampla e democrática. Todos os excluídos do sistema deverão se mobilizar para tal empreendimento: trabalhadores, agricultores, produtores independentes, profissionais liberais, artistas, funcionários públicos, membros do clero, estudantes e intelectuais. Tais movimentos de pressão (antiglobalização) contra as políticas econômicas do FMI e Banco Mundial já estão ocorrendo em diferentes partes do mundo.

Seção 4.6

A crise atual do neoliberalismo

Nos anos 90 o neoliberalismo defendia as idéias do liberalismo clássico do século 18, do *laissez-faire* (livre mercado sem a intervenção do Estado). Com a crise dos nossos dias, contudo, por mais paradoxal que pareça, o Estado vem cumprindo uma função inversa, a de intervir diretamente na economia, salvando as empresas falidas.

Nesta ótica, é preciso esclarecer que as crises econômicas são inerentes ao capitalismo, pois foram constantes desde o seu início.⁵

Por vezes pregava-se o livre mercado, noutras ocasiões pedia-se intervenção (vide a crise de 1929).

- Anos 70 (crise do modelo intervencionista do Estado).
- Anos 70 e 80 – o livre mercado (neoliberalismo).
- Em nossos dias (2008) vivencia-se crise do livre mercado (o Estado passa a intervir novamente).

⁵ É detectada a crise no capitalismo quando os lucros privados não conseguem se manter em patamares positivos. Estagnação e recessão econômica implicam reformular o sistema.

Wall Street

é uma rua que corre na Manhattan Inferior, e é considerada o coração histórico do atual Distrito Financeiro da cidade de Nova York, onde se localiza a Bolsa de Valores de Nova Iork, a mais importante dos Estados Unidos e uma das mais importantes do mundo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wall_Street>. Acesso em: 24 set. 2008.

É o pêndulo do relógio que se movimenta novamente, a sinalizar que mais um ciclo do capitalismo chega ao fim.

A crise atual, entretanto, não é apenas mais uma, mas uma das maiores crises econômicas do capitalismo em âmbito global dos últimos tempos. Stiglitz, ex-chefe do Banco Mundial, afirma que é a pior crise do século, e que ela decorre exatamente do mercado financeiro (defendido até o último momento pelos liberais como o único guardião e salvador do mundo). O mercado financeiro fez empréstimos ruins, diz Stiglitz, como a bolha imobiliária norte-americana, em que foram feitos empréstimos com base em preços inflados. Essas dívidas não podem ser pagas neste momento.

Já podemos perceber que a economia global entra neste instante em um novo ciclo, o ciclo da recessão. O sistema financeiro ruiu. A cada dia presenciamos bancos em concordatas, empresas demitindo: as pessoas estão perdendo seus empregos, seus benefícios e até suas casas, enquanto algumas outras correm o risco de perder toda a sua economia. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê 20 milhões de desempregados, atingindo especialmente os setores da construção, imobiliário, automotivo, turístico e serviços financeiros.

Para Otaviano Canuto, vice-presidente de Países do BID, o mundo financeiro dos últimos 25 a 30 anos morreu. Passados 11 anos desde a turbulência asiática, e depois dos episódios semelhantes que atingiram a Rússia, Brasil e Argentina, a crise voltou-se contra a própria **Wall Street**, o coração do sistema financeiro global.

As causas

Uma das causas principais do impasse do capitalismo atual diz respeito à crise de confiança, ou seja, à perda de crença no sistema. Na origem está o deslocamento do capital produtivo: muita gente querendo ganhar manipulando dinheiro, uma embriaguez de enriquecimento sem trabalho. Ou seja, o dinheiro não é aplicado na economia real, mas na economia virtual. Vive-se especulando em qual bolsa de valores é possível aplicar e obter bons lucros. Outro aspecto diz respeito à busca escandalosa por recompensas econômicas excessivas até a especulação arriscada.⁶ Em síntese, vive-se uma crise da economia virtual que tem atingido diretamente a economia real.

O capitalismo vive um dilema. Precisa, de um lado, que ocorra produção de capital e, de outro, que haja consumidores. A superprodução leva a saturar o mercado, que faz diminuir o poder de compra dos trabalhadores. Com a redução do consumo, ocorre uma queda na taxa de lucro dos capitalistas; com a diminuição dos lucros há, conseqüentemente, cortes de salários e demissões para cortar custos (círculo vicioso). Outra causa está no endividamento das pessoas, principalmente nos Estados Unidos. É naquele país que se dá o epicentro da crise. Como afirma Boike Rehbein, vivemos o fim da hegemonia neoliberal estadunidense. O endividamento privado nos Estados Unidos duplicou nos últimos 7 anos e hoje ultrapassa os US\$ 14,5 bilhões. A dívida do governo federal é de 9,3 bilhões de dólares. Há evidências de que os Estados Unidos perderam a liderança da economia global, devendo em breve dividir com outros países a hegemonia mundial.

O modelo consumista

O capitalismo se alimenta e se mantém alicerçado no consumo. Nunca se produziu e se vendeu tantos bens de consumo como agora: computadores, TVs, geladeiras e automóveis.⁷ Da mesma forma, o consumo energético está nas alturas, o que vem acarretando sérios problemas na questão ambiental. É exatamente este modelo consumista desenfreado da sociedade que precisa ser revisto, repensado. As pessoas estão gastando além do seu

⁶ O capitalismo atual é um sistema de aposta com dinheiro emprestado via computador.

⁷ Na cidade de São Paulo são emplacados 800 novos carros por dia. Multiplique por 30 dias e teremos 24 mil novos carros em um só mês. Multiplicados por 12 meses, teremos o total de 288 mil novos carros emplacados em um único ano só em São Paulo.

próprio limite (em âmbito individual) e, também, estamos consumindo além dos próprios recursos que o planeta consegue sustentar. Algo precisa ser feito, portanto, de forma urgente.

A volta do Estado (regulação)

Segundo as palavras do sociólogo Boaventura de Sousa Santos o impensável aconteceu: o Estado deixou de ser o problema para voltar a ser a solução. A palavra não aparece na mídia americana, mas é disso que se trata: nacionalização. Na mesma linha opina o economista Marcio Pochmann. O Estado é extremamente necessário, em função de garantir maior regulação e maior condição da existência da economia. Agora, segundo Pochmann, diante de um novo movimento do pêndulo, cada vez mais para a ampliação da regulação sobre a economia capitalista. Em síntese, os neoliberais defendiam a não-interferência nos mercados, mas o que temos agora? O Estado volta a regular a economia.

Notem o exemplo da intervenção direta do Estado na economia. O governo americano está a socorrer inúmeras instituições de crédito. Foram gastos mais de US\$ 700 bilhões de dólares para salvar bancos.⁸ Vive-se hoje um Estado socialista, mas apenas para Wall Street. Estão sendo privatizados os lucros e socializadas as despesas. Nas palavras do economista Eduardo Giannetti: "Quando os banqueiros estavam ganhando bilhões de dólares, tudo era privado e particular". No momento em que esses banqueiros e esses grandes aplicadores perdem bilhões, vem o governo e socializa jogando a conta para gerações futuras. Há algo profundamente errado do ponto de vista ético nesse sistema. É uma assimetria inaceitável de tratamento de ganhos e perdas. Notem o funcionamento artificial do sistema: "O Goldman Sachs tinha US\$ 25 aplicados para cada US\$ 1 de caixa. No início da década de 80, o lucro dos bancos representava 10% do lucro total da economia americana. Agora, é de 40%. É muita gente tentando ganhar manipulando dinheiro".⁹ Este é também o entendimento do economista Paulo Nogueira Batista, ao afirmar que é bem provável que grande parte do sistema financeiro acabe nas mãos do Estado.

⁸ "Não se pode dar US\$ 700 bilhões aos bancos e se esquecer da fome" (Hans-Gert Poettering, alemão, presidente do Parlamento Europeu).

⁹ Conferir Eduardo Giannetti, In. *Conjuntura da semana*. Uma leitura das 'Notícias do Dia' do IHU de 23 a 30 de setembro de 2008b.

Procurou-se apresentar nesta unidade aspectos teóricos ligados ao neoliberalismo: teorização e aplicabilidades. Vimos que o capitalismo tem passado por constantes crises nos últimos anos, no entanto a crise atual não é o colapso do capitalismo e sim o fim de um modelo do capitalismo sob a característica neoliberal (articulação entre mercado, Estado e sociedade). Por mais paradoxal que pareça, os neoliberais sempre pregaram a não-intervenção do Estado na economia; no entanto a intervenção do Estado na economia tem sido a regra e não a exceção por muitas décadas. Como destaca o lingüista Noam Chomsky: "Nos últimos 15 anos 20 companhias entre as 100 maiores do mundo não teriam sobrevivido sem a ajuda dos seus governos. As demais 80 restantes obtiveram ganhos pela via de solicitar aos seus governos que 'socializassem as perdas'. Quem paga a conta é o contribuinte sofrido".

Sugestões de leituras (referências completas no final)



– Os argumentos expostos aqui sobre a biografia de Hayek, sua produção intelectual e o debate com outros teóricos seguem os estudos de Peter J. Boettke, professor de Economia de Nova York. In. <http://www.hayek.cat/hayek.html>

– Sobre o Consenso de Washington, conferir a explanação de Portella Filho (1994).

– Sobre o neoliberalismo ler Sader; Gentili (1995).

Eleições e Desempenho Partidário no Brasil (2002-2008)

Ao avaliar a trajetória da política brasileira, percebe-se que a classe dirigente (classe política) sempre esteve ligada aos interesses da elite econômica, ou, em outras palavras, a classe política sempre foi a classe econômica dominante.

Desde a "Independência" do Brasil, a família real defendeu os interesses dos latifundiários (amigos do Rei). Na República não foi diferente: os oligarcas (política dos coronéis) revezavam-se no poder no intuito de preservar os interesses dos produtores de café (São Paulo) e leite (Minas Gerais). Logo após entrou em cena o populismo de Vargas (1930-1945), destinado "pai dos pobres" por atender às necessidades emergenciais das classes populares, mas cabe lembrar que não deixou de atender à classe poderosa (burguesia industrial), sendo, portanto, "mãe dos ricos". Vargas fez um governo populista sem jamais modificar as estruturas econômicas, que se mantêm intactas até hoje. De 1964 a 1985, com o "Golpe Democrático", a elite militar governou o país de forma centralizadora e autoritária. Nesse período o desenvolvimento econômico brasileiro deu-se com o investimento externo, avanço das multinacionais e, conseqüentemente, um grande endividamento perante as instituições internacionais.

Com a "abertura democrática" José Sarney assumiu o governo e, aos poucos, viu-se o retorno da política das oligarquias, principalmente com a ampla distribuição de canais de rádio e TV para a formação de um ambiente eletrônico visual e auditivo de tipo oligárquico. Após o governo Sarney o Brasil conheceu a experiência "modernizadora" do governo Collor, que prometeu inserir o Brasil no cenário mundial da globalização. A aventura durou pouco, as reformas do Estado brasileiro foram "abortadas" e Collor sofreu o *impeachment*. As reformas neoliberais voltaram nos dois mandatos do governo de FHC (representante das classes médias ilustradas) e, com seu partido burguês (PSDB), o Brasil passou por profundas transformações em seu modelo político-econômico.

Luiz Inácio Lula da Silva

(Caetés, 27 de outubro de 1945), é o trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerce desde o dia 1º de janeiro de 2003. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_In%C3%A1cio_Lula_da_Silva>. Acesso em: 24 set. 2008.

Muitos países latino-americanos foram afetados pelas reformas neoliberais estruturadas a partir das políticas do Consenso de Washington. No Brasil, o ônus econômico e social desse modelo foi altíssimo: baixo crescimento econômico (2,3% na média); desemprego (atingindo mais de 11 milhões de trabalhadores); dívidas interna e externa astronômicas; concentração de renda e violência difusa.

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais (2002), teoricamente rompia-se a trajetória do poder econômico na direção do comando político. O currículo do candidato vencedor se diferenciava dos presidentes anteriores: Lula trazia na bagagem a herança de um retirante nordestino, metalúrgico que se tornou líder sindical até entrar para a cena política, como deputado federal e líder de um dos maiores partidos do país. Questiona-se, entretanto: com a vitória do PT em 2002, as mudanças tão esperadas e propagadas pelo candidato Lula realmente se concretizaram? O governo Lula não seria uma mera continuidade das políticas do governo FHC (nos níveis econômico e social)? O governo Lula tem beneficiado quais classes sociais? Governa com o mercado ou com os movimentos sociais?

Esta unidade final tem como objetivo analisar de forma ampla a questão das eleições e do desempenho partidário no Brasil no período de 2002 a 2008. Assim, a unidade está dividida em quatro seções específicas: a primeira discute as eleições gerais 2002 quando Lula e o PT saem vitoriosos; a segunda analisa o desempenho partidário a partir das eleições municipais de 2004; a terceira seção aborda as eleições gerais de 2006, quando o presidente Lula obtém a reeleição; e a quarta e última seção analisa o desempenho partidário das eleições municipais de 2008.

Seção 5.1

Eleições gerais 2002: Lula e o PT vitoriosos

Depois de três tentativas consecutivas de chegar à Presidência da República (1989, 1994 e 1998), o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva venceu em dois turnos as eleições 2002. Lula recebeu 52.793.364 (61,27% dos votos válidos) contra 33.370.739 (38,73% dos votos válidos) votos recebidos pelo candidato oponente José Serra, do PSDB.¹

Algumas razões podem ter influenciado na vitória petista. A primeira diz respeito à mudança programática do PT (Partido dos Trabalhadores) que, com o passar do tempo, foi modificando gradativamente sua ideologia e seu discurso: das propostas socialistas de transformação social (luta de classe) para práticas reformistas, passando da esquerda do espectro político para o centro, na tentativa de se aproximar do eleitor mediano (eleitor de centro). A mudança gradativa do discurso do PT está intimamente ligada à evolução positiva do resultado das urnas. Foi possível perceber a mudança programática do PT desde as eleições presidenciais de 1994, com o abandono das principais bandeiras e diretrizes outrora defendidas.

O Gráfico 1 mostra a evolução da votação petista de 1989 a 2006. No primeiro turno de 1989, o partido obteve 11,6 milhões de votos, ou 16,1% do total dos votos válidos; em 1994, 17,1 milhões de votos (22%), em 1998, 21,4 milhões de votos (25,8,7%), em 2002, 39,4 milhões de votos (46,5%).

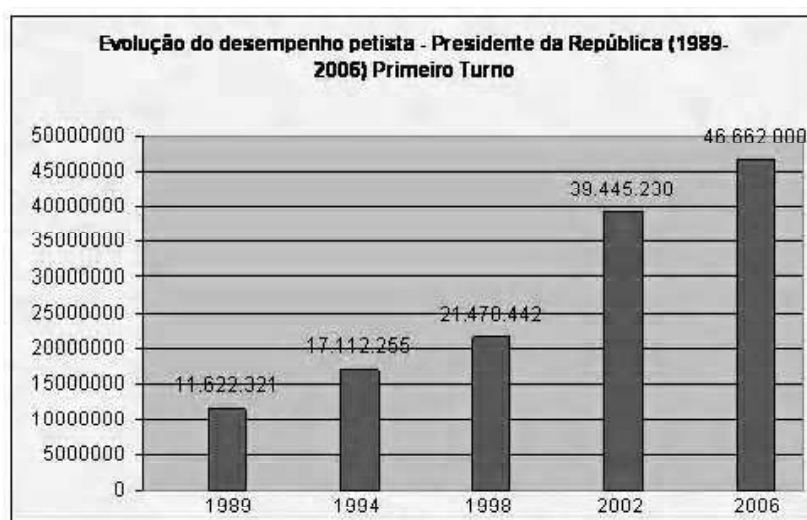


Gráfico 1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

¹ Números referentes ao segundo turno.

O próprio presidente reconheceu a sua mudança e a mudança do programa do partido, quando fez alianças políticas para vencer as eleições: "Eu perdi três eleições, e cada eleição que eu perdia, perdia por 15%. Chegou um dia em que alguém me convenceu de que eu não precisava mais ficar fazendo discurso para agradar ao PT, que eu não precisava mais ficar fazendo discurso para agradar aos 30% ou 35% que eu tive em todas as eleições. Era preciso que eu me preparasse para ter do meu lado os 15% que faltavam. E eu me preparei e ganhei a eleição".²

A segunda razão está relacionada à "morte da política" (fim das ideologias) e ao fortalecimento do marketing político: hoje "vende-se um candidato como se vende um produto qualquer", candidato é uma "boa mercadoria". Presenciamos, assim, à "morte do debate político" construtivo, dos programas e das ideologias partidárias, com o embate político cedendo lugar ao espaço midiático, à projeção da imagem do candidato (o terno, a barba, o discurso pronto).

A terceira diz respeito à conjuntura político-econômica desfavorável herdada da era FHC, que acabou favorecendo o candidato Lula da Silva. A vitória de Lula deu-se pelo esgotamento das políticas neoliberais de FHC. A pouca transparência (corrupção) do processo de privatizações e da MP da reeleição desencadeou um pensamento de desconfiança na sociedade, embora a mídia tenha compactuado com o governo no sentido de silenciar sobre esses fatos junto a opinião pública. O desemprego, o agravamento da concentração de renda e o empobrecimento da classe média nos 8 anos de governo de FHC produziram um desejo de mudança no eleitorado brasileiro.

A quarta razão está ligada à questão das alianças do PT. Com o objetivo de vencer as eleições, o PT desconsiderou alianças do tipo programáticas e ideológicas e procurou fazer pactos do tipo "vale-tudo", como o acordo com o PL e PTB, por exemplo. Além das alianças, o PT buscou a aproximação com setores conservadores da sociedade, como os empresários e banqueiros.

Por fim, houve a "Carta aos Brasileiros", escrita no dia 22/6/2002. O momento de instabilidade política que antecedeu as eleições 2002 refletiu-se diretamente na economia do país, fazendo com que o risco Brasil (percepção externa dos investidores) alcançasse

² Entrevista do presidente Lula no dia 15 de maio de 2007. O Estado de S. Paulo, 16-5-2007. Disponível em http://www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=7172. Acesso em: 16-maio 2007.

percentuais recordes de 1.770 pontos. Com o objetivo de “acalmar” o mercado, o então candidato Lula, juntamente com seu partido, elaborou a chamada “Carta aos Brasileiros” em que, em resumo, comprometia-se em pagar os juros da dívida externa e o cumprimento dos contratos. Esta “carta” foi rebatizada por alguns analistas políticos de “Carta aos Banqueiros”, exatamente por beneficiar mais essa classe do que a população como um todo. Estas foram algumas razões que deram a Lula a expressiva vitória, com 52.793.364 (mais de 61% dos votos válidos).

5.1.1 AVALIANDO O PRIMEIRO MANDATO

A vitória de Lula nas eleições presidenciais em 2002 trouxe entusiasmo e alegria a milhões de brasileiros: “Finalmente, a esperança venceu o medo”. Os primeiros cem dias do governo Lula foram festivos, não faltaram discursos e “showmícios”, que expressavam bem o clima de “lua-de-mel” entre o novo presidente e a população. Com o passar do tempo, no entanto, o entusiasmo e as expectativas com o novo governo foram diminuindo e a frustração não tardou a chegar.

5.1.2 A COMPOSIÇÃO MINISTERIAL

Com a vitória da Frente Popular nas eleições 2002, foi sendo montado o governo de transição e, junto dele, cogitados os possíveis nomes para o futuro Ministério, tudo com o devido cuidado para não assustar o “mercado”. O PT entregou a presidência do Banco Central para o deputado federal Henrique Meirelles (PSDB), ex-administrador máximo do Bank of Boston, segundo maior credor do Brasil. No mesmo sentido, contrariando boa parte da esquerda do PT, o governo Lula reafirmou a proposta de conceder autonomia administrativa ao Banco Central, medida exigida pelo capital financeiro internacional. O Ministério da Fazenda foi para o médico Antônio Palocci, que administrou a prefeitura de Ribeirão Preto, onde pôs em prática medidas neoliberais, como a privatização do serviço telefônico da cidade. Os demais Ministérios foram entregues aos partidos que apoiaram a Frente Popular no segundo turno, como o PPS, PL, PDT, PTB, além de pessoas ligadas ao empresariado brasileiro.

5.1.3 A MUDANÇA PROGRAMÁTICA SE CONFIRMOU

Com o passar do tempo, na prática, o governo Lula não demonstrava claramente qual era o projeto de desenvolvimento para o Brasil. O que ainda não parecia claro, no início, era a guinada extraordinária das doutrinas originárias do Partido dos Trabalhadores para o centro, a partir da "Carta aos Brasileiros". Aos poucos a retórica socialista foi sendo abandonada e passou-se a seguir um programa similar ao defendido anteriormente pelo ex-presidente FHC, isto é, o modelo liberal-desenvolvimentista. No início o PT trazia, em seu programa, o anseio por mudanças e a proposta de ruptura com o sistema econômico vigente. As idéias socialistas e o sonho da revolução (luta de classe) permeavam as mentes mais ousadas. Aos poucos, porém, tudo foi mudando...

No mês de dezembro de 2001 a linha oficial do PT ainda defendia a ruptura radical com o modelo existente. Durante o XII Encontro Nacional do PT, realizado em Recife, foi aprovado o documento "Ruptura Necessária", que defendia o rompimento com o FMI: "Será necessário denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI, para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento...". Anunciava também o rompimento com o modelo econômico herdado após 8 anos de governo FHC: "A implementação de nosso governo (...) representará uma ruptura com o atual modelo econômico, fundado na abertura e na desregulação radicais da economia nacional e na consequente subordinação de sua dinâmica aos interesses e humores do capital financeiro globalizado...". Logo após a aprovação do referido documento, o que se constatou foi exatamente o contrário do que se defendia. Logo veio o comprometimento do PT junto ao FMI, com o cumprimento dos contratos, o pagamento das dívidas e a promessa de manutenção do modelo econômico anterior.

5.1.4 COMPROMETIMENTO COM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

No início, quando Lula discursava para dezenas de milhares de delegados, representantes de boa parte da esquerda mundial reunida no Fórum Social Mundial (edição 2003) de Porto Alegre/RS, jamais se imaginava que seu governo já houvesse aderido às reformas macroeconômicas propostas por Wall Street e pelo FMI. Como argumenta o economista Michel Chossudovsky: "Enquanto era abraçada em coro por movimentos progressistas de todo o mundo, a administração de Lula estava a ser aplaudida pelos principais protagonis-

tas do modelo neoliberal". Na época o entusiasmo do diretor do FMI, Heinrich Koeller, em relação ao governo Lula, expressava esse sentimento: "Sou entusiasta; mas é melhor dizer que estou profundamente impressionado pelo presidente Lula, na verdade e em particular, porque penso que ele tem a credibilidade que muitas vezes falta um pouco a outros líderes, e a credibilidade está em que é sério para trabalhar afincadamente a fim de combinar política orientada para o crescimento com equidade social".

Por outro lado, nos últimos anos jamais o sistema financeiro lucrou tanto na história do país. Os lucros exorbitantes do sistema bancário (dados atuais de 2008) são exemplos do que é prioridade no atual governo.

<i>Ano</i>	<i>Banco</i>	<i>Período</i>	<i>Lucro</i>
	Unibanco	Primeiro Semestre de 2008	R\$ 756 milhões
	Itaú	Primeiro Semestre de 2008	R\$ 2,041 bilhões
	Bradesco	Primeiro Semestre de 2008	R\$ 4,1 bilhões
	Santander Banespa	Primeiro Semestre de 2008	R\$ 830 milhões

Quadro 1: Lucro dos principais bancos instalados no país (2008 – Primeiro Semestre)

Fonte: Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná: "Especial Lucro dos Bancos". Disponível em <http://www.feebpr.org.br/lucroban.htm>

5.1.5 AVANÇOS E RETROCESSOS

Por um lado, obteve-se, nos últimos anos, alguns avanços significativos na depuração da política brasileira; por outro, persistem ainda a impunidade e muitas CPIs terminaram, literalmente, em pizza. Dentre os avanços podemos citar, por exemplo, a demissão de altos funcionários de empresas estatais; José Genoíno, presidente do PT, foi deposto; José Dirceu, o homem mais poderoso do governo Lula, foi cassado; Palocci, o homem forte da economia, foi demitido; o ministro Gushiken, que era o terceiro mais importante do governo, encolheu a ponto de não se ouvir mais falar nele; desvendou-se o "valerioduto", que irrigava contas e campanhas eleitorais desde 1998; e publicitário do governo, Duda Mendonça, foi flagrado com contas milionárias no exterior. A absolvição do deputado Brant (PFL) e do professor Luizinho (PT), no entanto, após o "acordão" entre os referidos partidos, faz retroceder o processo democrático e a certeza da impunidade volta a pairar no cenário político brasileiro.³

³ José Genoíno e Palocci conseguiram eleger-se deputados federais em 2006.

Como retrocesso constata-se ainda a vigência de práticas patrimonialistas, clientelistas, populistas e personalistas na cultura política atual (desde a esfera nacional até a municipal). Estes atos políticos pouco cívicos, juntamente com o abuso do poder por meio de Medidas Provisórias, além da prática do “troca-troca” partidário (migração partidária) contribuem para que as instituições políticas sejam vistas cada vez com mais descrédito e desconfiança pela maioria da população.

Seção 5.2

As eleições municipais de 2004

Esta seção tem como objetivo extrair dos resultados das eleições municipais de 2004 alguns elementos para análise. Dentre eles, a clara visualização de que o PT e o PSDB saem fortalecidos e o PMDB e o PFL vêm declinar sua participação política no cenário nacional. Apesar dos resultados finais apontarem para a vitória do PT em âmbito nacional (valor quantitativo), o partido foi derrotado na sua principal vitrine administrativa, Porto Alegre, após 4 eleições vitoriosas no Executivo municipal. A derrota do PT pode ser atribuída a uma espécie de julgamento do governo Lula? Isto é, os eleitores teriam punido o partido pelo não-cumprimento das expectativas projetadas desde a conquista da Presidência da República por um partido considerado de esquerda? Estas e outras questões esta seção pretende discutir.

A seção apresenta, inicialmente, os resultados do primeiro turno das eleições, que já evidenciavam, a supremacia de alguns partidos: PT, PSDB, PMDB e PFL. Na parte 2, a seção passa a discutir os resultados do segundo turno, quando se evidencia que o êxito obtido pelo PT no primeiro turno não o acompanhou no segundo. A supremacia no segundo turno foi do PSDB. Na parte 3, a seção discute o cenário pós-eleitoral gaúcho. No âmbito estadual ainda repercute a derrota petista nas três maiores cidades do Estado: Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre. No controle político dos demais municípios, a supremacia continua sendo do PMDB e PP, que se alternam no comando das prefeituras. O PDT e o PPS foram os partidos que mais cresceram proporcionalmente no número de prefeituras em 2004.

5.2.1 PRIMEIRO TURNO: PT e PSDB saem na frente

Após o encerramento da contagem dos votos no 1º turno das eleições municipais de 2004, algumas conclusões já eram visíveis. A primeira delas dizia respeito, em âmbito nacional, a uma concentração em número dos votos válidos obtidos por alguns partidos, dentre eles o PT, PSDB, PMDB e PFL.⁴ Juntos, esses partidos receberam 6 de cada 10 votos válidos apurados no país. A segunda relaciona-se ao crescimento e à disputa entre dois grandes partidos, o PT e o PSDB, disputa já evidenciada nas últimas eleições presidenciais de 1994, 1998 e 2002.

Analisando os números finais do resultado já no 1º turno, percebeu-se o expressivo crescimento do PT, que obteve 16,3 milhões de votos (17,17% dos votos válidos). Na comparação percentual feita em relação às eleições municipais de 2000, o PT aumentou sua votação em 37,7% – havia obtido então 11,9 milhões de votos. Para o PSDB, o avanço em relação às eleições de 2000 também foi significativo, embora um pouco menor, passando de 13,5 para 15,7 milhões (16,5% dos votos válidos). Depois deles seguiram:

- PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), com 14,2 milhões de votos;
- PFL (Partido da Frente Liberal), 11,2 milhões;
- PP (Partido Progressista), 6,1 milhões;
- PDT (Partido Democrático Trabalhista), 5,5 milhões;
- PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), 5,2 milhões;
- PL (Partido Liberal), 5,0 milhões;
- PPS (Partido Popular Socialista), 4,9 milhões
- PSB (Partido Socialista Brasileiro), 4,4 milhões de votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

⁴ O PFL – Partido da Frente Liberal – passou a se chamar DEM (Democratas) em 2007.

5.2.2 VITÓRIAS ELEITORAIS NOS MUNICÍPIOS E CAPITALIS (1º TURNO)

Já no primeiro turno o PT ganhou a prefeitura de 6 capitais de Estados e elegeu 400 prefeitos em todo o país (um aumento de 114% em relação às eleições de quatro anos antes). Em Belo Horizonte (MG), o prefeito petista Fernando Pimentel foi reeleito com 68,5% dos votos; da mesma forma, em Recife (PE), João Paulo foi reeleito com 56% dos votos. O PT também venceu em Aracaju (SE), Macapá (AP), Palmas (TO) e Rio Branco (AC).

Em termos nacionais, o PT foi o partido que mais votos recebeu para prefeito nos 5.562 municípios brasileiros. Embora estivesse longe de conquistar o maior número de administrações, é preciso registrar que o PT foi, dentre as grandes agremiações, a que mais cresceu nesse quesito, quando comparado ao total de cidades em que vencera no pleito anterior. Já PMDB, PSDB, PFL e PP, que seguiam numericamente à frente da legenda governista, diminuíram sua participação em relação a 2000. O PTB obteve um pequeno aumento. Da mesma forma, PPS, PSB, PL e PDT cresceram nas urnas com o pleito anterior.

O PMDB foi o partido que conquistou o maior número de prefeituras e cadeiras nos Legislativos municipais, conforme levantamento divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mesmo assim, o partido encolheu. Ao todo foram eleitos 1.045 prefeitos peemedebistas no primeiro turno, contra 1.257 em 2000. O segundo colocado foi o PSDB, que elegeu 859 prefeitos em 2004 e 990 em 2002. Em terceiro lugar ficou o PFL, com 785 prefeitos.

5.2.3 SEGUNDO TURNO: resultados gerais no Brasil

O PT foi o partido que mais conquistou prefeituras nas 43 cidades em que houve eleições no 2º turno. Das 23 prefeituras em que concorreu, conquistou 11, com 48% de aproveitamento. O PSDB concorria em 20 municípios e venceu em 9 (45%); o PMDB venceu em 6 cidades das 12 em que disputou (50%); o PDT disputava 7 cidades e venceu em 5 (66,6%); o PPS venceu em 4 cidades das 5 em que disputou (80%); o PSB disputou em 5 municípios e venceu em 4 (80%); o PTB disputou em 3 municípios e venceu em 2 (66,6%); o PSDC ganhou em 1 município, e o PFL disputou em 5 municípios e não ganhou em nenhum.

Apesar de o PSDB eleger 119 prefeitos a menos em relação às eleições de 2000, o partido obteve melhor êxito nos grandes centros urbanos. O PSDB governou 871 cidades que abrigam 25,617 milhões de eleitores, o equivalente a 21,4% do país. Na época o PT elegeu prefeitos em 411 municípios, com 17,055 milhões de eleitores (14,2%). No total, os tucanos governaram 8,56 milhões de eleitores a mais que o PT. Em terceiro, o PMDB governou 1.057 cidades, com 16,890 milhões de eleitores (14,1%).

A Tabela 1 elenca algumas siglas partidárias que tiveram o número de prefeituras reduzido em 2004 em comparação com as eleições de 2000. Os partidos que aumentaram o número de prefeituras foram o PTB, PT, PL, PPS, PDT, PSB, PV e PCdoB.

Tabela 1: Número de prefeitos eleitos, por partido

Evolução	Colocação	Partido	2000	2004	Diferença	Percentual
Negativa	1º	PMDB	1.257	1.057	-200	-16%
Negativa	2º	PSDB	990	871	-119	-12%
Negativa	3º	PFL	1.028	790	-238	-23%
Negativa	4º	PP	618	552	-66	-10%
Positiva	5º	PTB	398	425	+27	+6%
Positiva	6º	PT	187	411	+224	+120%
Positiva	7º	PL	234	381	+147	+62%
Positiva	8º	PPS	166	306	+140	+84%
Positiva	9º	PDT	288	305	+17	+6%
Positiva	10º	PSB	133	176	+43	+32%
Positiva	11º	PV	13	56	+43	+330%
Positiva	12º	PCdoB	1	10	+9	+900%
		Outros	246	222	-24	-10%
		Total	5.559	5.562	+3	

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados oficiais (TSE).

5.2.4 VITÓRIA DO PSDB

O crescimento eleitoral do PT obtido no primeiro turno de 2004 não se repetiu no segundo, mais precisamente nas grandes cidades das regiões Sul e Sudeste do país e nas capitais onde os petistas amargaram as maiores derrotas: Porto Alegre, Curitiba e São Paulo. No mais importante centro político e financeiro do país, São Paulo, o PT perdeu a prefeitura para o PSDB. A candidata à reeleição Marta Suplicy fez, no primeiro turno, 35,8% dos

votos e seu opositor, José Serra, obteve 43,5%, uma diferença de 7,7 pontos percentuais pró-Serra. No segundo turno, depois de uma dura disputa entre os candidatos, José Serra confirmou sua vitória com 3.330.179 votos (54,86%) contra 2.740.152 de Marta Suplicy (45,14%), uma diferença de 9,72% dos votos válidos.

No segundo turno as dificuldades da candidata petista em São Paulo foram imensas, pois contou apenas com o apoio do PSB (Partido Socialista Brasileiro), que somou 3,96% dos votos no primeiro turno, e do PP (Partido Progressista), de Paulo Maluf, que somou 11,91%. Pelos resultados finais comprovou-se que o voto dos socialistas e malufistas não migraram na totalidade para a candidata petista.

Depois da derrota sofrida no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 para Luiz Inácio Lula da Silva (61,27% contra 38,73% dos votos), poucos apostavam no futuro político de José Serra. Com a vitória em São Paulo, além de derrotar a administração petista de Marta Suplicy (vitrine do PT) e conquistar o maior colégio eleitoral e a maior cidade do país, José Serra tornou-se uma das principais lideranças do PSDB no Brasil.

Há um consenso, entre os analistas políticos, de que o PT e o PSDB foram os grandes vencedores das eleições municipais de 2004, na medida em que passaram a governar 14 das 26 capitais a partir de 2005, três a mais do que na gestão anterior. O balanço final, porém, teve significados políticos diferenciados para ambos: a vitória petista foi organizacional, na medida em que os votos recebidos vieram de todas as partes do Brasil. Os candidatos petistas obtiveram êxito nos grotões, cidades médias e nas capitais do Norte-Nordeste, mas o partido acabou perdendo o domínio de grandes centros urbanos para o PSDB, que, por sua vez, passou a governar o maior número de eleitores a partir de 2005. No que se refere à conquista de prefeituras, o PT mais do que dobrou o número, passando de 187 (em 2000) para um total de 411 nas eleições de 2004 (já inclusas as 11 cidades conquistadas no 2º turno). Outro dado importante diz respeito ao número total de votos: pela primeira vez o PT foi o partido mais votado numa eleição municipal, tanto no primeiro quanto no segundo turno.

5.2.5 GOVERNANDO AS CAPITAIS: hegemonia do PT e do PSDB

O PT concorreu em nove capitais no 2º turno das eleições 2004, mas venceu em apenas três. No total o PT passou a administrar 9 capitais a partir de 2005. Nestas o partido obteve, igualmente, o maior número de votos (6,9 milhões), no entanto o partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu suas duas capitais mais estratégicas, São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).⁵ O PSDB conquistou cinco capitais: São Paulo (SP), Curitiba (PR), Cuiabá (MT), Florianópolis (SC) e Teresina (PI), somando 6,3 milhões de votos no segundo turno. O PDT obteve uma vitória importante em Salvador (BA), onde derrotou o candidato do petelista Antônio Carlos Magalhães. Os pedetistas ganharam, ainda, as prefeituras de Maceió (AL) e São Luís (MA). Outro partido que conquistou três capitais foi o PSB: João Pessoa (PB), Natal (RN) e Manaus (AM).

Outro partido tradicional que amargou maus resultados foi o PFL, que elegeu apenas Cesar Maia à prefeitura do Rio de Janeiro (RJ) e perdeu em seu reduto mais importante, Salvador (BA). O PTB conquistou a prefeitura de Belém (PA). Já o PPS acabou com 16 anos de mandato petista na prefeitura de Porto Alegre (RS), elegendo o ex-senador José Fogaça, e também o prefeito de Boa Vista (RR).

Tabela 2: Número de capitais conquistadas por partido (2000 e 2004)

Evolução	Colocação	Partido	2000	2004	Diferença
Positiva	1º	PT	8	9	+1
Positiva	2º	PSDB	3	5	+2
Positiva	3º	PSB	2	3	+1
Positiva	4º	PDT	2	3	+1
Manteve	5º	PPS	2	2	0
Manteve	5º	PMDB	2	2	0
Positiva	6º	PTB	0	1	+1
Negativa	6º	PFL	3	1	-2
Negativa	7º	PL	3	0	-3
Negativa	7º	PP	1	0	-1
		TOTAL	26	26	

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados oficiais (TSE).

⁵ Outras derrotas expressivas dos petistas: Caxias do Sul, Pelotas, Blumenau, Campinas, Ribeirão Preto, Cuiabá, Belém, Curitiba, Goiânia, Maceió e Natal.

5.2.6 O CONTROLE POLÍTICO NAS MAIORES CIDADES

Analisando o universo das 96 cidades mais relevantes politicamente, incluindo as 26 capitais e as 70 cidades com mais de 150 mil eleitores (38,7% de todos os eleitores do Brasil), chega-se aos seguintes números: o PT, embora tendo ainda o controle político da maioria das cidades, caiu de 29 prefeituras para 24; e o PSDB manteve o mesmo número de prefeituras nesta modalidade.

Tabela 3: Número de prefeituras conquistadas, por partido, nas 96 maiores cidades do Brasil (2000-2004)

Evolução	Colocação	Partido	2000	2004	Diferença
Negativa	1º	PT	29	24	-5
Manteve	2º	PSDB	19	19	0
Manteve	3º	PMDB	11	11	0
Positiva	4º	PDT	8	11	+3
Positiva	5º	PSB	6	8	+2
Positiva	6º	PPS	4	8	+4
Negativa	7º	PFL	9	6	-3
Negativa		Outros	10	9	-1
		Total	96	96	

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados oficiais (TSE).

Os tucanos permaneceram no comando político de 19 municípios. O PMDB, apesar de manter sua hegemonia política, conquistou apenas 11 das 96 cidades mais importantes e apenas 2 capitais. O PFL foi o partido que sofreu a maior derrota nessas eleições. O partido perdeu nas duas capitais onde disputou o segundo turno: Salvador (BA) e Manaus (AM), e ganhou em apenas 6 das 96 cidades mais importantes. A maior vitória entre as cidades mais importantes foi no Rio de Janeiro (RJ).

5.2.7 TOTAL DE VOTOS DE CADA PARTIDO

Dos quatro principais partidos, PT e PSDB ampliaram e PMDB e PFL reduziram sua fatia no total de votos, numa comparação entre o 1º turno de 2000 e o de 2004.

Tabela 4: Número de votos e percentual por partido (2000-2004)

Evolução	Colocação	Partido	2000	Percentagem	2004	Percentagem	Diferença
Positiva	1º	PT	11.938.734	14,3%	16.326.047	17,15%	+2,85%
Positiva	2º	PSDB	13.518.346	16%	15.747.592	16,54%	+0,54%
Negativa	3º	PMDB	13.257.650	15,69%	14.249.339	14,97%	-0,72%
Negativa	4º	PFL	12.973.544	15,35%	11.238.408	11,81%	-3,74%

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados oficiais (TSE).

Já no segundo turno, com a derrota do PT em São Paulo, o eleitorado a ser governado pelos petistas reduziu-se sensivelmente em relação a 2000. Os partidos que mais evoluíram foram PV, PCdoB e PPS, enquanto que PTB e PT reduziram seu domínio sobre o eleitorado.

Tabela 5: Evolução do eleitorado a ser governado por partido (2000-2004)

Evolução	Colocação	Partido	2000	2004	Diferença
Positiva	1º	PSDB	18.463.915	25.615.145	+39%
Negativa	2º	PT	21.590.995	17.055.262	-21%
Negativa	3º	PMDB	19.541.475	16.889.596	-14%
Negativa	4º	PFL	16.796.596	15.506.423	-8%
Positiva	5º	PDT	6.322.915	8.627.693	+36%
Positiva	6º	PPS	4.102.926	6.752.066	+65%
Negativa	7º	PP	7.799.270	6.726.691	-14%
Manteve	8º	PSB	5.645.221	5.654.486	0
Negativa	9º	PTB	12.634.749	6.705.263	-47%
Positiva	10º	PL	4.304.448	4.920.752	+14%
Positiva	11º	PV	431.420	1.471.592	+241%
Positiva	12º	PCdoB	275.598	480.113	74%

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados oficiais (TSE).

5.2.8 CENÁRIO POLÍTICO GAÚCHO (1º TURNO)

O Rio Grande do Sul realizou eleições em seus 497 municípios, num total de 24.159 seções. O total de eleitores aptos foi de 7.543.188; desses, 6.715.654 (89,1%) compareceram no 1º turno e 827.534 (10,9%) se abstiveram de votar. O percentual de votos válidos no Estado foi de 6.354.298 (94,6%), com 151.693 votos em branco (2,2%) e 209.663 nulos (3,1%). Nas últimas eleições municipais de 2000 estavam aptos a votar 7.112.134 pessoas, e destas,

6.325.105 (88,9%) compareceram, numa abstenção de 787.029 eleitores (11,0%). Os votos válidos somaram 5.983.700 (94,6%), com 150.413 votos brancos (2,3%) e 190.992 votos nulos (3,02%). Se traçarmos um paralelo entre as eleições municipais de 2000 e 2004, vê-se que o percentual de comparecimento foi 0,02% maior em 2004 e nos votos válidos foi idêntico ao anterior.

Na administração das prefeituras, em relação ao gênero, a supremacia continuou sendo dos homens. Foram eleitos 497 prefeitos (96,5%) e apenas 18 prefeitas (3,5%) no Estado.

No Rio Grande do Sul, PMDB e PP continuaram sendo os partidos que iriam administrar o maior número de prefeituras. Nas eleições municipais de 2000 a supremacia era do PP (PPB, na época), que elegeu 174 contra 139 do PMDB. Nas eleições 2004 a ordem se inverteu, o PMDB foi o partido que mais elegeu prefeitos no primeiro turno, 136 (+ 1 no 2º turno = 137), seguido do PP, com 134. Os peemedebistas perderam o comando de duas cidades em relação à eleição de 2000. Já o PP teve uma perda maior: 40 municípios. Em terceiro ficou o PDT, que apresentou o maior crescimento proporcional, passando de 78, em 2000, para 97 prefeitos. Em quarto lugar ficou o PT, que passou de 35 para 43 prefeituras. O PTB seguiu com o mesmo número de prefeituras, 31. O PPS, que até então não detinha nenhuma, somou três no primeiro turno e confirmou mais duas no 2º turno (5 no total). O PFL aumentou em três o número de prefeituras, passando de 15 para 18. O PSDB ganhou mais duas, passou a 17. O PSB aumentou de sete para nove, o PL seguiu com três e o PHS conquistou duas prefeituras.

Além de ter sido o partido que mais perdeu prefeitos, o PP sofreu ainda algumas derrotas na tentativa de reelegê-los: é o caso de Juca Alvarez, de São Borja, derrotado por Mariovan Weis (PDT), e do prefeito de Cruz Alta, José Westphalen Corrêa, que foi superado pelo PT de Wilson Roberto Santos. Em Erechim, o partido conseguiu a vitória, reelegendo Eloi Zanella. O PTB foi derrotado em Cidreira, onde a prefeita Custódia da Silva (PTB) perdeu para Roberto Camargo (PMDB) e em Gravataí o ex-prefeito Abílio dos Santos perdeu para o petista Sergio Stasinski.

Apenas três cidades do Rio Grande do Sul tiveram novas eleições no 2º turno: Porto Alegre, onde disputaram Raul Pont (PT) e José Fogaça (PPS); Caxias do Sul, onde José Ivo Sartori (PMDB) concorreu com Marisa Formolo (PT); e Pelotas, onde disputaram o coman-

do da prefeitura Bernardo de Souza (PPS) e Fernando Marroni (PT). O PT foi derrotado em todas. Em Caxias do Sul José Ivo Sartori venceu com 119.521 (52,43%) votos, contra 108.427 (47,57%) de Marisa Formolo, uma diferença de 4,86%. Em Pelotas venceu Bernardo de Souza, do PPS, com 100.088 (52,38%), contra 91.007 (47,62%) do candidato petista, uma diferença de 4,76%. Em Porto Alegre Raul Pont (PT) foi derrotado por Fogaça. Pont fez 378.099 (46,68%) contra 431.820 (53,32%) de Fogaça, uma diferença de 6,64%.

Tabela 6: Número de prefeituras conquistadas por partido: 2000/2004 – RS

Evolução	Colocação	Partido	2000	2004	Diferença
Negativa	1º	PMDB	139	137	-2
Negativa	2º	PP	174	134	-40
Positiva	3º	PDT	78	97	+19
Positiva	4º	PT	35	43	+8
Manteve	5º	PTB	31	31	0
Positiva	6º	PFL	15	18	+3
Positiva	7º	PSDB	15	17	+2
Positiva	8º	PSB	7	9	+2
Positiva	9º	PPS	0	5	+5
Manteve	10º	PL	3	3	0
Positiva	11º	PHS	0	2	+2
		TOTAL	497	496	

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados oficiais (TSE).

5.2.9 A DERROTA PETISTA EM PORTO ALEGRE

Se a vitória do PT ocorre no âmbito quantitativo (partido que recebeu o maior número de votos no primeiro e no segundo turnos em todo o Brasil), como explicar a derrota do partido em locais estratégicos como Porto Alegre? A derrota pode ser atribuída a um julgamento do governo Lula? Não necessariamente. Provavelmente a derrota do PT em Porto Alegre tenha razões mais complexas.

Parece pouco convincente o argumento de que a derrota do PT em Porto Alegre esteja ligada apenas ao desempenho do governo Lula. Se o argumento fosse verdadeiro, como explicar o crescimento do PT (37%) em todo o país em relação às eleições de 2000? O PT cresceu, igualmente, em 20 Estados brasileiros, comparando-se as eleições de 2000 e 2004.

A votação petista foi decrescente em apenas 6 Estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. Essa tendência parece ser uma das justificativas da derrota do PT na capital gaúcha.

Tabela 7: Percentual de votos do PT nas eleições municipais de 2000 e 2004

Estado	2000	2004	diferença
Piauí	9,7	5,7	-4,0
Alagoas	5,7	2,2	-3,5
Rio Grande do Norte	7,1	4,4	-2,7
Rio Grande do Sul	22,6	20,9	-1,7
Paraíba	4,7	3,7	-1,0
Rio de Janeiro	11,5	10,7	-0,8
São Paulo	24,8	25,3	0,5
Pará	17,7	18,4	0,7
Amazonas	1,1	1,9	0,8
Goias	9,9	10,8	0,9
Santa Catarina	17,2	18,4	1,2
Maranhão	2,9	4,6	1,7
Bahia	11,9	13,8	1,9
Paraná	12,6	15,1	2,5
Roraima	0,0	2,8	2,8
Mato Grosso	7,7	12,5	4,8
Rondônia	10,3	15,9	5,6
Acre	33,0	39,0	6,0
Espírito Santo	3,8	11,2	7,4
Ceará	2,4	10,3	7,9
Sergipe	14,8	23,0	8,2
Mato Grosso do Sul	19,0	27,6	8,6
Pernambuco	8,8	19,6	10,8
Minas Gerais	8,8	22,3	13,5
Tocantins	2,3	22,5	20,2
Amapá	2,0	34,2	32,2

Fonte: Marengo (2004).

Tabela 8: Percentual de votos do PT em Porto Alegre (eleições para prefeito, governador e presidente – 1988/2004)

	88	89	90	92	94	96	98	2000	2002	2004
PREFEITO	34,3	-	-	40,8	-	52,0	-	45,6	-	35,0
GOVERNADOR	-	-	10,6	-	50,7	-	53,6	-	39,9	-
PRESIDENTE	-	6,4	-	-	38,8	-	50,4	-	43,6	-

Fonte: Marengo (2004).

Durante os anos 90 o PT registrou tendência de crescimento de seu eleitorado em Porto Alegre, com o melhor resultado na capital sendo alcançado nas eleições para o governo do Estado, em 1998. A partir desta eleição começa o declínio no desempenho eleitoral na capital. Duas razões parecem ser essenciais para este ponto de inflexão: a primeira delas está ligada à avaliação negativa por parte do eleitorado da administração do governador Olívio Dutra (perceptível a partir do final do segundo ano do seu mandato, 2000), pela truculência e conflitos generalizados do seu governo. A segunda razão para a tendência da perda de eleitores está relacionada à renúncia do prefeito Tarso Genro à prefeitura de Porto Alegre para concorrer ao governo do Estado, depois de haver se comprometido a governar a capital até o fim do mandato.

Outra razão para a derrota petista em Porto Alegre está ligada ao sentimento anti-PT influenciado pela Rede Brasil Sul (RBS), que se opôs abertamente ao governo petista, o que acabou influenciando a opinião pública de maneira negativa. O antipetismo ficou evidente, igualmente, no processo de “transferência” de votos entre o primeiro e o segundo turnos. A oposição articulou-se para derrotar o candidato petista. Diferentemente das eleições anteriores, quando os votos dados a candidatos derrotados distribuíram-se em proporções equilibradas entre o candidato do PT e seu rival, isso não ocorreu em 2004. Dois de cada três eleitores derrotados no primeiro turno confiaram seu voto ao candidato José Fogaça (PPS) no segundo turno.

Tabela 9: Transferência de votos: primeiro/segundo turno

Ano	Candidato	1º turno	2º turno	+
2000	Tarso	45	60	15
	Collares	20	36	16
2002	Tarso	39	48	9
	Rigotto	37	48	11
2004	Pont	35	45	10
	Fogaça	28	53	25

Fonte: Marengo (2004).

O candidato Raul Pont foi derrotado nos bairros com maior renda e maior escolaridade média. O PT não soube apresentar propostas que contemplassem as preocupações e expectativas da classe média. A ausência de propostas para a atração de investimentos capa-

zes de absorver mão-de-obra altamente escolarizada, a valorização do espaço urbano, projetos para o lazer e cultura contribuíram para reforçar um sentimento de mesmice e incapacidade de projetar o futuro da cidade, associado aos últimos governos petistas. O PT foi vitorioso nos bairros de menor renda, nos quais reside a população que foi mais beneficiada pelas políticas sociais provenientes do Orçamento Participativo (políticas de saneamento, pavimentação e transporte).

Tabela 10: Percentual de votos segundo renda média bairros Porto Alegre

Renda média/bairro	Pont	Fogaça	Pont 1996
Menos mil reais	48,7	47,3	52,7
Mil a dois mil reais	44,5	51,7	52,4
Dois a quatro mil reais	37,9	58,9	48,1
Mais de quatro mil reais	28,5	68,4	40,4

Fonte: Marengo (2004).

A estratégia do discurso retrospectivo prevaleceu na campanha eleitoral do PT no horário gratuito. Foi um erro de estratégia, na medida que as propostas para uma nova administração petista foram pouco difundidas, prevalecendo as propagandas do que já havia sido feito. O candidato Fogaça soube tirar proveito dessa lacuna e adotou para sua campanha o slogan: "Vamos manter o que é bom e melhorar o que não está funcionando...". A burocratização do partido, a pouca mobilidade e a mesmice da militância petista, o marketing publicitário (propaganda em série) com a centralização no indivíduo e não no partido – "Raul é bom no que faz" – igualmente contribuíram para a derrota petista em Porto Alegre.

Desde o término do primeiro turno era consenso entre os analistas que o PT e o PSDB se consolidavam como os partidos mais expressivos da política brasileira.

Pode-se concluir que o ganho petista nas eleições 2004 deu-se no plano quantitativo, pois o partido se consolidou em âmbito nacional tendo presente sua expressiva votação. Já a vitória do PSDB foi significativa no quesito "qualidade" (ganho ideológico), principalmente no valor simbólico de ter conquistado a maior capital do país, São Paulo.

Seção 5.3

As eleições gerais de 2006

5.3.1 A CAMPANHA ELEITORAL

A campanha eleitoral de 2006 foi um tanto atípica se comparada com a de 2002. Percebeu-se a existência de um sentimento muito grande de indiferença e apatia. A primeira razão que pode justificar este fato relaciona-se, principalmente, à frustração quanto à expectativa criada com o “novo”, um presidente oriundo das classes populares, que se apresentou como uma alternativa ao governo de FHC (desgastado pelo estabelecimento de uma política econômica neoliberal). Lula representava o anseio e a esperança que acabou não se confirmando, na ótica de muitos.

A segunda razão está relacionada diretamente ao descrédito nas instituições políticas, decorrentes dos escândalos de corrupção dos últimos tempos. É claro que a corrupção não é um privilégio deste governo. É preciso afirmar que os escândalos de corrupção ocorridos durante o governo Lula são incipientes comparados com aqueles protagonizados nas gestões anteriores (mal de origem da cultura política brasileira). A terceira refere-se à lei eleitoral, que se tornou mais severa, eliminando das ruas os brindes (camisetas, bonés, shows...) e, ao mesmo tempo, a alegria e a fonte de renda de muitos brasileiros.

Os números

Em 2006 o Brasil consolidou a democracia eleitoral ao alcançar a quinta eleição geral consecutiva. Estiveram aptos a votar aproximadamente 126 milhões de brasileiros, 11 milhões a mais se comparado com as eleições gerais de 2002, quando mais de 115 milhões de brasileiros estavam aptos a votar.⁶ Nos 26 Estados da Federação, 29 partidos concorreram

⁶ Segundo estimativa do ex-presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Carlos Velloso, dez milhões dos 125,9 milhões de eleitores convocados para votar em 1º de outubro (8%) eram pessoas inexistentes. Estes percentuais eram decorrentes do cadastro nacional de eleitores que se encontra desatualizado. Há mais de 20 anos não há atualização no sistema.

com seus 19.619 candidatos a 1.627 vagas.⁷ Um ponto positivo foi o aumento do percentual da participação dos eleitores jovens. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, a participação dos eleitores de 16 e 17 (faixa etária em que o voto é facultativo) anos aumentou em 39% em relação às eleições 2002.

Os candidatos mais competitivos

Lula, buscando a reeleição, e Geraldo Alckmin, do PSDB, apresentaram-se como os candidatos mais competitivos. Em todos os institutos de pesquisas (Ibope, DataFolha e Sensus) o candidato petista aparecia à frente.

Apresentamos a seguir algumas razões fundamentais para esta preferência.

- a) as políticas sociais: a atuação do governo tendo como prioridade as políticas sociais que atingiram os menos favorecidos (Bolsa Família), beneficiando 11 milhões de famílias, principalmente na região Nordeste do país. Estes programas, embora sejam paliativos, não deixam de ser uma política eficiente de distribuição de riqueza. Pode-se citar ainda o Prouni (Programa Universidade para Todos), possibilitando a jovens de baixa renda acesso à universidade. O governo concedeu aumento ao salário mínimo que passou para R\$ 350,00, que entrou em vigor no mês de abril de 2006, para R\$ 415,00 a partir de 1º de maio de 2008;
- b) a utilização da máquina pública, de certa forma, facilita a reeleição dos candidatos que se encontram à frente do Executivo ou do Legislativo.⁸ Exemplo, o próprio Lula utilizou deste benefício (andando, segundo ele próprio, no "limite da lei");
- c) o próprio carisma de Lula, passando a imagem de uma pessoa que se identifica com o povo excluído, sendo ele mesmo um deles;

⁷ Segundo o Juiz do TRE-SP, José Joaquim dos Santos, as eleições gerais acabavam custando aos cofres públicos cerca de 20 bilhões de reais.

⁸ Dos 27 governadores eleitos em 2006, 14 foram reeleitos. Dos 513 deputados eleitos, 241 são novos, o que dá uma taxa de renovação nacional de 46,9%.

- d) a atuação do presidente no cenário internacional: o importante papel do Brasil no cenário internacional, principalmente na América Latina, Lula fazendo a ponte entre Chávez, Morales, Vázquez e Kirchner;
- e) o Lulismo. A figura do presidente transcende a de seu partido, o PT. Ao reforçar seu ônus eleitoral, Lula mostrou também que não é refém do partido. Pelo contrário, é o PT que não pode abrir mão do presidente eleito.

Os resultados: Primeiro Turno

Contando com um moderno sistema tecnológico de votação (urna eletrônica), as eleições de 2006 superaram as expectativas no quesito eficiência na votação e no escrutínio. Na mesma noite da votação já tínhamos quase todo o quadro eleitoral configurado e as apurações já nos esclareciam como se definiria o primeiro turno.

As eleições de 2006 tiveram o menor índice de abstenção, se comparadas com os últimos pleitos. Nesse primeiro turno deixaram de votar 21.092.511 cidadãos, o que corresponde a 16,75% do eleitorado brasileiro. Do eleitorado aproximado de 126 milhões de pessoas habilitadas para o voto, compareceram às urnas pouco mais de 104,8 milhões (83,25%). Deste total, foram considerados válidos 95.996.733 votos (91,58%). Votaram em branco 2,8 milhões de eleitores (2,73%) e outros 5,9 milhões anularam seu voto (5,68%).

Mesmo com a larga vantagem apontada nas pesquisas sobre o candidato tucano, a vitória de Lula no dia 1º de outubro de 2006 não se concretizou. Na mesma noite, às 22h26min, o candidato petista reconhecia, por seus porta-vozes, que não vencera o pleito e ao mesmo tempo já indicava quais seriam as estratégias da campanha eleitoral para o segundo turno.

No que concerne à não-reeleição do presidente Lula no primeiro turno, podemos fazer algumas análises no intuito de detectar quais foram as possíveis causas da não-efetivação da esperada vitória petista na primeira etapa:

- a) Não-comparecimento ao debate televisivo final. Até o último momento o candidato manteve a dúvida se participaria ou não do debate. A opção pelo não-comparecimento causou certa indecisão no eleitorado. Todos esperavam a presença do presidente para o es-

clarecimento dos fatos e das denúncias ocorridas contra seu governo. A omissão de Lula significou uma perda de prestígio e indignação para um eleitorado que exigia explicações das falhas éticas do seu governo.

- b) A compra do dossiê e a mala de dinheiro. Além de todos escândalos e supostos envolvimento governamentais em fraudes e corrupções no mandato de Lula, o caso do Dossiê Vedoin influenciou muito a opinião pública, especialmente nos últimos dias antes da eleição. As fotos do dinheiro que seria usado por petistas para a compra de dossiê contra o candidato tucano José Serra (PSDB) vazaram para imprensa dois dias antes do pleito. Havia toda uma expectativa em torno da confirmação e do aparecimento desse dinheiro (foram apreendidos pela Polícia Federal, no dia 15 de setembro, cerca de R\$ 1,75 milhão que estavam com os petistas Gedimar Pereira Passos e Valdebran Padilha).
- c) O clima de “já ganhou”. Podemos elencar também os números apontados pelo Ibope dias antes da eleição, que colocavam Lula com 24 pontos percentuais à frente do tucano Geraldo Alckmin. Estes dados podem ter causado um clima de “já ganhou” na coordenação eleitoral do PT, motivando um certo “esfriamento” da campanha.
- d) A influência da mídia. Alguns especialistas vão ainda mais longe, dizendo que foi o “massacre da mídia” que levou a eleição para o segundo turno. Parte dos meios de comunicação teria adotado uma posição partidária, perdendo a objetividade, o equilíbrio e a isenção que se espera da imprensa numa sociedade democrática. Isso não teria ocorrido com toda a mídia. Ao longo de toda a campanha alguns veículos de comunicação teriam agido como um partido de oposição. Isso teria se agravado muito nos últimos 10 dias do 1º turno.

No final, Lula recebeu 46.662.365 votos (48,79%), precisando de pouco mais de 1,2%. Alckmin recebeu 39.968.369 votos (41,4%); Heloísa Helena somou 6.575.393 votos (6,85%), seguida por Cristovam Buarque, que recebeu 2.538.844 votos (2,6%).

Segundo Turno

Como vimos, o candidato derrotado à Presidência, Geraldo Alckmin (PSDB), conseguiu uma façanha pouco comum na política, ao terminar o segundo turno com menos votos do que obteve no primeiro. Alckmin atingiu 39,9 milhões de votos na primeira etapa (41,4%)

e fechou a campanha do segundo turno com 37,5 milhões (39,17% dos votos válidos), totalizando uma perda significativa de 2,4 milhões de votos. Conforme dados do Datafolha, 14% dos eleitores que votaram no candidato tucano no primeiro turno migraram para Lula no segundo. Assim sendo, Alckmin acabou perdendo seus próprios eleitores e não conseguiu absorver os votos dos candidatos derrotados no primeiro turno. Tal feito teria ocorrido porque parte dos eleitores acabou votando em Alckmin como forma de protesto contra Lula.

Além disso, o candidato tucano não conseguiu consolidar uma alternativa melhor do que a do atual presidente e, igualmente, não conquistou a mesma aproximação e o carisma com o eleitor da mesma forma que Lula, que já possui uma imagem conhecida e tem enorme facilidade de comunicação com as massas. Lula venceu no segundo turno com a maioria dos votos dos candidatos que não foram ao segundo turno e ainda ganhou votos que foram consagrados ao seu oponente no 1º turno.

Lula, no primeiro turno, totalizou 46,6 milhões de sufrágios. Ao final da apuração da segunda rodada, obteve mais de 58,2 milhões de votos (60,83% dos votos válidos), um acréscimo de mais de 11 milhões.

O presidente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT/PRB/PCdoB), derrotou o seu adversário, Geraldo Alckmin (PSDB/PFL), em 19 Estados e no Distrito Federal (DF). Os dados mostram que o petista conseguiu reverter a situação nos Estados do Acre, Goiás, Rondônia e no Distrito Federal, onde ele havia perdido votos para Alckmin no primeiro turno.

Alckmin manteve a liderança no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Roraima, embora Lula tenha reduzido percentualmente a diferença em todos esses Estados. No Acre, por exemplo, Alckmin havia vencido, no primeiro turno, com 51,79% contra 42,62% de Lula. No segundo turno Lula obteve 52,37% dos votos e, Alckmin, 47,63%. A maior votação que Lula obteve no segundo turno foi dos eleitores do Estado do Amazonas, com 86,80% dos votos. Ele ampliou a diferença que havia no primeiro turno, quando alcançou 78,06% dos votos e, Alckmin, 12,45%. A pior votação do candidato petista ocorreu no Estado de Roraima, onde obteve 38,51% dos votos. Foi nesse Estado que Alckmin teve sua melhor votação: 61,49% dos votos. Luiz Inácio Lula da Silva também foi o mais votado no segundo turno das eleições em 20 capitais brasi-

leiras, de acordo com os números divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Já o candidato Geraldo Alckmin recebeu mais votos que o adversário em sete capitais: Maceió, Campo Grande, Curitiba, Porto Alegre, Boa Vista, Florianópolis e São Paulo.

No primeiro turno Lula havia sido o primeiro colocado em 15 capitais e Alckmin em 12. O cruzamento entre os resultados obtidos nos dois turnos mostra que, no segundo turno, o petista passou à frente do adversário em cinco capitais onde o desempenho do PSDB havia sido melhor no primeiro turno: Rio Branco, Brasília, Goiânia, Cuiabá e Aracaju.

Na capital federal, por exemplo, Lula recebeu 56,96% dos votos válidos no segundo turno, contra 43,04% de Alckmin. No primeiro turno o candidato tucano havia ficado em primeiro lugar, com 44,11% dos votos válidos. Já Lula havia obtido 37,05%, uma diferença de 19,91 pontos percentuais em relação à votação obtida no segundo turno. Na cidade de São Paulo, capital, Geraldo Alckmin venceu no primeiro e segundo turnos: 3.384.767 (53,87%) e 3.485.245 (54,42%), respectivamente, no entanto foi visível o crescimento do candidato Lula na mesma capital: Lula fez no primeiro turno 2.243.168 (35,70%) e, no segundo, 2.918.996 (45,58), um crescimento em torno de 10 pontos.

PT vitorioso?

Apesar de ter conquistado a Presidência da República, cinco governos estaduais, e ter eleito a segunda bancada da Câmara de Deputados (83), não significa que o PT tenha saído vitorioso das eleições 2006. Pelo contrário, os votos dados ao PT declinaram na Câmara Federal em 2,1 milhões se comparados com as eleições de 2002, quando totalizaram 16,09 milhões contra 13,99 milhões de 2006. Isto significa afirmar que o PT perdeu no Congresso Nacional 13% de seu eleitorado entre uma eleição e outra. As perdas mais significativas deram-se no Sul, 675 mil a menos (-22%) e no Sudeste, menos 1,90 milhão de votos (-23%). Somente no Estado de São Paulo o declínio foi de 1,06 milhão de votos (-21,5%). O declínio poderia ter sido maior caso as regiões Norte e Nordeste do país não houvessem incrementado a votação pró-Lula. No Nordeste o PT fez 374 mil votos a mais (13%) e no Norte 207 mil votos (31%), se comparado com 2002.

Se traçarmos um paralelo entre o voto petista no Congresso Nacional e o voto petista para presidente, constata-se que a votação de Lula foi duas vezes maior do que os votos atribuídos aos candidatos petistas a deputado federal. Lula fez nas eleições de 2006 mais de

46.662 milhões de votos (48,6%) no primeiro turno contra 13,9 de votos para o Congresso. Se compararmos ainda os votos recebidos por Lula nas eleições de 2002 com as eleições de 2006, percebe-se que houve um crescimento interessante, passando de 39,45 milhões em 2002 para 46,66 milhões em 2006, um crescimento de 7,20 milhões de votos (um acréscimo de 18,26%).

Tabela 11

Primeiro Turno (em milhões)	2002	2006	Diferença em votos	Diferença (%)
Votos para candidatos petistas no Congresso Nacional (deputados)	16.094	13.990	-2.104	-13,07
Votos para o candidato petista para a Presidência da República	39.455	46.662	+7.207	+18,26

Fonte: TSE.

Segundo a pesquisa CNI/Ibope divulgada no dia 30 de junho de 2008, a popularidade do presidente Lula e a aprovação do seu governo continuam altas. A pesquisa mostra números positivos, tanto para a avaliação do presidente quanto para seu governo. No total, 72% dos entrevistados aprovam a maneira do presidente governar o país. Da mesma forma, o governo do petista registrou avaliação positiva de 58% dos entrevistados.⁹

Seção 5.4

Eleições municipais de 2008

As eleições municipais de 2008 constituíram novamente uma oportunidade ímpar de exercer o direito de escolher as pessoas que estarão à frente do poder público nos próximos quatro anos. Foi a ocasião de escolher as melhores propostas para administrar (prefeitos) e legislar (vereadores) os nossos municípios.

⁹ “CNI/Ibope mostra que 58% avaliam positivamente governo Lula”. Por Gabriela Guerreiro, da Folha Online, em Brasília. Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u417699.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2008.

Milhares de candidatos disputaram o cargo de prefeito em 5.563 municípios em todo o país. Para os postos das Câmaras Municipais estavam em jogo 51.748 vagas. Estiveram aptos a votar nas eleições de 2008, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 128.805.829 eleitores em todo o Brasil.¹⁰ A seguir, uma análise dos resultados em âmbito nacional, Estado (Rio Grande do Sul) e município (Ijuí).

Brasil

Em âmbito nacional, os resultados eleitorais revelam que os partidos de oposição ao governo Lula (PSDB, DEM e PPS) tiveram reduzidos seus votos em todo o país, enquanto que os governistas, principalmente o PT e o PMDB, saíram fortalecidos das eleições 2008. O PMDB foi o campeão de votos em todo o país, alcançando a marca de 18,4 milhões, seguido pelo PT, que alcançou 16,5 milhões de votos.¹¹ O PT passou de 391 prefeituras para 548 (uma evolução positiva de 157 prefeituras). Das 15 capitais brasileiras que estavam com os resultados definidos no primeiro turno o PT já havia eleito 6 prefeitos e ainda disputou o segundo turno em três capitais: São Paulo, Salvador e Porto Alegre. O PSB, o PTB, o PCdoB e o PV também tiveram um crescimento significativo nas eleições municipais de 2008, conquistando, ao todo, 3.360 prefeituras contra 1.852 administradas por partidos da oposição. O PSDB, o PPS e o DEM vão administrar 1.761 prefeituras a partir de 2009.

Entre os partidos que tiveram reduzidos seus votos, aparece o DEM, que encolheu em todo o país, passando de 790 para 495 prefeituras, uma perda de 295. Juntamente com o DEM, o "carlismo" sofreu mais uma derrota com ACM Neto em Salvador – BA, não indo para o segundo turno.

Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul houve crescimento do PT, PMDB e PP. Dos 50 maiores municípios gaúchos o PT venceu em 14. Ampliou de 43 para 60 prefeituras e ainda concorreu no segundo turno nos municípios de Canoas, Pelotas e Porto Alegre. Na região metropolitana

¹⁰ Nestes números não estão computados os votantes do Distrito Federal, que não participam das eleições municipais.

¹¹ Nas eleições anteriores essa marca foi batida pelo PSDB e pelo PT, respectivamente.

os petistas passaram a comandar 6 dos 10 maiores municípios. Da mesma forma, o PMDB subiu de 136 para 143 prefeituras no Estado e ainda conquistou as prefeituras de Santa Maria e Caxias do Sul. O PP será a sigla com maior número de prefeituras a partir de 2009, pois conquistou 146 prefeituras em 2008, 12 a mais que em 2004. O PP é, no entanto, um partido dos pequenos municípios, com exceção da conquista do município de Lajeado. Por outro lado, o PDT foi o partido que mais perdeu votos: de 97 prefeituras em 2004 recuou para 64 em 2008. Individualmente temos a derrota de Ronchetti em Canoas e Otávio Germano em Cachoeira do Sul, que não deixaram sucessores.

Ijuí

Nas eleições municipais de 2008 Ijuí contou com 58.553 eleitores (75,71%) do total de 77.335 mil habitantes (TRE). Os resultados da votação deram a vitória ao candidato Fioravante Ballin, da coligação "Frente Popular Trabalhista" (PDT/PT/PTB/PV) com 21.451 votos (45,47%), contra o segundo colocado, Júnior Carlos Piaia, da coligação "Mais por Ijuí" (PCdoB/PMDB/PSB/PPS) com 19.389 votos (41,1%); em terceiro lugar ficou Marco Ferreira, da coligação "Ijuí Novo Tempo" (PP/PSDB), com 6.335 votos (13,43%).

Dos 58.553 eleitores aptos a votar no município, 49.515 (84,56%) compareceram às urnas, numa abstenção de 9.038 votantes (15,44%). O número total de votos válidos para prefeito foi de 47.175 (92,27%), os votos nulos somaram 1.244 (2,51%) e os brancos 1.096 (2,21%). Já para vereador o percentual de votos válidos foi maior: 47.377 (95,68%), com 700 (1,41%) votos nulos e 1.438 (2,90%) brancos.

Se compararmos as eleições municipais de 2008 com as de 2004, teremos os seguintes dados: em 2004 o eleitorado apto a votar em Ijuí era de 56.242; destes, 48.454 (86,15%) compareceram, numa abstenção de 7.788 eleitores (13,85%). O número total de votos válidos para prefeito em 2004 foi de 46.489 (95,94%); os votos nulos somaram 1.175 (2,42%) e os brancos 790 (1,63%). Já para vereador o percentual de votos válidos foi maior: 47.048 votos (97,09%), com 543 nulos (1,21%) e 863 brancos (1,78%).

Tabela 12: Eleitorado – votos válidos em Ijuí (eleições 2008)

Ijuí	2004	2008
Eleitores aptos	56.242	58.553
Comparecimento	48.454 (86,15%)	49.515 (84,56%)
Abstenção	7.788 (13,85%).	9.038 (15,44%)
Votos válidos/prefeito	46.489 (95,94%).	47.175 (92,27%).
Nulos	1.175 (2,42%)	1.244 (2,51%)
Branco	790 (1,63%).	1.096 (2,21%).
Votos válidos/vereador	47.048 (97,09%)	47.377 (95,68%)
Nulos	543 (1,21%)	700 (1,41%)
Branco	863 (1,78%).	1.438 (2,90%)

Fonte: TRE.

Constata-se que o percentual de abstenção (votos brancos e nulos para prefeito e vereador) das eleições 2008 foi maior que o das eleições 2004. A razão para tais índices pode estar ligada à crescente descrença e repulsa do eleitorado ante as instituições políticas, bem como a desaprovação dos candidatos na composição das alianças entre partidos que até pouco tempo eram adversários. Houve, neste sentido, a inegável punição do eleitorado diante das alianças partidárias pouco usuais, fazendo com que o eleitor não comparecesse às urnas, votasse em branco ou anulasse seu voto.

Na Câmara de Vereadores houve uma sensível renovação do quadro. A Casa passa a ter, a partir de 2009, cinco novos vereadores (uma renovação de 50%) de um total de 10, além de contar com duas mulheres no Legislativo. O PDT somou 19.314 votos na proporcional (soma dos votos nominal e da legenda), conquistando 5 vagas. Os eleitos do PDT foram: Chico Seifert (2.488 votos), Pezzetta (2.458 votos), Marcos Barriquello (2.443 votos), Helena Stumm Marder (1.492 votos) e Luiz Varaschini (Tito), com (1.386 votos). O PMDB somou 6.801 votos na proporcional e fez jus a uma vaga, elegendo Daniel Perondi com 2.401 votos. Da mesma forma, o PP fez 5.932 votos, reelegendo o candidato Rubem Jagmin, com 1.418 votos. A outra vaga foi para o PCdoB, que fez 4.597 votos elegendo Rosane Simon, com 1.598 votos. O PSB somou 1.949 votos elegendo César Busnello com 1.360 votos. A última vaga foi conquistada pelo PSDB, que somou 2.407 votos elegendo o candidato Gladimir Ribeiro da Silva com 1.296 votos.

Tabela 13: Vereadores eleitos (eleições 2008)

Partido	Nome	Colocação	Situação
PDT	Chico Seifert	1º	Eléto
PDT	Pezzetta	2º	Eléto
PDT	Barriquello	3º	Eléto
PMDB	Perondi	4º	Eléto
PC do B	Rosane	5º	Eléto
PDT	Helena Marder	6º	Eléto
PP	Jagmim	7º	Eléto
PDT	Luiz Varaschini	8º	Eléto
PSB	César Busnello	9º	Eléto
PSDB	Gladimir	10º	Eléto

Fonte: TRE.

Se compararmos com as eleições 2004, percebe-se que o PDT manteve as mesmas vagas, o PP perdeu 1 vaga; o PT perdeu 2 e o PMDB manteve 1 vaga.

Das 182 seções do município, Ballin venceu em 113 e Júnior Piaia em 68, com um empate na seção 237, no Bairro Burtet. O desempenho do candidato Ballin foi melhor nos bairros localizados ao norte da cidade (principalmente nos bairros São José, Luiz Fogliatto, Boa Vista, Tancredo Neves, Glória e Modelo). Teve bom desempenho também ao leste (bairro Assis Brasil), ao sul (bairro Progresso) e no interior (expressiva vitória). Por outro lado, o desempenho do candidato Júnior Piaia foi melhor no centro da cidade e na região oeste (principalmente nos bairros Lulu Ilgenfritz e São Geraldo).

Confira os resultados eleitorais por bairro. Veja na Tabela 14 a seguir que Ballin venceu em 19 bairros da cidade, enquanto que Piaia em 8. Chama a atenção que no centro deu empate.

Tabela 14: Votação por bairro em Ijuí (eleições 2008)

Bairro	Número de seções	Votos Balin	Votos Piaia	Votos Diferença
Alvorada	2	357	323	34 Pró-Balin
Assis Brasil	10	1.540	1.360	180 Pró-Balin
Bo a Vista	4	515	341	174 Pró-Balin
Burtet	9	1136	1.070	66 Pró-Balin
Centro	31	2.927	2.927	<i>Empate</i>
Elizabeth	2	270	275	5 Pró-Piaia
Ferrovário	1	95	65	30 Pró-Balin
Getúlio Vargas	5	726	687	39 Pró-Balin
Glória	6	889	637	252 Pró-Balin
Industrial	4	403	443	40 Pró-Piaia
Interior	27	2924	1996	928 Pró-Balin
Jardim	5	603	557	46 Pró-Balin
Lambari	1	128	186	58 Pró-Piaia
Luiz Fogliatto	4	741	480	261 Pró-Balin
Lulu Ilgenfritz	2	231	281	50 Pró-Piaia
Modelo	8	947	918	29 Pró-Balin
Morada do Sol	2	286	256	30 Pró-Balin
Oswaldo Aranha	5	652	643	9 Pró-Balin
Penha	12	1220	1.198	22 Pró-Balin
Pindorama	2	204	226	22 Pró-Piaia
Progresso	3	344	323	21 Pró-Balin
15 de Novembro	1	160	139	21 Pró-Balin
São Geraldo	10	1175	1.417	242 Pró-Piaia
São José	10	1184	1.016	168 Pró-Balin
Storch	3	270	285	15 Pró-Piaia
Tancredo Neves	5	589	403	186 Pró-Balin
Thomé de Souza	7	867	889	22 Pró-Piaia
Universitário	1	68	48	20 Pró-Balin
Total	182	21.451	19.389	2.062 Pró-Balin

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do TER.

Na unidade final procuramos tratar das eleições no Brasil (2002-2008), avaliando o desempenho dos partidos com maior expressão em âmbito nacional (PMDB, PT, PSDB e DEM). Dos dados pode-se extrair as seguintes conclusões:

2002:

- a) A inédita vitória do PT (partido mais de esquerda no espectro político). Mais especificamente de Lula, depois de três tentativas consecutivas.
- b) Um governo, no entanto, que mantém a mesma política econômica do governo anterior (FHC), o que acarretou certa frustração para boa parte do eleitorado.
- c) O governo Lula (primeiro mandato) manteve a política econômica e desenvolveu políticas sociais (Bolsa Família).

2004

- a) PT, PSDB, PMDB e DEM continuam sendo os partidos que alcançam o maior número de votos.
- b) Destaque ao PT, que vence em um número expressivo de prefeituras.
- c) PSDB vence na capital paulista (vitrine nacional).
- d) No RS, PMDB e PP são os maiores partidos.
- e) PT perde a capital do Estado depois de 16 anos de hegemonia.

2006

- a) A polarização entre PT e PSDB continua em âmbito nacional.
- b) Lula se reelege no segundo turno.
- c) O lulismo se fortalece e o petismo encolhe.

2008

- a) Os partidos da base governista saem fortalecidos (PT e PMDB). Destaque ao PMDB.
- b) Vitória do DEM na capital paulista, São Paulo (com apoio de José Serra).
- c) No RS, PMDB e PP continuam sendo os maiores partidos.
- d) O PMDB vence na capital gaúcha com José Fogaça.
- e) PT vence em 6 cidades da Região Metropolitana.
- f) Em Ijuí, vence novamente o PDT.

Referências



- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BARROSO, Luis Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas*. Limites e possibilidades da Constituição Brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de teoria do Estado e ciência política*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOETTKE, Peter J. *Vida e obra de Friedrich A. Hayek*. Disponível em: <<http://www.hayek.cat/hayek.html>>. Acesso em: abr. 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; WHILHELM, M. Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp; BrasíliaL Enap, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Revolução nacional interrompida. In: *Folha de S. Paulo*, 7.8.2002.
- BRUM, Argemiro Jacob. *Democracia e partidos políticos no Brasil*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1988.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. V. 2.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. Análise de conjuntura. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/estudos/conj200208.doc>>. Acesso em: ago. 2002.

CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

CREMONESE, Dejalma. *Teoria política*. Cadernos EaD. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Sociedade, Estado e Direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora Senac, 2000. p. 440-488.

ESPECIAL Lucro dos Bancos. Disponível em: <<http://www.feebpr.org.br/lucroban.htm>>. Acesso em: mar. 2007.

FALK, Richard. *Globalização predatória: uma crítica*. Tradução de Rogério Alves. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

FAORO, Raymundo. *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FINANCIAL Time. *Você deixaria seu filho de 5 brigar com o vizinho de 17?* Reportagem de Marcio Aith. 8/7/2002.

GIDDENS, Anthony. *Para além da direita e da esquerda: o futuro da política radical*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Globo, 1944.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2004.

INSTITUTO Humanitas Unisinos. *"Muita gente vai ter de engolir o que disse do governo", afirma Lula*. Disponível em: <www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_noticias&intensid=18&task=detalhe&id=7172>. Acesso em: maio 2007.

INSTITUTO Humanitas Unisinos. *Fome volta a atormentar a Argentina*. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=17554>. Acesso em: out. 2008a.

INSTITUTO Humanitas Unisinos. *Conjuntura da semana*. Uma leitura das "Notícias do Dia" do IHU de 23 a 30 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=17074>. Acesso em: 3 out. 2008b.

INSTITUTO Humanitas Unisinos. Eduardo Giannetti In: *Conjuntura da semana*. Uma leitura das 'Notícias do Dia' do IHU de 23 a 30 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=17074>. Acesso em: out. 2008c.

LENIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARENCO, André. *Quem não sabe por que perde, não saberá como ganhar novamente*. Artigo apresentado em sala de aula. Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, 2004.

MARKS, Andréia Darde. *A importância das organizações não-governamentais para a inclusão social e a concretização da cidadania: o exemplo do Cededicaí de Ijuí/RS*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORAES, Alexandre de. *Curso de direito constitucional*. 10. ed. São Paulo: Atlas.

MORAIS, José Luis Bolzan de. *As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

NETO, Roque Callage. *A cidadania sempre adiada: da crise de Vargas em 54 à Era Fernando Henrique*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. *Os sentidos da democracia*. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. A democracia em suas versões elitista e participativa e o modelo da autonomia democrática. In: *Revista Katálysis*, v. 6, n. 1, 2003.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Eds.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIO, Carlos; PORTO, Mauro. Teoria política contemporânea: política e economia segundo os argumentos elitistas, pluralistas e marxistas. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão (Orgs.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

PORTELLA FILHO, P. O ajustamento na América Latina: crítica ao Consenso de Washington. *Lua Nova*, n. 32, p. 101-131, 1994.

PRÉLOT, Marcel. *As doutrinas políticas*. Lisboa: Editorial Presença, 1973. 4 vol.

SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: Nedic, 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Wandelely Guilherme dos. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologia Política*. São Paulo: Difel, 1979.

SILVA, Alberto da Costa e. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000. p. 17-41.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Hemus, 1981.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Corpo e Alma, 1973.

STRECK, Lenio Louiz; MORAIS, José Luis de Bolzan. *Ciência política e teoria geral do Estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

TEORIA Geral do Estado. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_geral_do_Estado>. Acesso em: abr. 2008>.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil Avelino Titton. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TRIBUNAL Regional Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tre-rs.gov.br/inicial.html>>. Acesso em: 10 nov. 2004.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2004.

UNIVERSO on line (UOL). *Eleições 2004*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/eleicoes/>>. Acesso em: 4 nov. 2004.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VITULLO, Gabriel. *Teorias alternativas da democracia: uma análise comparada*. 1999. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZAMBRA, Anelise. *Direitos de cidadania no Brasil: avanços e retrocessos na formação das constituições e do Estado brasileiro*. 2008. Dissertação (Projeto Mestrado) – Unijuí, 2008.